



# RELATÓRIO E CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

20  
17

SEGURADORAS UNIDAS, S.A.



**SEGURADORAS UNIDAS, S.A.**

Av. da Liberdade, n.º 242  
1250 - 149 Lisboa/Portugal  
Registo na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa  
NIPC: 500 940 231 • Autorização ASF n.º 1197 • LEI: 549300CGCHTYQ1Z4V333

**01**

**ÓRGÃOS  
SOCIAIS**

05

**02**

**RELATÓRIO  
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
CONSOLIDADO**

07

**03**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS**

16

**04**

**DEMONSTRAÇÃO  
DO RENDIMENTO INTEGRAL  
CONSOLIDADO**

20

**05**

**DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO  
DE CAPITAIS PRÓPRIOS  
CONSOLIDADOS**

22

**06**

**DEMONSTRAÇÃO  
DOS FLUXOS  
DE CAIXA CONSOLIDADOS**

24

**07**

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

26

**08**

**DIVULGAÇÃO  
DAS POLÍTICAS  
DE REMUNERAÇÃO**

102

**09**

**CERTIFICAÇÃO LEGAL  
DAS CONTAS**

121

**10**

**RELATÓRIO E PARECER  
DO CONSELHO FISCAL**

130

01

ÓRGÃOS  
SOCIAIS

# ÓRGÃOS SOCIAIS

## ASSEMBLEIA-GERAL<sup>(1)</sup>

Sofia Leite Borges (Presidente)  
Diogo Mafra Martins (Secretário)

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO<sup>(1)</sup>

Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães (Presidente)  
Alexander Wallace Humphreys  
Bogdan Ignashchenko  
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr  
Gonçalo Fernando de Salvado Marques Oliveira  
Jan Adriaan de Pooter  
José António Correia Dias Nogueira da Silva  
Pedro Luís Francisco Carvalho

## CONSELHO FISCAL<sup>(1)</sup>

Luís Maria Viana Palha da Silva (Presidente)  
Manuel Maria de Paula Reis Boto  
Pedro Manuel Aleixo Dias  
Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério (Suplente)

## REVISOR OFICIAL DE CONTAS<sup>(2)</sup>

KPMG e Associados, SROC, S.A., representado por Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC Efetivo)  
Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC Suplente)

1 Eleitos em Assembleia Geral realizada em 20 de julho de 2016, para o triénio 2016-2018 (ata n.º 54).

2 Eleitos em Assembleia Geral realizada em 20 de julho de 2017 – prorrogação do mandato por mais um ano (ata n.º 64).

02

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO  
CONSOLIDADO

# RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas o Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas da Seguradoras Unidas, S.A. (adiante designada por “Grupo Seguradoras Unidas” ou “Grupo”) respeitantes ao exercício de 2017.

## 2.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Ao longo de 2017, a economia global apresentou um crescimento sólido e acima do previsto, sustentado na recuperação do comércio internacional e do investimento, num quadro de manutenção de política monetária acomodaticia e de desanuviamento de alguns fatores de ordem política.

### 2.1.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL

O ano de 2017 foi marcado pela evolução positiva do sentimento de mercado, essencialmente suportada pelas indicações favoráveis dos dados conhecidos para os EUA (PIB e emprego), Reino Unido (resiliência do mercado de trabalho), Zona Euro (expansão de +2.4% para 2017), Japão (após um crescimento de apenas +0.9% em 2016, antecipa-se um crescimento de +1.8% em 2017), e dos dados acima do esperado relativos à China onde se estima que o PIB tenha registado um crescimento de 6.8% em 2017. A atenuação de alguns fatores de ordem política contribuíram igualmente para esta evolução.

Os preços do petróleo subiram em 2017, num contexto de mais uma extensão do acordo de redução da produção até ao final de 2018, com impacto positivo nas empresas do setor e nas economias exportadoras de petróleo. O ritmo de crescimento dos preços tem vindo a normalizar nos países desenvolvidos, mas aquém do desejado pelas autoridades monetárias.

A evolução positiva do sentimento de mercado em 2017 traduziu-se em subidas dos principais índices de ações, destacando-se as valorizações dos principais índices dos EUA, asiáticos e do brasileiro Ibovespa.

Índices Acionistas	2017	2016	VAR 17/16 (%)
DOW Jones Ind. Avg.	24 719	19 763	25,1%
Nasdaq Comp.	6 903	5 383	28,2%
S&P 500	2 674	2 239	19,4%
Euro Stoxx 50 Pr	3 504	3 291	6,5%
PSI 20	5 388	4 679	15,2%
FTSE 100	7 688	7 143	7,6%
DAX	12 918	11 481	12,5%
CAC 40	5 313	4 862	9,3%
IBEX 35	10 044	9 352	7,4%
BRAZIL IBOVESPA	76 402	60 227	26,9%
NIKKEI 225	22 765	19 114	19,1%
Hang Seng	29 919	22 001	36,0%

Por seu lado, os *spreads* a 10 anos da dívida dos países periféricos da Zona Euro face à dívida alemã diminuíram, sendo de destacar os desagravamentos em Portugal (-204 p.b.) e na Grécia (-321 p.b.), que também registaram os maiores desagravamentos no prazo de 2 anos (-28 p.b. e -448 p.b., respetivamente). Na Irlanda, Itália e Espanha também se observaram descidas dos *spreads*, embora mais moderadas.

As *yields* da dívida alemã registaram uma subida nos prazos de 2 e 10 anos (num contexto de manutenção da política expansionista do BCE), enquanto nos EUA se assistiu a uma subida apenas no curto prazo refletindo as expectativas de novos aumentos de taxas por parte do Fed.

Mercado Dívida	2 Y (%)		
	2017	2016	VAR 17/16 (p.p.)
Div. Alemanha	-0,63	-0,77	0,14
Div. França	-0,47	-0,66	0,19
Div. Inglaterra	0,44	0,08	0,35
Div. Itália	-0,25	-0,18	-0,07
Div. Espanha	-0,35	-0,28	-0,07
Div. Portugal	-0,10	0,04	-0,14

Mercado Dívida	10 Y		
	2017	2016	VAR 17/16 (p.p.)
Div. Alemanha	0,43	0,21	0,22
Div. França	0,79	0,69	0,10
Div. Inglaterra	1,19	1,24	-0,05
Div. Itália	2,02	1,82	0,20
Div. Espanha	1,57	1,38	0,18
Div. Portugal	1,94	3,76	-1,82

Os *spreads* do mercado de crédito *corporate* revelaram comportamentos também favoráveis, observando-se descidas em todos os índices de CDS (*Credit Default Swaps*), traduzindo algum alívio relativamente à saúde do setor bancário europeu (embora, a partir do final do 3.º trimestre, tenham aumentado os receios devido ao enquadramento dos bancos espanhóis num eventual cenário de independência da Catalunha), que vinha a condicionar uma maior subida das ações europeias, em particular dos bancos com maior exposição a crédito malparado (Portugal e, sobretudo, Itália).

As taxas do dólar (Libor) subiram, refletindo os aumentos do *target* para os *fed funds* realizados pelo Fed em 2017 e a realizar em 2018. Já as taxas do euro (Euribor) renovaram mínimos históricos, refletindo a política monetária expansionista que continua a ser seguida pelo BCE e apresentaram valores negativos ao longo do ano nos 3, 6 e 12 meses.

O BCE manteve a sua política expansionista, não alterando a política monetária convencional e mantendo ao longo do ano de 2017 as suas taxas de referência. No final de outubro, o BCE anunciou o segundo prolongamento do programa de *quantitative easing* (QE) até pelo menos setembro de 2018, com o ritmo médio de compras mensais de ativos a manter-se nos 60 mM€ até ao final de dezembro de 2017, mas a ser reduzido para 30 mM€ entre janeiro e setembro de 2018.

Nos EUA, na reunião de dezembro, o Fed decidiu subir as taxas de juro de referência, em linha com o esperado, ou seja, em 2017 o Fed aumentou as taxas num total de 75 p.b. após ter subido apenas 25 p.b. em 2016 e em 2015. Assim, a *fed funds target rate* fechou 2017 no intervalo de 1,25% a 1,50%. As boas perspetivas da Fed para os EUA levaram a autoridade monetária a sinalizar a intenção de realizar três subidas de taxas em 2018.

## 2.1.2 SITUAÇÃO ECONÓMICA NACIONAL

Em 2017, a economia portuguesa cresceu mais que o conjunto dos países da região do euro, o que já não acontecia desde 1999 (em 2009 a recessão foi menos profunda mas pelo facto da economia portuguesa ser uma economia mais fechada ao exterior).

As últimas projeções apontam para que a atividade económica tenha registado uma expansão de 2,7% em 2017, sendo os principais motores de crescimento as exportações e o consumo das famílias.

Em 2017, o destaque vai para a prossecução da estratégia de maior abertura ao exterior (exportações acima de 40% do PIB) e progressivo alargamento da base produtiva transacionável, quer reforçando as exportações, quer assumindo uma função de maior relevo na substituição de importações.

A procura interna deverá evoluir positivamente, mas de forma moderada, pois persistem importantes desequilíbrios nos balanços de famílias, empresas e Estado – grau de endividamento em queda, mas ainda elevado quando comparado em termos internacionais; setor financeiro com balanços mais saudáveis mas ainda com níveis elevados de crédito não produtivo nos seus balanços. Deste modo, a evolução das taxas de juro internacionais, dos preços do petróleo, a evolução das economias externas e do grau de apetência por risco configuram os principais condicionantes da atividade económica em Portugal no médio prazo.

A melhoria das perspetivas de crescimento económico, o ajustamento do setor bancário e a evolução do saldo orçamental, num contexto de manutenção de uma política monetária acomodatória, traduziram-se na melhoria da avaliação do risco de Portugal pelos investidores/ agências de *rating* internacionais com impacto na descida das taxas de juro de mercado.

## 2.1.3 MERCADO SEGURADOR

Em termos globais, a produção de seguro direto em 2017 registou um aumento de 6,5% face a 2016, situando-se em 11 580 milhões de euros (+704 milhões de euros). O ramo Vida retomou o crescimento da produção, mantendo a tendência verificada no ano anterior.

O segmento Vida foi afetado nos últimos anos por uma conjuntura que aliou a persistência das baixas taxas de juro de longo prazo, a acentuada redução da taxa de poupança dos particulares e a adoção de um novo regime de solvência que penaliza os riscos inerentes às garantias financeiras. Em 2017 constatou-se o início de um novo ciclo, tendo-se registado um ligeiro crescimento dos produtos de poupança.

Os prémios do ramo Vida alcançaram 7 090 milhões de euros, +6,2% face ao ano anterior (+413 milhões de euros). Apenas os prémios das contribuições para PPR's cresceram relativamente a 2016 (+30,3%). Os Produtos de Seguro Tradicionais diminuíram -0,5% (-4 milhões de euros) e os Produtos de Capitalização diminuíram -2,6% (-104 milhões de euros) face ao ano anterior.

Quanto ao segmento Não-Vida, continuou a crescer a um ritmo assinalável (6,9%), a maior taxa de crescimento anual dos últimos 10 anos. O volume de prémios Não-Vida atingiu 4 490 milhões de euros (+290 milhões de euros) com destaque para o ramo Acidentes de Trabalho que cresceu 13,0%, dando um novo impulso à recuperação iniciada em 2014. O aumento da massa salarial, expectável com o relançamento da atividade económica, assim como as correções tarifárias para fazer face ao desequilíbrio técnico do ramo, estão na origem deste aumento do volume de prémios.

Os ramos Saúde (+8,3%) e Automóvel (+5,4%) consolidaram a tendência de crescimento que já apresentavam, progredindo em 2017 a um ritmo mais elevado do que em anos anteriores. O ramo de Incêndio e outros Danos (+3,0%), com destaque para os ramos Multirriscos (+2,8%), também apresentou taxas de crescimento positivas, embora mais moderadas.

De acordo com os últimos dados provisórios divulgados pela Associação Portuguesa de Seguradores, o Resultado Líquido das empresas de seguros (sob supervisão da APS) foi positivo em 2017, atingindo 373 milhões de euros, substancialmente superior ao registado em 2016 (89 milhões de euros).



## 2.2 FACTOS RELEVANTES EM 2017

2017 foi um ano de forte crescimento do setor segurador em Portugal, com uma variação do volume total de prémios de 6,9%, com particular destaque para o setor Não-Vida.

Este desempenho resultou de dois vetores principais. Por um lado, o crescimento a níveis históricos da economia e a recuperação do poder de compra das famílias e atividade das empresas. Por outro, da dinâmica competitiva do setor, com o crescente foco no equilíbrio técnico, nomeadamente por via de *repricing*.

Segundo as estimativas, o PIB cresceu 2,7% em 2017, impulsionado sobretudo pelo investimento e exportações. Trata-se do nível mais alto desde 2000, quando a economia cresceu 3,8%. O consumo privado deu também um forte contributo para este desempenho, estimando-se uma evolução de 2,5%.

Neste contexto, o setor segurador consolidou a trajetória de crescimento. No segmento Não-Vida, merecem particular destaque o desempenho dos ramos de Acidentes de Trabalho e Pessoais (+13,0% e +8,0%, respetivamente), Saúde (+8,3%) e Automóvel (+5,4%). Para tal contribuíram, no caso dos ramos de Acidentes, o movimento de *repricing* e, no caso de Automóvel, o número de viaturas seguras.

O segmento Vida apresentou uma evolução positiva de 6,2%, sobretudo impulsionado pelos produtos financeiros (+7,3%), que têm funcionado como refúgio no contexto de taxas de juro baixas.

Do ponto de vista da rentabilidade, o mercado continua a enfrentar importantes desafios com o rácio combinado ainda acima dos 100%, devido sobretudo a dois fatores preponderantes: o aumento da sinistralidade (quer a relativa a grandes eventos como os incêndios florestais, quer a relacionada com os efeitos colaterais do aumento da disponibilidade das famílias e da atividade das empresas e a consequente maior circulação automóvel e de atividade laboral) e a escala subótima da maioria dos operadores no mercado.

Para o Grupo, 2017 foi um ano de consolidação da sua posição e quota de mercado em Portugal (estável, acima de 15% no segmento Não-Vida). Foi também um ano de integração das carteiras, sistemas e processos das Companhias incorporadas na Tranquilidade (Açoreana, LOGO e T-Vida), com cerca de 70% da migração concluída e em linha com o plano. Para além disso, foi dada continuidade à estratégia digital e de melhoria contínua de níveis de serviço, sobretudo através da simplificação e digitalização de processos e da disponibilização de novas plataformas a Clientes e Parceiros.

A evolução da carteira de prémios em Portugal foi impulsionada sobretudo pela componente de Não-Vida (+5,4%), e em particular pelos ramos Automóvel (+8,2%), Saúde (+6,2%) e Acidentes de Trabalho (AT) (+10,5%). À semelhança do comportamento do mercado, o efeito de *repricing* no caso de AT e o aumento do número de objetos e pessoas seguras nos restantes produtos estratégicos explicam este bom desempenho. Deu-se continuidade, por isso, ao redirecionamento comercial para os segmentos e ramos priorizados na estratégia do Grupo, estratégia essa que se manterá para os próximos anos.

Em linha com esta estratégia, durante o ano foram lançados em Portugal novos produtos em Particulares e Empresas, com foco nos ramos estratégicos e com destaque para os seguintes:

### Particulares

- Oferta Automóvel e Habitação unificada para as marcas do universo;
- Nova oferta Saúde, com a revisão do clausulado e implementado um novo processo de avaliação clínica (*teleunderwriting*) mais célere e robusto;
- Solução agregadora Pleno 2.0, com desconto de equipamento pela subscrição de mais que um produto, isenção de custos de apólice para Clientes desmaterializados e possibilidade de escolha de dia de cobrança;
- Oferta Multirrisco Condomínio atualizada.

### Empresas

- Nova oferta conjunta AT (incluindo cobertura única no mercado para deslocados);
- Nova oferta *Cyber Risks*, produto inovador para prevenção, proteção e gestão contra ataques cibernéticos.

A estratégia digital e de inovação das plataformas de serviço ao Cliente e aos Parceiros manteve-se como uma prioridade clara enquanto pilar diferenciador do posicionamento do Grupo no mercado português:

- Atingiu-se os 120 mil Clientes “Verde”, Clientes desmaterializados, os quais contam com uma proposta de valor diferenciada, quer a nível financeiro quer de nível a serviço e que permite ao Grupo um elevado nível de eficiência;
- Foi lançada a *App Tranquilidade*, com funcionalidades inovadoras, em particular a nível do *tracking* de sinistros, e cujo plano de enriquecimento para 2018 permitirá transformar a experiência de Cliente;
- Foram concluídos os desenvolvimentos do novo simulador Automóvel e foi lançado o desenvolvimento do simulador de Saúde;
- Lançou-se um ambicioso programa de robotização de processos que permitirá o aumento da eficiência e que apresentou resultados claros no suporte ao processo de migração de sistemas;
- Por fim, foi ainda lançado um programa transversal, com coordenação central, de simplificação de processos, com foco no aumento da qualidade e da eficiência, através da aplicação de princípios *lean* e de melhoria contínua.

A nível da estratégia de distribuição, o foco do ano centrou-se no reforço e uniformização da relação com os Parceiros. Nesse sentido, foram unificados os sistemas de incentivos e *overs*, reforçado o *intelligence* de apoio à venda dos Parceiros através da introdução de *leads* digitais e a sistematização das campanhas de *email marketing* e da criação do *toolkit* digital dos Agentes.

Em resultado, o desempenho dos diferentes grupos voltou a demonstrar o forte compromisso entre os Parceiros e o Grupo:

- Os Parceiros Multimarca e Exclusivos cresceram 9% face a 2016, com principal relevo para os ramos Não-Vida de Acidentes de Trabalho e Automóvel;
- Os Corretores apresentaram um crescimento de 3%, numa correção face ao desempenho de 2016;
- As Parcerias cresceram globalmente 3%, sobretudo com enfoque no segmento estratégico de Retalho onde a plataforma cresceu 14%.

No âmbito da rede de distribuição, foi ainda iniciado em Portugal o programa de consolidação de espaços físicos e concluído o concurso para transferência de espaços selecionados para gestão pelos Parceiros. O processo teve uma elevada adesão, com a colocação garantida no mercado de 20 lojas.

Em resultado do esforço e foco do Grupo na melhoria da qualidade de serviço a Clientes e Parceiros, os inquéritos de realizados em Portugal voltaram a indicar um elevado nível de satisfação, particularmente:

- Por parte dos Parceiros, uma avaliação de 6,6 pontos, onde se destacam a qualidade e proximidade do acompanhamento comercial, a oferta de produtos e os sistemas informáticos disponibilizados;
- Nos Clientes, o nível de satisfação com a qualidade de serviço em sinistros manteve-se ao nível dos 8 pontos (numa escala de 0-10), com um forte aumento em Multirrisco Habitação, que progrediu de 7,3 para 7,7. A intenção de recomendação mantém-se elevada, entre os 80% e os 93%, transversalmente a todos os ramos. Em relação às reclamações, as mesmas seguiram uma tendência de subida, em linha com a verificada noutros setores da economia portuguesa. Em resposta, a atuação do Grupo pautou-se por uma atuação muito célere, endereçando, em média, todas as reclamações em 7,4 dias, abaixo do objetivo de 8 dias para 80%.

Durante o ano, o Grupo foi mais uma vez distinguido em Portugal pela sua estratégia de mercado e serviço prestado a Clientes e Parceiros, tendo recebido os seguintes prémios:

- “Escolha dos Profissionais do setor segurador”, que renovámos pelo 4.º ano consecutivo;
- “Best Buy Award”, que reconhece a Tranquilidade como a Companhia com melhor relação Preço/Qualidade, pelo 2.º biénio consecutivo, desde 2015;
- SuperBrand 2017, eleita pelos consumidores.

## 2.3 PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DE ATIVIDADE

(milhares de euros)

	2017	2016	VAR 17/16 (%)
<b>Balanco</b>			
Investimentos <sup>(a)</sup>	1 562 902	1 597 053	-2,1%
Ativo líquido	2 315 106	2 278 474	1,6%
Capital próprio	154 110	176 764	-12,8%
Provisão p/ prémios não adquiridos (SD+RA)	160 769	156 139	3,0%
Provisão matemática do ramo vida	591 765	654 581	-9,6%
Provisão para sinistros (SD+RA)	994 864	895 028	11,2%
Provisão para sinistros, líquida de resseguro	916 278	838 936	9,2%
Provisões técnicas (SD+RA)	1 792 465	1 767 965	1,4%
<b>Ganhos e Perdas</b>			
Prémios brutos emitidos	755 201	539 142	40,1%
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	654 666	478 217	36,9%
Custos com sinistros e benefícios pagos de seguro direto	648 039	434 334	49,2%
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	586 432	411 395	42,5%
Custos operacionais	180 452	128 035	40,9%
Rendimentos	28 880	28 057	2,9%
Resultado líquido	-25 505	-4 401	479,5%
<b>Indicadores</b>			
Prémios brutos emitidos/ n.º de empregados	649,4	409,1	58,7%
Taxa de sinistralidade de seguro direto (não-vida)	78,5%	72,7%	5,8 p.p.
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro	89,6%	86,0%	3,6 p.p.
Resultado líquido/ prémios brutos emitidos	-3,4%	-0,8%	-2,6 p.p.
Rácio combinado líquido de resseguro (não-vida)	109,7%	108,6%	1,1 p.p.

(a) Inclui: Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, Ativos disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber e Terrenos e edifícios. Exclui derivados com justo valor negativo.

Em 5 de agosto de 2016 o Grupo adquiriu a 100% a Açoreana, pelo que as variações apresentadas nas variáveis de ganhos e perdas, refletem este efeito.

## 2.4 A ATIVIDADE DO GRUPO SEGURADORAS UNIDAS EM 2017

### 2.4.1 TOTAL DE PRODUÇÃO

A produção consolidada de seguro direto atingiu 754 939 milhares de euros em 2017, o que significa, numa base comparável, uma variação de +1,9% em relação ao ano anterior.

O Grupo apresentou um decréscimo de 31,1% no volume de prémios de seguro direto Vida e um aumento de 5,9% em Não-Vida.

(milhares de euros)

Prémios de Seguro Direto	2017	%	2016	%	VAR 17/16 (%)
<b>Total Vida</b>	<b>55 289</b>	<b>7,3%</b>	<b>52 956</b>	<b>9,8%</b>	<b>4,4%</b>
Contratos de seguros	55 289	7,3%	52 956	9,8%	4,4%
<b>Total Não-Vida</b>	<b>699 650</b>	<b>92,7%</b>	<b>485 490</b>	<b>90,2%</b>	<b>44,1%</b>
Acidentes e doença	230 641	30,6%	149 979	27,9%	53,8%
Incêndio e outros danos	106 267	14,1%	83 138	15,4%	27,8%
Automóvel	298 968	39,6%	212 128	39,4%	40,9%
Transportes	6 334	0,8%	5 862	1,1%	8,1%
Responsabilidade civil	17 300	2,3%	12 111	2,2%	42,8%
Diversos	40 140	5,3%	22 272	4,1%	80,2%
<b>Total</b>	<b>754 939</b>	<b>100,0%</b>	<b>538 446</b>	<b>100,0%</b>	<b>40,2%</b>

Em 2016 os valores apresentados incluem a Açoreana (adquirida a 5 de agosto de 2016).

### 2.4.2 CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO

O total consolidado de custos com sinistros de seguro direto Não-Vida em 2017 ascendeu a 541 931 milhares de euros o que representa, numa base comparável, um decréscimo de 11,3% em relação a 2016.

Numa base comparável, o ramo Incêndio e outros Danos apresentou um aumento significativo dos custos com sinistros de 46,3% em 2017 face ao ano anterior, com destaque para o acréscimo em Multirriscos.

Este crescimento deveu-se maioritariamente aos grandes fogos que devastaram Portugal no segundo semestre de 2017, cujo impacto em custos com sinistros de seguro direto ascendeu a aproximadamente 51 600 milhares de euros.

(milhares de euros)

Custos com Sinistros de Seguro Direto	2017	2016	VAR 17/16 (%)
<b>Total Vida</b>	<b>106 108</b>	<b>72 776</b>	<b>45,8%</b>
Contratos de seguros	106 108	72 776	45,8%
<b>Não-Vida</b>			
Total não-vida	541 931	361 558	49,9%
Acidentes e doença	194 507	159 363	22,1%
Incêndio e outros danos	100 029	40 995	144,0%
Automóvel	233 934	153 472	52,4%
Transportes	2 189	1 949	12,3%
Responsabilidade civil	9 886	3 299	199,7%
Diversos	1 386	2 480	-44,1%
<b>Total</b>	<b>648 039</b>	<b>434 334</b>	<b>49,2%</b>

Em 2016 os valores apresentados incluem a Açoreana (adquirida a 5 de agosto de 2016).

A taxa de sinistralidade Não-Vida em 2017 (custos com sinistros brutos/ prémios brutos adquiridos) situou-se em 78,5% o que representa, numa base comparável, um aumento de 7,8 p.p. em relação ao ano anterior.

(%)

Custos com Sinistros/ Prémios Brutos Adquiridos *	2017	2016
Acidentes e doença	85,4%	102,0%
Incêndio e outros danos	93,6%	47,5%
Automóvel	80,4%	72,1%
Transportes	32,8%	31,4%
Responsabilidade civil	56,9%	24,6%
Diversos	3,5%	11,1%
<b>Total</b>	<b>78,5%</b>	<b>72,7%</b>

\* Custos com sinistros com custos imputados em % dos prémios adquiridos.

Em 2016 os valores apresentados incluem a Açoreana (adquirida a 5 de agosto de 2016).

### 2.4.3 PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite em 2017 ascenderam a 1 792 465 milhares de euros, resultando numa variação de +1,4% (+ 24 500 milhares euros) face a 2016.

(milhares de euros)

Provisões Técnicas (SD+ RA)	2017	2016	VAR 17/16 (%)
Provisão matemática vida	591 765	654 581	-9,6%
Provisão para prémios não adquiridos	160 769	156 139	3,0%
Provisão para sinistros	994 864	895 028	11,2%
Vida	65 452	46 474	40,8%
Acidentes de trabalho	553 024	533 289	3,7%
Outros ramos	376 388	315 265	19,4%
Outras provisões técnicas	45 067	62 217	-27,6%
<b>Total</b>	<b>1 792 465</b>	<b>1 767 965</b>	<b>1,4%</b>

Em 2016 os valores apresentados incluem a Açoreana (adquirida a 5 de agosto de 2016).

#### 2.4.4 RESSEGURO CEDIDO

O saldo de resseguro cedido em 2017 ascendeu a 14 826 milhares de euros negativo.

No âmbito do saldo de resseguro, de destacar o impacto em sinistros e variação das provisões técnicas resultante dos mencionados fogos ocorridos em Portugal em 2017, que resultaram no reconhecimento de recuperáveis de resseguro no montante de 41 127 milhares de euros.

(milhares de euros)			
Resseguro Cedido	2017	2016	VAR 17/16 (%)
Prémios	89 552	70 503	27,0%
Comissões	-13 979	-12 488	11,9%
Sinistros e variação das provisões técnicas	-60 747	-21 177	186,9%
<b>Resultado</b>	<b>14 826</b>	<b>36 838</b>	<b>-59,8%</b>

Em 2016 os valores apresentados incluem a Açoreana (adquirida a 5 de agosto de 2016).

#### 2.4.5 CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais ascenderam a 180 452 milhares de euros em 2017, numa base comparável, +12,2% em relação ao ano anterior.

Os custos com Pessoal no valor de 101 720 milhares de euros apresentam, numa base comparável, um aumento de 45,2% face a 2016. Este aumento está diretamente relacionado com custos não recorrentes relativos à reestruturação da Tranquilidade pós fusão (+35 610 milhares de euros). Sem este efeito, os custos com Pessoal ficariam 5,7% abaixo de 2016.

Os custos com Fornecimentos e Serviços Externos diminuíram, numa base comparável, 14,4% face a 2016.

(milhares de euros)			
Custos Operacionais	2017	2016	VAR 17/16 (%)
Custos com pessoal	101 720	52 697	93,0%
Fornecimentos e serviços externos	59 294	57 952	2,3%
Impostos e taxas	5 910	4 574	29,2%
Amortizações	11 524	11 220	2,7%
Outros*	2 004	1 592	25,9%
<b>Total</b>	<b>180 452</b>	<b>128 035</b>	<b>40,9%</b>

\* Inclui provisões para riscos e encargos, juros suportados, comissões e outros custos com investimentos

Em 2016 os valores apresentados incluem a Açoreana (adquirida a 5 de agosto de 2016).

#### 2.4.6 INVESTIMENTOS

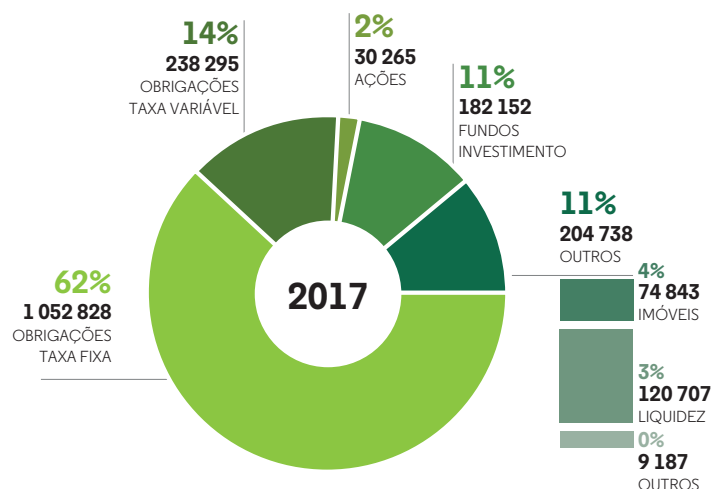
A atividade financeira consolidada da Seguradoras Unidas registou uma rentabilidade média global de 2%, para a qual contribuiu a manutenção da estratégia de investimento em obrigações de taxa fixa e o processo de redução da exposição ao setor imobiliário.

A evolução dos mercados financeiros em 2017 manteve o perfil dos últimos anos, sendo caracterizada por grande volatilidade e por taxas de juro em níveis historicamente baixos.

Neste contexto, e devido à incerteza sobre a evolução dos mercados financeiros, o Grupo manteve a estratégia de investimentos conservadora e focalizada sobretudo em ativos de rendimento fixo quer através de investimentos diretos, quer através de fundos de investimentos.

##### CARTEIRA DE INVESTIMENTOS 2017

(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão - não inclui UL)



A estratégia de investimentos adotada teve, entre os seus principais vetores, a gestão da duração dos ativos e passivos e minimização do risco de taxa de juro da carteira de investimentos, seguindo indicações à regulamentação da atividade seguradora designada de Solvência II. Desta forma, a estratégia de investimentos executada em 2017 visou, em primeiro lugar, fechar o Gap durações entre ativos e passivos, sobretudo em Não-Vida e, em segundo lugar, investir em ativos com *yields* superiores (principalmente através investimentos em empréstimos não listados) e melhorar o RoSCR.

Por forma a promover o aumento da duração das carteiras de investimentos, o Grupo promoveu o investimento em obrigações de dívida pública Euro Core (ou *quasi-government*) com durações longas, tendo sido mantida alguma exposição em maturidades curtas em *High Yield*, *Investment Grade* e financeiras, por forma a capturar uma correlação significativa com o *portfolio* referência da EIOPA em termos de Ajustamento da Volatilidade.

Com o objetivo de dispersão de risco a outros emissores fora da zona Euro e a outras classes de ativos com maior rentabilidade. Simultaneamente, promoveu-se uma redução gradual da exposição a emissores do Sul da Europa, por contrapartida do aumento da exposição a emissores da zona “core” europeia.

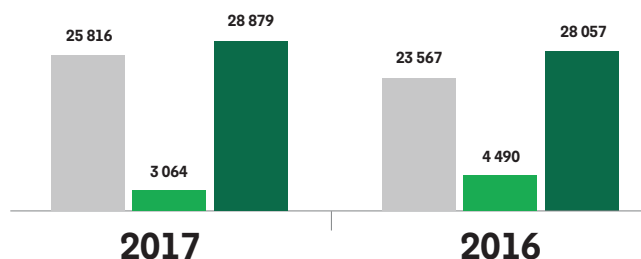
O investimento em ações e em imóveis foi fortemente reduzido ao longo do ano, sendo intenção do Grupo durante 2018 eliminar o restante destas classes de ativos.

No final do ano, a carteira de investimentos consolidada da Seguradoras Unidas situou-se em 1 708 milhares de euros. O investimento em obrigações de taxa fixa representou a maior fatia do investimento, com 62% do total da carteira de investimentos.

A carteira de obrigações apresentou um *rating* médio de *investment grade* (A) e uma exposição à dívida soberana de 771 255 milhares de euros, com forte exposição aos países Euro Core.

#### JUROS E DIVIDENDOS

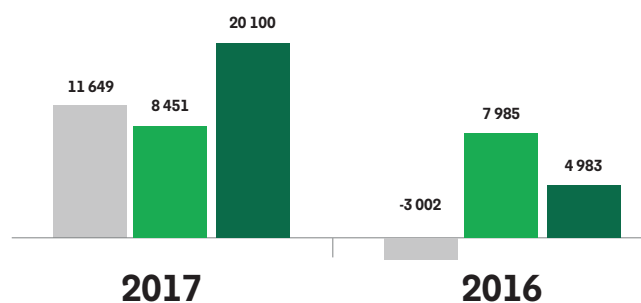
(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão - não inclui UL)



■ Títulos ■ Imóveis ■ Total

#### VALIAS REGISTRADAS EM GANHOS E PERDAS

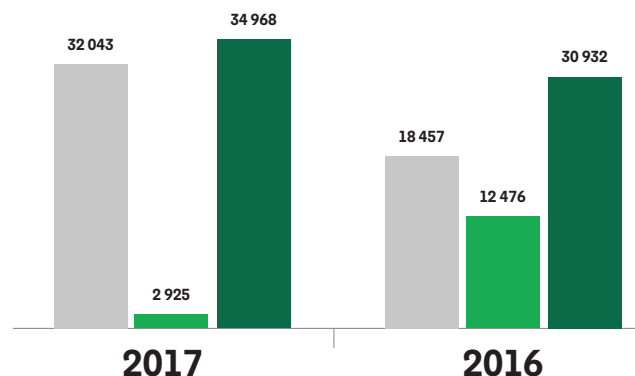
(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão - não inclui UL)



■ Títulos ■ Imóveis ■ Total

#### RESULTADOS ATIVIDADES FINANCEIRAS

(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão - não inclui UL)



■ Títulos ■ Imóveis ■ Total

NOTA: Inclui imparidades em títulos em 2017 de 5 823 milhares de euros (2 108 milhares de euros em 2016), e em imparidade de imóveis em 2017 de 8 590 milhares de euros.

No ano de 2017, o resultado da atividade financeira consolidada da Seguradoras Unidas, foi positivo em 34 968 milhares de euros o que representa um aumento de 4 036 milhares de euros, face ao ano anterior.

#### 2.4.7 CAPITAL PRÓPRIO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

O resultado líquido do Grupo em 2017 foi negativo em 25,5 milhões de euros que compara com um resultado negativo de 4,4 milhões de euros em 2016. Porém, importa referir que o resultado líquido de 2017 foi afetado negativamente por um conjunto de eventos de carácter não recorrente dos quais se destacam:

- Reconhecimento em 2017 do custo total a incorrer com o processo de reestruturação do Grupo, estimado em 35,6 milhões de euros;
- Reconhecimento da menos valia potencial a incorrer com a venda em 2018 de um conjunto de imóveis, estimada em 18,8 milhões de euros.

O Capital Próprio atribuído ao Grupo reduziu-se em 23 milhões de euros fruto sobretudo do resultado líquido do exercício (negativo em 25,5 milhões de euros).

	(milhares de euros)		
Capital Próprio	2017	2016	VAR 17/16 (%)
Capital social	84 000	84 000	0,0%
Outros instrumentos de capital	27 097	27 097	0,0%
Reservas de reavaliação e impostos	-2 102	907	-331,8%
Outras reservas	52 275	43 430	20,4%
Resultados transitados	18 345	25 731	-28,7%
Resultado líquido	-25 505	-4 401	479,5%
<b>Total</b>	<b>154 110</b>	<b>176 764</b>	<b>-12,8%</b>
<b>Interesses que Não Controlam</b>	<b>10 047</b>	<b>8 971</b>	<b>12,0%</b>
<b>Total Capital Próprio e Interesses que Não Controlam</b>	<b>164 157</b>	<b>185 735</b>	<b>-11,6%</b>

Em 2016 os valores apresentados incluem a Açoreana (adquirida a 5 de agosto de 2016).

O Grupo monitoriza a solvência de acordo com o novo Regime de Solvência II em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016. De acordo com o que está estabelecido na legislação, os dados definitivos da margem de solvência consolidada serão divulgados publicamente até ao dia 1 de julho de 2018 através do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira.

## 2.4.8 GESTÃO DE RISCO, SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E COMPLIANCE

### Gestão de Risco e Sistema de Controlo Interno

A aplicação dos requisitos qualitativos, regulado na Diretiva Solvência II, e a entrada em vigor do novo Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), introduziram significativas alterações na atividade seguradora, com particular enfoque nos princípios associados ao desenvolvimento de boas práticas a nível de gestão de riscos.

A criação de requisitos qualitativos veio fomentar a eficiência dos sistemas de governação e gestão de riscos, bem como dos procedimentos de controlo interno. Neste contexto, relevo para uma maior interligação entre as estruturas de gestão da seguradora e a autoavaliação do risco, vistos agora como parte integrante fundamental da estratégia de negócio.

Ao nível do *Governance*, a nova ordem normativa veio dar maior enfoque à atuação do órgão de gestão da empresa de seguros, imputando-lhe a responsabilidade da implementação de sistemas eficazes de controlo interno e gestão de riscos.

Neste contexto, no ano de 2017 foram desenvolvidas diversas ações e projetos, dos quais destacamos os seguintes:

- Elaboração e envio à ASF dos reportes quantitativos e qualitativos a nível individual e do Grupo;
- Finalização do projeto para substituição das ferramentas/ *Datawarehouse* que permitam responder aos requisitos de Pilar I e III;
- Participação ativa em grupos de trabalho da Associação Portuguesa de Seguradores sobre matérias referentes à evolução do projeto Solvência II;
- Revisão e respetiva formalização de diversas políticas no âmbito do acompanhamento do Programa Solvência II em vigor;
- Desenvolvimento de estudos para aplicação de cargas de capital ao *pricing* de Não-Vida e revisão de processos, informação e documentação para efeitos do respetivo reporte;
- Reporte público do Relatório sobre a solvência e situação financeira, a nível individual e Grupo;
- Reporte do ORSA individual e Grupo;
- Atualização da ferramenta de projeção de *cash flows*;
- Revisão do Sistema de Governo;
- Melhoramento de ferramentas de monitorização e reporte do risco operacional relacionado com a fraude;
- Acompanhamento, específico, da aplicação da Política de Investimentos e Política de Subscrição e Resseguro;
- Relativamente ao risco de Continuidade de Negócio:
  - Foi implementada uma melhoria ao nível dos exercícios, nomeadamente no envolvimento das equipas de Gestão de Crise (Administração) e de Gestão de Incidentes (Diretores) em *Table Top Exercises*, contemplando diferentes simulações de eventos disruptivos de impacto elevado;

- Implementada e testada uma nova ferramenta de apoio à notificação de incidentes aos colaboradores que integram o Plano de Continuidade de Negócio;
- Desenvolvimento de programas de formação específicos e de informação.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

## 2.5 OBJETIVOS PARA 2018

Do ponto de vista macroeconómico, em 2018 espera-se a consolidação da recuperação económica da economia portuguesa e europeia, não obstante as incertezas sobre a solidez de algumas classes de ativos e o processo preparatório para a saída do Reino Unido da União Europeia (UE) previsto para o início de 2019.

Após um ano de 2017 em que a economia apresentou um dos maiores crescimentos das últimas décadas, 2018 deverá trazer alguma correção, sobretudo motivada pelo desempenho do mercado externo. O consumo privado deverá manter-se em linha com 2017, enquanto se espera uma descida da Formação Bruta de Capital Fixo.

O mercado de trabalho deverá manter o bom desempenho dos últimos dois anos, refletindo-se na continuada descida da taxa de desemprego, para níveis mais baixos que da UE. A taxa de inflação poderá sofrer uma ligeira correção, nomeadamente em consequência do processo de revisão das taxas de juro de referência nos principais mercados de comércio extracomunitário e da racionalização do consumo privado face ao último ano.

No setor segurador, em concreto, espera-se a consolidação da trajetória de recuperação de prémios, acompanhando a evolução do aumento do poder de compra das famílias e uma cada vez maior apetência para os produtos não tradicionais. A inovação continuará a ser uma tônica do mercado, quer a nível de produto, quer ao nível e funcionalidades de serviço colocados à disposição dos Clientes e Parceiros. Tanto mais que, do ponto de vista do ambiente competitivo, será de esperar a continuação do foco no equilíbrio técnico nos vários ramos.

Para o Grupo, o ano de 2018 tem três objetivos principais:

1. A consolidação da operativa resultante da fusão e a captura (em velocidade cruzeiro) das sinergias da mesma;
2. O fortalecimento da posição de mercado através da inovação no serviço e simplificação dos processos;
3. O atingimento dos níveis de eficiência objetivo, de forma transversal a todas as áreas do Grupo.

O cumprimento destes objetivos tem por base a execução de um conjunto de iniciativas estratégicas, designadamente:

1. Conclusão da integração dos sistemas das Companhias e fazer o *decommissioning* dos sistemas *legacy* e duplicados;
2. Desenvolvimento de uma Rede de Distribuição mais eficaz, designadamente através da sistemática de acompanhamento comercial dos Agentes e de modelos analíticos de prevenção da erosão e identificação de oportunidades;
3. Reforço da proposta de valor dos ramos de maior rentabilidade, nomeadamente Saúde, Vida Risco e nas Pequenas e Médias Empresas;
4. Sofisticação dos modelos de *pricing* e deteção da propensão à fraude;
5. Simplificação da operativa, nomeadamente através da digitalização dos processos;
6. Formação dos Colaboradores e transformação cultural no sentido de uma cultura cada vez mais única e colaborativa, aberta à mudança e focada na capacidade de execução.

É na base destes objetivos e desafios estratégicos que continuaremos, o Grupo espera concretizar o plano e objetivos de crescimento e rentabilidade até 2020.

## 2.6 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Durante o mês de abril de 2018, foi deliberada a formalização de um crédito que a empresa-mãe do Grupo detém sobre a Calm Eagle Holding, S.A. no montante de 6,9 milhões de euros através de um contrato de empréstimo em condições normais de mercado.

Tal como antecipado na Nota 11, no final de abril de 2018, foi assinado um contrato promessa de compra e venda de um conjunto de imóveis detidos pela extinta companhia de seguros Açoreana S.A., e do qual não são esperados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Em 21 de maio de 2018, foi celebrada a alienação da participação de 47% na

Europ Assistance Companhia Portuguesa de Seguros S.A. por um valor de 22,3 milhões de euros, estando previsto igualmente o reembolso de prestações acessórias no montante de 1,4 milhões de euros.

## 2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ano extremamente desafiante, o Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos seus Clientes, Mediadores, Colaboradores e restantes Parceiros, pela sua contribuição para a mitigação dos impactos negativos no Grupo e desenvolvimento do mesmo.

O Grupo reconhece também a colaboração que a Associação Portuguesa de Seguradores tem vindo a prestar em vários domínios das suas áreas de competência e garantindo a defesa dos interesses do setor.

Um último agradecimento ao apoio da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões que contribuiu também, e de forma decisiva, para que o Grupo conseguisse ultrapassar com sucesso mais uma etapa importante da sua história.

Lisboa, 30 de maio de 2018

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães**  
(Presidente do Conselho de Administração)

**Alexander Wallace Humphreys**  
(Vogal)

**Bogdan Ignashchenko**  
(Vogal)

**Gernot Wilhelm Friedrich Lohr**  
(Vogal)

**Gonçalo Fernando de Salvado Marques Oliveira**  
(Vogal)

**Jan Adriaan de Pooter**  
(Vogal)

**José António Correia Dias Nogueira da Silva**  
(Vogal)

**Pedro Luís Francisco de Carvalho**  
(Vogal)

03

DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS - BALANÇO CONSOLIDADO (ATIVO) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(milhares de euros)

Ativo	Notas do Anexo	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações/Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	109 029		109 029	87 895
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	4	25 419		25 419	27 256
Ativos financeiros detidos para negociação	7	4 211		4 211	483
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	7	366 902		366 902	101 784
Derivados de cobertura					
Ativos disponíveis para venda	7	1 119 358	4 590	1 114 768	1 340 735
<b>Empréstimos e contas a receber</b>		<b>63 689</b>	<b>15 000</b>	<b>48 689</b>	<b>47 479</b>
Depósitos junto de empresas cedentes	7	2		2	2
Outros depósitos	7	34 123		34 123	31 471
Empréstimos concedidos	7	18 672	15 000	3 672	7 358
Contas a receber					
Outros	7	10 892		10 892	8 648
Investimentos a deter até à maturidade					
<b>Terrenos e edifícios</b>		<b>3 143</b>	<b>230</b>	<b>2 913</b>	<b>79 316</b>
Terrenos e edifícios de uso próprio	9	2 877	230	2 647	35 425
Terrenos e edifícios de rendimento	9	266		266	43 891
Outros ativos tangíveis	10	52 717	47 519	5 198	4 535
Inventários	10	80		80	51
Goodwill	12	65 981		65 981	65 981
Outros ativos intangíveis	12	144 436	129 073	15 363	21 226
<b>Provisões técnicas de resseguro cedido</b>		<b>101 219</b>		<b>101 219</b>	<b>81 474</b>
Provisão para prémios não adquiridos	5	21 482		21 482	24 374
Provisão matemática do ramo vida	5	1 151		1 151	1 004
Provisão para sinistros	5	78 586		78 586	56 092
Provisão para participação nos resultados	5				4
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	209		209	
<b>Outros devedores por operações de seguros e outras operações</b>		<b>164 565</b>	<b>20 582</b>	<b>143 983</b>	<b>86 616</b>
Contas a receber por operações de seguro direto	13	72 522	9 180	63 342	55 866
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	53 025	3 980	49 045	13 011
Contas a receber por outras operações	13	39 018	7 422	31 596	17 739
<b>Ativos por impostos</b>		<b>108 918</b>		<b>108 918</b>	<b>93 960</b>
Ativos por impostos correntes	24	6 433		6 433	2 064
Ativos por impostos diferidos	24	102 485		102 485	91 896
Acréscimos e diferimentos	13	3 243		3 243	4 229
Outros elementos do ativo	13	124 404		124 404	131 448
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	11	74 577		74 577	104 006
<b>Total Ativo</b>		<b>2 532 100</b>	<b>216 994</b>	<b>2 315 106</b>	<b>2 278 474</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
Paulo Jorge Pinheiro SantosO DIRETOR DE CONTABILIDADE  
Pedro Manuel Borges Medalhas da SilvaO DIRETOR FINANCEIRO  
Alexandre Miguel Varela Simões LopesO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães  
Alexander Wallace Humphreys  
Bogdan Ignaschenko  
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr  
Gonçalo Fernando de Salgado Marques Oliveira  
Jan Adriaan de Pooter  
José António Correia Dias Nogueira da Silva  
Pedro Luís Francisco de Carvalho

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS - BALANÇO CONSOLIDADO (PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(milhares de euros)

Passivo e Capital Próprio	Notas do Anexo	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<b>Passivo</b>			
<b>Provisões técnicas</b>		<b>1 792 465</b>	<b>1 767 965</b>
Provisão para prémios não adquiridos	5	160 769	156 139
Provisão matemática do ramo vida	5	591 765	654 581
<b>Provisão para sinistros</b>		<b>994 864</b>	<b>895 028</b>
De vida	5	65 452	46 474
De acidentes de trabalho	5	553 024	533 289
De outros ramos	5	376 388	315 265
Provisão para participação nos resultados	5	16 491	20 812
Provisão para compromissos de taxa	5		9 236
Provisão para estabilização de carteira	5	427	127
Provisão para desvios de sinistralidade	5	15 858	14 529
Provisão para riscos em curso	5	12 291	17 513
Outras provisões técnicas			
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	6	142 913	151 610
<b>Outros passivos financeiros</b>		<b>18 433</b>	<b>33 827</b>
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados	6		8 540
Depósitos recebidos de resseguradores	6	400	11 722
Outros	6 e 7	18 033	13 565
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	415	4 491
<b>Outros credores por operações de seguros e outras operações</b>		<b>109 285</b>	<b>68 671</b>
Contas a pagar por operações de seguro direto	13	35 131	28 764
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	56 421	23 335
Contas a pagar por outras operações	13	17 733	16 572
<b>Passivos por impostos</b>		<b>18 603</b>	<b>20 020</b>
Passivos por impostos correntes	24	18 603	20 020
Passivos por impostos diferidos			
Acréscimos e diferimentos	13	64 758	44 403
Outras Provisões	13	4 077	1 752
Outros Passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
<b>Total Passivo</b>		<b>2 150 949</b>	<b>2 092 739</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	25	84 000	84 000
(Ações Próprias)			
Outros instrumentos de capital	25	27 097	27 097
<b>Reservas de reavaliação</b>		<b>1 993</b>	<b>3 451</b>
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	26	9 674	7 108
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de ativos intangíveis			
Por revalorização de outros ativos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio	26	-7 681	-3 657
Reserva por impostos diferidos e correntes	26	-4 095	-2 544
Outras reservas	26	52 275	43 430
Resultados transitados		18 345	25 731
Resultado do exercício		-25 505	-4 401
<b>Total Capital Próprio</b>		<b>154 110</b>	<b>176 764</b>
Interesses que não controlam	4	10 047	8 971
<b>Total capital próprio e interesses que não controlam</b>		<b>164 157</b>	<b>185 735</b>
<b>Total passivo, interesses que não controlam e capital próprio</b>		<b>2 315 106</b>	<b>2 278 474</b>

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(milhares de euros)

Conta de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	31 de dezembro de 2017				31 de dezembro de 2016
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
<b>Prémios adquiridos líquidos de resseguro</b>		<b>50 075</b>	<b>604 591</b>		<b>654 666</b>	<b>478 217</b>
Prémios brutos emitidos	14	55 294	699 907		755 201	539 142
Prémios de resseguro cedido	14	-4 765	-84 787		-89 552	-70 503
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	5 e 14	-457	-9 389		-9 846	11 389
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	5 e 14	3	-1 140		-1 137	-1 811
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	15	573			573	430
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>		<b>103 882</b>	<b>482 550</b>		<b>586 432</b>	<b>411 395</b>
Montantes pagos		<b>85 452</b>	<b>416 175</b>		<b>501 627</b>	<b>363 556</b>
Montantes brutos	5	87 133	453 421		540 554	382 279
Parte dos resseguradores		-1 681	-37 246		-38 927	-18 723
Provisão para sinistros (variação)		<b>18 430</b>	<b>66 375</b>		<b>84 805</b>	<b>47 839</b>
Montante bruto	5	18 974	88 642		107 616	51 458
Parte dos resseguradores	5	-544	-22 267		-22 811	-3 619
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	5	-8 958	-3 917		-12 875	5 006
<b>Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro</b>		<b>-65 916</b>			<b>-65 916</b>	<b>-34 305</b>
Montante bruto	5	-65 770			-65 770	-34 202
Parte dos resseguradores	5	-146			-146	-103
Participação nos resultados, líquida de resseguro	5	-4 416			-4 416	-741
<b>Custos e gastos de exploração líquidos</b>	21	<b>22 639</b>	<b>192 026</b>		<b>214 665</b>	<b>143 838</b>
Custos de aquisição		15 115	151 746		166 861	108 644
Custos de aquisição diferidos (variação)	5	-304	-3 272		-3 576	1 409
Gastos administrativos		9 399	55 960		65 359	46 273
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-1 571	-12 408		-13 979	-12 488
<b>Rendimentos</b>	16	<b>9 893</b>	<b>9 701</b>	<b>9 286</b>	<b>28 880</b>	<b>28 057</b>
De juros de ativos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		7 566	6 100	402	14 068	18 266
De juros de passivos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
Outros		2 327	3 601	8 884	14 812	9 791
<b>Gastos financeiros</b>	16	<b>1 830</b>	<b>3 091</b>	<b>188</b>	<b>5 109</b>	<b>4 656</b>
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						28
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						4 628
Outros		1 830	3 091	188	5 109	4 628
<b>Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas</b>		<b>-1 297</b>	<b>6 943</b>	<b>-648</b>	<b>4 998</b>	<b>-5 146</b>
De ativos disponíveis para venda	17 e 18	2 783	6 943	-165	9 561	-1 439
De empréstimos e contas a receber						
De investimentos a deter até à maturidade						
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	6 e 17	-4 080			-4 080	-4 107
De outros	17			-483	-483	400
<b>Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas</b>		<b>3 903</b>	<b>-70</b>	<b>8 390</b>	<b>12 223</b>	<b>1 550</b>
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	17 e 18			6 477	6 477	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6, 17 e 18	3 903	-70	1 913	5 746	1 550
Diferenças de câmbio	19		-30	-6 884	-6 914	-849
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	17 e 18	-499	-5 762		-6 261	9 233
<b>Perdas de imparidade (líquidas reversão)</b>		<b>-637</b>	<b>-13 367</b>	<b>-756</b>	<b>-14 760</b>	<b>-20 379</b>
De ativos disponíveis para venda	7	-637	-5 179	-7	-5 823	-2 108
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado						
De investimentos a deter até à maturidade						
De outros	12 e 13		-8 188	-749	-8 937	-18 271
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	20		-3 804		-3 804	-2 954
Outras provisões (variação)	13			-2 393	-2 393	3 294
Outros rendimentos/gastos	20			3 037	3 037	800
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas						
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	4 e 16			5 570	5 570	5 458
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	18			14 712	14 712	-1 249
<b>Resultado Líquido Antes de Impostos</b>		<b>12 950</b>	<b>-75 548</b>	<b>30 126</b>	<b>-32 472</b>	<b>-33 387</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24			-4 672	-4 672	-3 526
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24			12 423	12 423	32 782
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>12 950</b>	<b>-75 548</b>	<b>37 877</b>	<b>-24 721</b>	<b>-4 131</b>
Atribuível aos interesses que não controlam	4			784	784	270
Atribuível aos acionistas da empresa mãe		12 950	-75 548	37 093	-25 505	-4 401
<b>Resultado por Ação (em Euros)</b>	27				<b>-0,14</b>	<b>-0,02</b>

# 04

## DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

# DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

## DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	2017			2016		
	Total	Acionista	Interesses que não controlam	Total	Acionista	Interesses que não controlam
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-24 721</b>	<b>-25 505</b>	<b>784</b>	<b>-4 131</b>	<b>-4 401</b>	270
<b>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados</b>	<b>-497</b>	<b>-1 426</b>	<b>929</b>	<b>10 270</b>	<b>10 270</b>	-
Varição de justo valor dos ativos disponíveis para venda, associadas e empreendimentos conjuntos	2 556	2 556	-	12 089	12 089	-
Varição dos impostos correntes e diferidos	-1 551	-1 551	-	-3 213	-3 213	-
Varição da reserva cambial	-3 606	-4 014	408	1 394	1 394	-
Aplicação da IAS 29	2 104	1 583	521	-	-	-
<b>Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração de resultados</b>	<b>4 277</b>	<b>4 277</b>	<b>-</b>	<b>2 050</b>	<b>2 050</b>	-
Varição de desvios atuariais reconhecidos nas reservas	4 277	4 277	-	2 050	2 050	-
Varição dos impostos correntes e diferidos	-	-	-	-	-	-
<b>Total do outro rendimento integral</b>	<b>3 780</b>	<b>2 851</b>	<b>929</b>	<b>12 320</b>	<b>12 320</b>	-
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	<b>-20 941</b>	<b>-22 654</b>	<b>1 713</b>	<b>8 189</b>	<b>7 919</b>	270

**05**

**DEMONSTRAÇÃO  
DE VARIAÇÃO DE CAPITALS  
PRÓPRIOS CONSOLIDADOS**

# DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS

## DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO NOS CAPITALS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(milhares de euros)

	Capital	Outros Instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos e Correntes	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe	Total de Capital Próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe	Interesses que não controlam	Total de Capital Próprio
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2016</b>	<b>12 600</b>	<b>60 000</b>	<b>-10 032</b>	<b>669</b>	<b>36 252</b>	<b>2 082</b>	<b>-748</b>	<b>29 415</b>	<b>130 238</b>	<b>8 373</b>	<b>138 611</b>
Transferência para reservas	-	-	-	-	2 936	-	26 479	-29 415	-	-	-
Aumentos/ reduções de capital	71 400	-32 903	-	-	-	-	-	-	38 497	-	38 497
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	246	246
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas	-	-	-	-	-	2 050	-	-	2 050	-	2 050
Alterações de justo valor, líquidas de impostos	-	-	11 639	-3 213	-	-	-	-	8 426	-	8 426
Variação da reserva cambial	-	-	1 394	-	-	-	-	-	1 394	-	1 394
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-4 401	-4 401	270	-4 131
Alterações perímetro/ método de consolidação	-	-	450	-	-	110	-	-	560	82	642
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>84 000</b>	<b>27 097</b>	<b>3 451</b>	<b>-2 544</b>	<b>39 188</b>	<b>4 242</b>	<b>25 731</b>	<b>-4 401</b>	<b>176 764</b>	<b>8 971</b>	<b>185 735</b>
Transferência para reservas	-	-	-	-	2 985	-	-7 386	4 401	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-242	-242
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas	-	-	-	-	-	4 277	-	-	4 277	-	4 277
Alterações de justo valor, líquidas de impostos	-	-	2 556	-1 551	-	-	-	-	1 005	-	1 005
Ganhos líquidos por diferenças de taxa de câmbio	-	-	-4 014	-	-	-	-	-	-4 014	408	-3 606
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-25 505	-25 505	784	-24 721
Efeito de hiperinflação - IAS 29	-	-	-	-	-	1 583	-	-	1 583	521	2 104
Alterações perímetro/ método de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-395	-395
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>84 000</b>	<b>27 097</b>	<b>1 993</b>	<b>-4 095</b>	<b>10 102</b>	<b>18 345</b>	<b>10 102</b>	<b>-25 505</b>	<b>154 110</b>	<b>10 047</b>	<b>164 157</b>

# 06

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS



# DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(milhares de euros)

	2017	2016
<b>Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais</b>	<b>63 870</b>	<b>-69 355</b>
Resultado líquido do exercício	-25 505	-4 401
Depreciações e amortizações do exercício	11 524	11 153
Imparidade de ativos líquida de reversões e recuperações	14 760	20 379
Benefícios pós emprego	-4 281	-2 324
Variação de outras provisões	2 326	-4 228
Variação de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	-46 302	-8 704
Variação de outros ativos e passivos por impostos	-17 925	-27 239
Variação de outros ativos e passivos	96 877	-47 300
Variação de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	29 291	8 274
Variação das provisões técnicas de seguro direto	24 501	20 827
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	-19 743	-24 657
Variação de passivos por contratos de investimento	-8 698	-26 037
Variação de outros elementos do ativo	7 045	14 902
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimento</b>	<b>-35 272</b>	<b>79 688</b>
Variação de investimentos e derivados	-45 814	-17 227
Aquisição subsidiária Açoreana Seguros, S.A.	-	-7 124
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	-8 757	-3 963
Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	83	1 386
Aquisição e beneficiações de imóveis	-	-5 725
Alienações de terrenos e edifícios	19 216	112 341
<b>Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento</b>	<b>-7 464</b>	<b>38 413</b>
Subscrição de capital/ prestações acessórias	-	38 497
Passivos subordinados	-8 540	-
Interesses que não controlam	1 076	-84
<b>Variação Líquida em Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem</b>	<b>21 134</b>	<b>48 746</b>
Caixa e equivalentes no início do exercício	87 895	39 149
Caixa e equivalentes no fim do exercício	109 029	87 895

**07**

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS**

# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

## NOTA 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A empresa mãe do Grupo, a Seguradoras Unidas, S.A. (doravante designado “Grupo”) é uma companhia de seguros resultante da fusão por incorporação na Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., das companhias de seguros por esta detidas a 100%, a T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (constituída em julho de 2006), a Seguros LOGO, S.A. (constituída em dezembro de 2007) e a Açoreana Seguros, S.A. (adquirida em 5 de agosto de 2016 - Nota 32).

Esta fusão foi registada e produziu efeitos a 30 de dezembro de 2016, após aprovação dos órgãos de gestão e de fiscalização das quatro entidades envolvidas e mediante aprovação prévia da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), tendo as entidades incorporadas sido extintas por incorporação nessa data (Nota 32). Nesta mesma data, a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. alterou a sua designação para Seguradoras Unidas, S.A. Não obstante, do ponto de vista comercial, a gestão da Companhia decidiu manter ativas as marcas Tranquilidade, Açoreana e LOGO.

Em 15 de janeiro de 2015, a totalidade do capital acionista da empresa mãe do Grupo foi adquirida pela Calm Eagle Holdings, S.à.r.l., uma sociedade controlada pelos fundos de investimento afiliados da Apollo Global Management, LLC, tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

A empresa mãe do Grupo tem sede social e local principal de negócios na Av. da Liberdade, n.º 242, em Lisboa, estando registada com o NIPC 500940231 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. Exerce a atividade de seguros e resseguros em Portugal em todos os ramos técnicos Vida e Não-Vida (com exceção do seguro de crédito), sob a supervisão da ASF e mediante a autorização n.º 1197 e LEI: 549300CGCHTYQ1Z4V333.

O Grupo opera através dos seus escritórios de Lisboa, Porto e Ponta Delgada. A rede de distribuição em Portugal está dividida em zonas comerciais e delegações, que são suportadas por um total de 616 pontos físicos de venda que se distribuem geograficamente por todo o território continental e regiões autónomas. Por tipologia, a rede física é composta por 44 lojas próprias e por 568 lojas de Parceiros com imagem da Tranquilidade ou Açoreana, dos quais 214 são Exclusivos de uma das marcas.

Através da LOGO, marca digital de seguros lançada em janeiro de 2008, que foi a primeira *low cost* a disponibilizar serviços e produtos do ramo Não-Vida exclusivamente através da *Internet* e telefone, atualmente disponibiliza seguros automóvel (incluindo moto), casa, saúde e vida risco crédito habitação, contando com mais de 120 mil Clientes.

## NOTA 2 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo explora todos os ramos de seguros Vida e Não-Vida, para os quais foi autorizada pela ASF, e as suas políticas e regras de subscrição são definidas tendo por objetivo obter por produto o melhor equilíbrio custo/benefício para o Grupo, Cliente e Parceiro de Negócio, utilizando para o efeito todas as fontes de informação disponíveis para uma avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Os segmentos operacionais objeto de relato correspondem a uma tipologia de enquadramento das linhas de negócio.

A análise das principais rubricas da conta de ganhos e perdas consolidada em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e segmentada pelas linhas de negócio Vida mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)

2017	Total Vida	Tradicionalis	Capitalização com Participação de Resultados	Capitalização sem Participação de Resultados
<b>Rubricas de Ganhos e Perdas</b>				
Prémios brutos emitidos	55 294	41 103	9 620	4 571
Prémios de resseguro cedido	573	-	-	573
Prémios brutos adquiridos	54 837	40 646	9 620	4 571
Resultado dos investimentos	9 533	7 037	1 625	871
Custos com sinistros brutos	106 107	26 674	76 295	3 138
Custos de exploração brutos	-65 770	-8 263	-57 507	-
Resultado Técnico	-8 958	-4 487	-4 471	-
Variação da provisão para estabilização carteira	-4 416	1 291	-5 707	-
Participação nos resultados	24 210	12 681	2 131	9 398
Custos de exploração brutos	-820	-820	-	-
Saldo de resseguro	-	-	-	-
Resultado técnico	12 950	18 968	504	-6 522

(milhares de euros)

2016	Total Vida	Tradicionais	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados
<b>Rubricas de Ganhos e Perdas</b>				
Prémios brutos emitidos	52 956	36 131	16 819	6
Comissões de contratos de investimento	430	-	-	430
Prémios brutos adquiridos	52 674	35 849	16 819	6
Resultado dos investimentos	9 482	7 058	3 059	-635
Custos com sinistros brutos	72 776	22 805	49 972	-
Varição da provisão matemática	-34 202	-119	-34 083	-
Outras Provisões Técnicas	12 375	1 794	10 580	-
Participação nos resultados	-738	-1 015	277	-
Custos de exploração brutos	13 587	12 195	1 140	252
Saldo de resseguro	490	490	-	-
Outros valores da conta de ganhos e perdas	3	3	-	-
Resultado Técnico	-719	7 740	-8 008	-451

A análise das principais rubricas da conta de ganhos e perdas consolidada em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e segmentada pelas linhas de negócio Não-Vida mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)

2017	Total Não-Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
<b>Rubricas de Ganhos e Perdas</b>					
Prémios brutos emitidos	699 907	144 164	106 407	298 982	150 354
Prémios de resseguro cedido	-84 787	-2 817	-41 658	-1 172	-39 140
Prémios brutos adquiridos	690 518	143 063	107 319	291 170	148 966
Resultado dos investimentos	-5 676	-872	-1 153	-3 052	-600
Custos com sinistros brutos	542 063	132 738	100 048	234 256	75 021
Custos de exploração brutos	204 434	36 176	42 097	84 713	41 448
Resultado Técnico	-75 548	-22 605	-23 875	-33 211	4 142

(milhares de euros)

2016	Total Não-Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
<b>Rubricas de Ganhos e Perdas</b>					
Prémios brutos emitidos	486 186	98 769	83 299	212 500	91 618
Prémios de resseguro cedido	-67 255	743	-35 183	-5 147	-27 668
Prémios brutos adquiridos	497 857	105 032	86 895	213 182	92 748
Resultado dos investimentos	14 239	8 712	2 559	5 716	-2 748
Custos com sinistros brutos	360 961	123 468	41 022	152 706	43 765
Custos de exploração brutos	142 739	27 005	27 499	61 142	27 093
Resultado técnico	-25 059	-56 358	6 141	1 902	23 256

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016, da conta técnica Não-Vida por zona geográfica, é como segue:

(milhares de euros)

2017	Total	Portugal	Moçambique	Angola
<b>Rubricas de Ganhos e Perdas</b>				
Prémios brutos emitidos	699 907	681 119	2 394	16 394
Prémios de resseguro cedido	-84 787	-79 451	-689	-4 647
Prémios brutos adquiridos	690 518	673 083	2 323	15 112
Resultado dos investimentos	-5 676	-6 203	104	423
Custos com sinistros brutos	542 063	532 815	1 183	8 065
Custos de exploração brutos	204 434	201 887	685	1 862
Resultado técnico	-75 548	-79 917	302	4 067

(milhares de euros)

2016	Total	Portugal	Moçambique	Angola
<b>Rubricas de Ganhos e Perdas</b>				
Prémios brutos emitidos	486 186	471 239	1 561	13 386
Prémios de resseguro cedido	-67 255	-63 157	-662	-3 436
Prémios brutos adquiridos	497 857	482 547	1 510	13 800
Resultado dos investimentos	14 239	12 743	775	721
Custos com sinistros brutos	360 961	352 778	698	7 485
Custos de exploração brutos	142 739	139 498	800	2 441
Resultado técnico	-25 059	-28 774	680	3 035

A conta técnica de Vida de 31 de dezembro de 2017 e 2016 é essencialmente decorrente das operações em Portugal, tendo em atenção que os valores respeitantes às operações africanas são de pouca expressão.

Ao longo de 2016 o Grupo encerrou a sua sucursal em Espanha, sendo de realçar que os respetivos valores são imateriais em termos de relato individualizado.

### NOTA 3 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2017, o Grupo adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2017. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 35. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 35.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, sendo que os montantes arredondados apresentados podem não somar à unidade em todos os casos.

As demonstrações financeiras estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e propriedades de investimento. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que o Grupo efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Nos termos das normas contabilísticas aplicáveis e da legislação em vigor, o Grupo prepara demonstrações financeiras consolidadas, e por sua vez consolida na AP VIII *Calm Eagle Holdings SCA*, com sede no Luxemburgo, na Avenue J.F. Kennedy L-1855, 44.

As demonstrações financeiras do Grupo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de maio de 2018. Estas demonstrações financeiras estão pendentes de aprovação pela respetiva Assembleia Geral.

## PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADOTADOS

### Ativos financeiros

#### Classificação

O Grupo classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, que inclui:
  - Os ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;

- Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações são reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:

- Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*);
- Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

- Ativos financeiros disponíveis para venda, que inclui:

- Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.

- Empréstimos concedidos e contas a receber, onde são classificados os ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

- Ativos financeiros a deter até à maturidade, que inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Grupo tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará o Grupo a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e o Grupo ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria. Durante 2014, o Grupo procedeu à alienação de ativos desta categoria, não cumprindo com os requisitos definidos na IAS39 ("tainting"). Nesta base, até ao final do exercício de 2016 o Grupo não pôde ter ativos classificados nesta categoria.

#### Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

#### Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos classificados como ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja, identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição líquido de perdas por imparidade.

#### *Transferências entre categorias*

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira ativos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria.

Adicionalmente, as transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a Clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros a deter até à maturidade são permitidas, em determinadas circunstâncias específicas.

#### *Imparidade*

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa, e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por

imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento do justo valor for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, casos em que o aumento do justo valor dos títulos é reconhecido por contrapartida de reservas.

#### **Instrumentos financeiros derivados**

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash-flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

#### **Derivados embutidos**

Os derivativos que estão embutidos em outros instrumentos financeiros, são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal, e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivativos embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

#### **Passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são liquidados, cancelados ou extintos.

#### **Operações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos

e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

### Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de Ativos	Número de Anos
Imóveis de serviço próprio	13 a 72
Equipamento informático	3 a 6
Mobiliário e material	4 a 8
Instalações interiores	5 a 20
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Material de transporte	4
Outro equipamento	7 a 10

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda, e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

### Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital, ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que o Grupo venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

### Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efetuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

### Ativos Intangíveis

O valor do negócio adquirido (*Value in force-VIF*) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VIF corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, normalmente 3 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

### Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

### Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Grupo considera como “Caixa e seus equivalentes” o total da rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem”. Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

### Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito, e registados em empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

No decurso da sua atividade, o Grupo aceita e cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro direto.

### Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.

### Plano de Benefício Pós-Reforma

Algumas entidades do Grupo assumem a responsabilidade de conceder aos seus empregados benefícios complementares às pensões de reforma por velhice e invalidez emergentes do regime geral da segurança social, nos termos estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletivas de Trabalho (IRCT) que lhes sejam aplicáveis.

A convenção coletiva de trabalho, que originariamente se aplicava às relações laborais vigentes em algumas entidades do Grupo, era o Contrato Coletivo de Trabalho, publicado no BTE n.º 32 de 29 de agosto 2008, no qual se previa que os empregados abrangidos por esta convenção, admitidos no setor até 22 de junho de 1995, poderiam aceder a uma prestação pecuniária complementar à reforma atribuída pela Segurança Social.

Algumas entidades do Grupo, em sintonia com as demais empresas de seguros em idênticas circunstâncias, declararam o fim da vigência e da aplicação desta convenção com efeitos a 31 de dezembro de 2016, designadamente no que respeita aos referidos planos complementares de pensões de benefício definido.

As responsabilidades do Grupo relativas às referidas prestações complementares às pensões de reforma (plano de benefícios definidos), são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, individualmente para cada plano.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros, publicado no BTE n.º 2, de 15 de janeiro de 2012, que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. Este contrato coletivo de trabalho foi sucedido e substituído pelo Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE, n.º 4 de 29 de janeiro de 2016.

O Acordo Coletivo de Trabalho foi objeto de portaria de extensão, publicada no BTE n.º 25, de 8 de julho de 2016, o que determinou a aplicação dos regimes desta convenção a todos os empregados de entidades do Grupo não filiados nos sindicatos outorgantes, com exceção dos empregados filiados no Sinapsa – Sindicato Nacional dos profissionais de Seguros e Afins.

Das alterações decorrentes do Contrato Coletivo de Trabalho de 2012, que se mantiveram no novo Acordo Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes:

- (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os empregados passam a estar abrangidos por um plano de contribuição definido;
- (ii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado efetivo, o qual será devido, verificadas as respetivas condições de atribuição, sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos no Grupo.

Relativamente à alteração do plano complementar de pensões, cuja natureza mudou de benefício definido para contribuição definida, e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos empregados no ativo abrangidos pela nova convenção foi convertido em contas individuais desses empregados, integrando o respetivo plano individual de reforma, o Grupo, de acordo com o IAS 19, procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido, nos referidos casos limitados em que a mesma ainda perdura, é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade, de empresas de *rating* elevado, com maturidade semelhante à maturidade média das obrigações do plano. A



responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/ custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Grupo multiplicando o ativo/ responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/ custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento estimado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento estimado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral (Outras reservas).

O Grupo reconhece na sua demonstração de ganhos e perdas um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/ custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/ custo líquido com o plano de pensões é reconhecido em custos com pessoal. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do trabalhador atingir a idade da reforma.

O plano é financiado anualmente com contribuições do Grupo para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e de 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte o Grupo avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

#### *Plano de contribuição definida*

Para os planos de contribuição definida, que abrangem a generalidade dos empregados, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos empregados de algumas entidades do Grupo são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Em 31 de dezembro de 2017, e ressalvados os empregados abrangidos pelo plano de benefício definido, algumas entidades do Grupo têm dois planos de contribuição definida, consoante a origem inicial da entidade patronal (Tranquilidade ou Açoreana, anterior a fusão) para os empregados no ativo admitidos até 22 de junho de 1995, bem como para todos os empregados que observem as condições definidas no novo Acordo Coletivo de Trabalho, efetuando contribuições anuais, tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador.

#### *Prémio de permanência*

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador, além das demais condições previstas na Cláusula 42ª do referido Acordo Coletivo de Trabalho, complete um ou mais múltiplos de 5 anos no Grupo. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Este benefício aplica-se a todos os empregados abrangidos pelo Acordo Coletivo de Trabalho de 2016.

#### *Benefícios de saúde*

Adicionalmente algumas entidades do Grupo concederam um benefício de assistência médica aos empregados no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma. O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

#### *Benefícios de curto prazo*

Os restantes benefícios de curto prazo, incluindo remunerações variáveis quando haja lugar ao seu pagamento aos empregados, são contabilizados como custo do exercício a que respeitam.

#### **Impostos sobre lucros**

As empresas do Grupo com sede em Portugal estão sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2017 e 2016 corresponde a 22,5%, acrescida da respetiva Derrama Estadual, determinada nos termos da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1 500 000 euros e inferior a 7 500 000 euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7 500 000 euros e inferior a 35 000 000 euros, e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

As restantes entidades do Grupo são sujeitas a impostos locais nos países/ territórios onde estas estão estabelecidas.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, bem como de ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/ pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa que venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

#### Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências fiscais e outras resultantes da atividade do Grupo.

#### Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

#### Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

#### Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

#### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o Grupo avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas

de resseguro cedido, e também ao nível das outras contas a receber.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica “Perdas por imparidade (líquidas de reversão)”. Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela ASF.

#### Reporte por segmentos operacionais

O Grupo determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

O Grupo controla a sua atividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2. O Grupo não adotou o IFRS 8 uma vez que não é uma entidade cotada. A informação apresentada respeita os requisitos de divulgação definidos pela ASF.

#### PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e os resultados das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

#### Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto).

A decisão de que uma entidade tem que ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto direto nos resultados consolidados.

#### **Imparidade para investimentos em associadas**

O Grupo avalia anualmente o valor recuperável dos investimentos em associadas, quando existem indicadores de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

#### **Justo valor dos instrumentos financeiros e outros ativos ao justo valor**

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

#### **Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda**

O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

#### **Impostos sobre os lucros**

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelas empresas do Grupo, com sede em Portugal durante um período de quatro anos, ou um período superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da empresa mãe do Grupo, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

#### **Imparidade do Goodwill**

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo do Grupo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço que se encontra reconhecido no ativo do respetivo *goodwill*, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

#### **Imparidade dos ativos de longo prazo**

Os ativos intangíveis de longo prazo (VIF) são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando as incertezas quanto à determinação do valor recuperável líquido dos ativos intangíveis, pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados do Grupo.

#### **Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento**

A determinação das responsabilidades das companhias de seguros do Grupo por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 4. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas do Grupo, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

As provisões técnicas relativas aos produtos Vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos, nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas, incluindo uma margem de risco e incerteza.

As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes e Doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos, nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas, incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária incluem: (i) provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir, (ii) provisão para prémios não adquiridos, (iii) provisão para riscos em curso, (iv) teste de adequação das responsabilidades, (v) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas, (vi) provisão matemática de contratos Vida e (vii) provisão para estabilização de carteira.

A provisão matemática inclui a avaliação resultante do teste de adequação das responsabilidades. A provisão para participação nos resultados inclui a responsabilidade apurada através do *Shadow Accounting*. A provisão para sinistros inclui a estimativa das responsabilidades dos sinistros ocorridos à data do balanço. Quando existem sinistros indemnizáveis ao abrigo dos contratos de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados.

O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados e na sua determinação avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

O Grupo regista provisões para sinistros do ramo Não-Vida para cobrir os pagamentos a efetuar considerando a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa do Grupo de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência e custo da sinistralidade e outros fatores.

As variáveis utilizadas na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos, nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado ao Grupo. As provisões são revistas regularmente, através de um processo contínuo, à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Face ao exposto e tendo em conta a natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros refletidos nas demonstrações financeiras refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

## NOTA 4 CONSOLIDAÇÃO

### Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos e resultados da Seguradoras Unidas, S.A. e das suas subsidiárias (“Grupo” ou “Grupo Seguradoras Unidas”), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

### Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, desde a data em que o Grupo adquire o controlo até à data em que o controlo termina.

As perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por fases/etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, aquando do cálculo do *goodwill*, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao valor de mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

### Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, desde que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, exceto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

### *Goodwill*

As concentrações de atividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra dos ativos cedidos e passivos incorridos ou assumidos. O registo dos custos diretamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária são imputados diretamente a resultados. Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a subsidiária, os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais” são registados pelo respetivo justo valor.

O *goodwill* positivo resultante de aquisições é reconhecido como um ativo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional dos ativos, passivos e passivos contingentes desse negócio, consoante a opção tomada.

Caso se verifique que a parcela correspondente à percentagem de participação adquirida pelo Grupo nos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária excede o custo de aquisição, o excesso é registado diretamente em resultados do exercício em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade, de acordo com os requisitos da Norma IAS 36 – “Imparidade de ativos”.

As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício e não podem ser revertidas. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

O *goodwill* não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados, ou capitais próprios, se aplicável.

### *Imparidade*

O valor recuperável dos investimentos em associadas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

### *Aquisição e diluição de interesses que não controlam*

A aquisição de interesses que não controlam, da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transação com acionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida diretamente em reservas. De

igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que controlam das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

### *Perda de controlo*

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Nas diluições de interesses que controlam sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos são registadas por contrapartida de reservas.

### *Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro*

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam ou como a moeda em que as subsidiárias obtêm os seus proveitos ou financiam a sua atividade. Na consolidação, o valor dos ativos e passivos, incluindo o *goodwill*, de subsidiárias residentes no estrangeiro que não sejam consideradas de moeda funcional de uma economia hiperinflacionária, é registado pelo seu contravalor em euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira, em que se aplica o método de consolidação integral e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas - diferenças cambiais.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em euros a uma taxa de câmbio aproximada das taxas em vigor na data em que se efetuaram as transações. As diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas - diferenças cambiais.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, para as quais existe perda de controlo, as diferenças cambiais associadas à participação financeira e à respectiva operação de cobertura previamente registadas em reservas são transferidas para resultados, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Se a moeda funcional de uma unidade operacional estrangeira é a moeda de uma economia hiperinflacionária, então as suas demonstrações financeiras são ajustadas primeiramente para refletir o poder de compra à data do balanço atual e depois convertidas na moeda de apresentação utilizando a taxa de câmbio à data do balanço atual.

Nesse sentido, os itens não monetários são atualizados, no final do período de relato, através da aplicação de um índice geral de preços, desde a data de aquisição ou da última data de revalorização, conforme o que tiver ocorrido mais recentemente. Os itens de rendimentos e gastos, incluindo outro rendimento integral, são igualmente atualizados, sendo apurado o ganho e perda na posição monetária líquida, que reflete o ganho ou perda da posição líquida monetária da unidade operacional estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2017, relativamente a Angola, a taxa de inflação acumulada nos últimos três anos aproxima-se ou ultrapassa os 100%, dependendo do índice utilizado, existindo igualmente a expectativa de que continuará a exceder cumulativamente os 100% em 2018, o que é uma condição quantitativa

objetiva para além da existência de outras condições previstas na IAS 29, que a moeda funcional das demonstrações financeiras da Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A. e ADV Angola – Planos e Sistemas de Saúde, Lda. em 31 de dezembro de 2017 corresponde à moeda de uma economia hiperinflacionária.

#### Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas

consolidadas. Os ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

#### Perímetro de consolidação

A informação financeira resumida das subsidiárias e associadas que figuram no perímetro de consolidação, retirada das suas contas estatutárias em 31 de dezembro de 2017 e 2016, exceto quando expressamente indicado, é como segue:

(milhares de euros)

Nome da Empresa/Sede	Classificação	Método Contabilização	Participação (%)			Dados Financeiros							
			Direta	Direito de Voto	Efetiva	Ativo		Passivo		Capital Próprio		Resultado Líquido	
						2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<b>Seguradoras Unidas, S.A.</b> Av. da Liberdade, 242 1250-149 Lisboa, Portugal	"Empresa Mãe"	-	-	-	-	2 232 308	2 210 768	2 100 406	2 051 870	131 903	158 898	-41 690	29 851
<b>Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros, S.A.</b> Av. Armando Tivane, 1212 Caixa Postal 1959, Maputo, Moçambique	Subsidiária	Consolidação Integral	99,996	100,00	100,00	3 529	3 166	3 007	2 573	523	593	-105	403
<b>Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros Vida, S.A.</b> Av. Armando Tivane, 1212 Caixa Postal 1959, Maputo, Moçambique	Subsidiária	Consolidação Integral	99,997	100,00	100,00	2 281	2 030	1 441	1 313	840	717	79	517
<b>AdvanceCare Health International</b> Av. da Liberdade, 242 1250-149 Lisboa, Portugal	Subsidiária	Consolidação Integral	100,00	100,00	100,00	7 440	4 922	609	544	6 831	4 378	2 453	3 427
<b>ADV Angola - Planos e Sistemas de Saúde, Lda</b> Rua Centro de Convenções S8 Masuika Plaza - Bloco 5ºA Distrito Urbano da Samba, Município de Belas, Luanda, Angola	Subsidiária	Consolidação Integral	100,00	100,00	100,00	17 263	13 901	10 749	9 777	6 514	4 124	2 392	1 880
<b>Tranquilidade - Corporação Angolana e Seguros, S.A</b> Edifício ESCOM, Rua Marechal Brós Tito, nº 35 15ºD Luanda, Angola	Subsidiária	Consolidação Integral	49,00	49,00	49,00	42 020	33 552	33 292	29 057	8 728	4 495	2 119	1 963
<b>GNB, Companhia de Seguros, S.A.</b> Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75, 8º 1070-061 Lisboa, Portugal	Empresa Associada	Equivalência Patrimonial	25,00	25,00	25,00	122 287	114 705	90 915	80 262	31 372	34 443	6 322	9 461
<b>Europ Assistance, S.A.</b> Av. Álvares Cabral, 41 - 3º e 4º 1250-015 Lisboa, Portugal	Empresa Associada	Equivalência Patrimonial	47,00	47,00	47,00	82 351	77 034	41 732	37 096	40 619	39 938	9 015	6 581



Os valores de 2017 representam a última informação financeira recebida por parte de cada associada, pelo que os valores oficiais definitivos poderão ser divergentes.

Os dados financeiros relativos à Europ Assistance, S.A. dizem respeito às contas consolidadas elaboradas por esta entidade.

Durante o exercício de 2016, o Grupo alienou a participação de 55,42% do capital social da Espírito Santo Contact Center, S.A. que detinha pelo valor de 997 milhares de euros, tendo registado na rubrica Ganhos Líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas a mais-valia de 330 milhares de euros resultante desta venda (Nota 17).

Ainda durante o exercício de 2016, o Grupo adquiriu a participação de 100% do capital social da Açoreana Seguros, S.A., pelo valor de 7 124 milhares de euros, tendo igualmente procedido à realização de aumentos de capital no valor de 34 300 milhares de euros, tendo posteriormente, e tal como referido na Nota 1, ocorrido um processo de fusão.

Decorrente desta aquisição surgiram, através do ativo da Açoreana Seguros, S.A. duas novas participações em subsidiárias e associadas, a CRIA - Centro de Reabilitação Integrada de Acidentes e a GIGA - Grupo Integrado de Gestão de Acidentes, com participações de 70% e 60%, respetivamente. No final do exercício de 2017, o Grupo alienou estas 2 participações, tendo registado, resultante destas vendas na rubrica Ganhos Líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, uma mais-valia de 19 milhares de euros e uma menos-valia de 68 milhares de euros, respetivamente. (Nota 17).

No início do quarto trimestre de 2016, com o intuito de aceder a novas classes de ativos, o Grupo procedeu à constituição, pelo montante de 2 euros, de um organismo de investimento coletivo, designado por Tranquilidade *Diversified Income* ICAV (*Irish Collective Asset-management Vehicle*), que é detido na sua totalidade pelo Grupo. Este organismo não detém património, tratando-se apenas de uma entidade legal sob a forma de fundo que detém sub-fundos transacionáveis, como sejam fundos individuais de investimento.

Adicionalmente, e no âmbito da aplicação do IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas”, o perímetro de consolidação do Grupo inclui em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as seguintes entidades de finalidade especial:

	Sede	Atividade	% Interesse Económico	
			2017	2016
CORPUS CHRISTI	Portugal	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	100,00%	100,00%
IMOPRIME	Portugal	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	84,89%	84,89%
AAME TRQ CORP LOANS/ HIGH YIELD BONDS FUND	Irlanda	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	100,00%	100,00%
AAME TRQ GLOBAL INV GRADE CORP CREDIT	Irlanda	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	100,00%	100,00%
AAME MULTI-CREDIT STRATEGY FUND	Irlanda	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	100,00%	-
AAME FINANCIAL BOND FUND	Irlanda	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	100,00%	-
AAME TRQ LOAN ORIGINATION FUND	Irlanda	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	100,00%	-

No início do quarto trimestre de 2016 o Grupo procedeu, através do organismo de investimento coletivo designado por Tranquilidade *Diversified Income* ICAV (*Irish Collective Asset-management Vehicle*), ao investimento de 90 milhões de euros em 2 sub-fundos de investimento mobiliário aberto referidos no quadro, tendo ao longo de 2017 reforçado os investimentos em 270 milhões de euros adicionais, num total acumulado de 360 milhões de euros, agora distribuídos por 5 sub-fundos de investimento mobiliário aberto.

**Investimentos em associadas**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os dados financeiros relativos às empresas associadas, são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Custo de Aquisição		% Detida		Valor de Balanço		Resultado da Associada Atribuível ao Grupo	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
GNB Seguros	3 759	3 759	25,00%	25,00%	7 843	8 611	1 581	2 365
Europ Assistance, S.A.	5 632	5 632	47,00%	47,00%	17 576	18 645	3 989	3 093
	<b>9 391</b>	<b>9 391</b>			<b>25 419</b>	<b>27 256</b>	<b>5 570</b>	<b>5 458</b>

O movimento verificado nesta rubrica nos exercícios de 2017 e 2016 é como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>27 256</b>	<b>22 810</b>
Resultado das associadas atribuíveis ao grupo	5 570	5 458
Outras variações de capitais atribuíveis ao grupo	-2 336	2 145
Dividendos	-5 071	-3 157
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>25 419</b>	<b>27 256</b>

**Interesses que não controlam**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os interesses que não controlam podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	% Grupo		% Minoritária		Interesses que Não Controlam (Balanço)		Interesses que Não Controlam (Resultados)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Espírito Santo Contact Center, S.A.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	-	-	-915
Imoprime - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	84,89%	84,89%	15,11%	15,11%	5 166	5 523	-357	190
Tranquilidade - Corporação Angolana de Seguros, S.A.	49,00%	49,00%	51,00%	51,00%	4 881	2 722	1 080	1 002
CRIA - Centro de Reabilitação Integrada de Acidentes, S.A.	0,00%	70,00%	0,00%	30,00%	-	253	41	7
GIGA - Grupo Integrado de Gestão de Acidentes, S.A.	0,00%	60,00%	0,00%	40,00%	-	473	19	-14
					<b>10 047</b>	<b>8 971</b>	<b>784</b>	<b>270</b>

O movimento nos interesses que não controlam nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	2017	2016
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>8 971</b>	<b>8 373</b>
Alteração de perímetro de consolidação e outras variações	292	328
Resultado líquido do exercício	784	270
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>10 047</b>	<b>8 971</b>



## NOTA 5 NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO, CONTRATOS DE INVESTIMENTO E DE ATIVOS DE RESSEGURO

### PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO QUE PERMITA IDENTIFICAR E EXPLICAR AS QUANTIAS INDICADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E DE INVESTIMENTO

#### Políticas contábilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro e de investimento

O Grupo emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos de seguro e financeiro.

Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado, é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo em que o risco de seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo, em particular devido à existência de participação nos resultados com componente discricionária do Grupo, é considerado como um contrato de investimento mas reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contábilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados com componente discricionária do Grupo, é registado como um instrumento financeiro.

Os contratos de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*Unit Linked*) emitidos pelo Grupo, sem participação nos resultados com componente discricionária do Grupo, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação associada, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *Unit Linked* detidos pelo Grupo são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos ativos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento coletivo *Unit Linked*. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço.

O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que refletem o justo valor dos ativos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os passivos por contratos *Unit Linked* representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados são reconhecidos e mensurados como segue:

#### *Reconhecimento de custos e proveitos*

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contábilístico da especialização do exercício.

#### *Prémios*

Os prémios brutos emitidos dos ramos Não-Vida de seguro direto e de resseguro aceite e os prémios de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos na rubrica "Prémios adquiridos líquidos de resseguro", da demonstração de ganhos e perdas, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os prémios de apólices de seguro de Vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

A análise quantitativa dos prémios de seguro direto, resseguro aceite e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

#### *Provisão para Prémios não Adquiridos*

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere.

O Grupo calculou esta provisão recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pro-rata temporis* aos respetivos prémios brutos emitidos relativos a contratos em vigor.

#### *Custos de Aquisição*

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos correspondentes, sendo reconhecidos como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos do ramo Não-Vida são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. Os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico estão limitados a 20% da respetiva provisão para prémios não adquiridos.

*Provisão matemática Vida*

As provisões matemáticas Vida têm como objetivo registrar o valor atual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária emitidos, e são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais plenamente enquadradas no normativo da ASF, como segue:

Produtos Carteira Tranquilidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Técnica	Produtos Carteira Açoreana	Tábua de Mortalidade	Taxa Técnica
<b>Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização (*)</b>			<b>Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização (*)</b>		
Até Dezembro 1997	GKM 80	4%	Até Dezembro 1998	GKM 80	4%
De Janeiro 1998 a Junho 1999	GKM 80	3,25%	De Janeiro 1999 a Julho 2003	GKM 80	3%
Após 1 de Julho de 1999	GKM 80	3% e 2,5%	De Agosto 2003 a Setembro 2011	GKM 80	3% e variável
Após Março de 2003	GKM 80	2,75%	Após 3 de Outubro de 2011 (**)	GKM 80	1% a 3%
Após 1 de Janeiro de 2004 (**)	GKM 80	0% e 0,92%			
Seguros em caso de Vida (*)			Seguros em caso de Vida (*)		
Rendas – Até Junho de 2002	TV 73/77	4%	Rendas – Até Dezembro de 1997	PF 6064	6%
Após 1 de Julho de 2002	TV 73/77	3%	Após 1 de Dezembro de 1997	GKF 80	3% e 4%
Após 1 de Janeiro de 2004	GKF 95	3%	Após 1 de Janeiro de 2007	GKF 95 e GKF 80	2% e 3%
Após 1 de Outubro de 2006	GKF 95 e GKF 80	3%, 2,25% e 1,15%	Após 1 de Outubro de 2016	GRF 95	1,5%
Outros seguros em caso de Vida	TV 73/77	4%			
Seguros em caso de Morte (*)			Seguros em caso de Morte (*)		
Até Dezembro de 2004	GKM 80	4%	Até Abril de 2013	GKM 80	3% e 4%
Após 1 de Janeiro de 2005	GKM 80	4%	Após 1 de Abril de 2013	GKM 95	3% e 4%
Após 1 de Janeiro de 2008	GKM 80 e GKM 95	4%			
Após 1 de Outubro de 2013	PASEM 2010	0%			
Seguros Mistos (*)			Seguros Mistos (*)		
Até Setembro de 1998	GKM 80	4%	Até Fevereiro de 2001	PM 6064	4%
Após 1 de Outubro de 1998	GKM 80	3,25%	Após 1 de Março de 2001	GKM 80	3% e 4%

(\*) Bases técnicas dos produtos de acordo com o ano em que foram comercializados.

(\*\*) Taxas definidas anualmente. Os valores indicados dizem respeito à definição relativa a 2017.

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respetivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade.

*Provisão matemática Não-Vida*

As provisões matemáticas Não-Vida têm como objetivo registrar o valor atual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Para as Pensões Não Remíveis (incluindo pagamentos futuros para o FAT) aplica-se 95% da tábua de mortalidade TD 88/90 para homens (2016: 95% da TD 88/90) e 95% da tábua de mortalidade TV 88/90 para mulheres (2016: 95% da TV 88/90), com uma taxa de juro de 2,75% (2016: 2,75%) e encargos de gestão de 1,5% (2016: 1,5%), e para as Pensões Remíveis a tábua de mortalidade TD 88/90 (2016: TD 88/90) com uma taxa de juro de 5,25% (2016: 5,25%) e encargos de gestão de 0% (2016: 0%).

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respetivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade.

#### *Provisão para sinistros*

A provisão para sinistros corresponde ao valor estimado, não descontado, das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), e aos custos diretos e indiretos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pelo Grupo com base na experiência passada, na informação disponível e na aplicação de métodos atuariais.

Para a determinação desta provisão é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício, e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data. Nos ramos de Acidentes de Trabalho, na parte não relativa a pensões, e no ramo Automóvel, aplica-se o método do custo médio. É também calculada pelo método do custo médio a provisão para custos de gestão de sinistros.

Para o cálculo das responsabilidades associadas a sinistros ocorridos e não participados (IBNR), para os ramos de maior expressão, foram feitas estimativas atuariais, baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo. Quanto aos ramos que não registam dimensão suficiente aplica-se uma taxa genérica ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados.

Efetua-se ainda uma Provisão Matemática no ramo de Acidentes de Trabalho, para sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2017, que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de dezembro de 2017 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos atuariais por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente. Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão Matemática para fazer face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de dezembro de 2017 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

A provisão para sinistros não é descontada, exceto as do ramo de Acidentes de Trabalho que são calculadas com técnicas de Vida ou similares, procedendo assim o Grupo à avaliação da adequação das responsabilidades tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros, descontados a taxas de juro que correspondem à rentabilidade esperada dos ativos afetos a estas responsabilidades. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados do Grupo quando determinada.

#### *Provisão para participação nos resultados atribuída*

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados.

Esta provisão é calculada de acordo com as bases técnicas dos produtos e tendo em consideração, quando aplicável, os rendimentos das carteiras de ativos afetos, incluindo as mais e menos valias realizadas e não realizadas reconhecidas em resultados do exercício e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

#### *Provisão para participação nos resultados a atribuir de Vida (*Shadow accounting*)*

A provisão para participação nos resultados a atribuir do ramo Vida reflete o valor líquido das mais e menos valias potenciais (ajustamentos de justo valor) dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, na parte estimada dos tomadores de seguro ou beneficiários do contrato, desde que os saldos por carteira não resultem negativos, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem, de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis.

Esta provisão é constituída diretamente por contrapartida das reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda afetos aos produtos de vida com participação nos resultados.

#### *Provisão para riscos em curso*

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e outros encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras.

De acordo com o estipulado pela ASF, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

#### *Provisão para desvios de sinistralidade*

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a uma eventual sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações ao longo do tempo, e é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

Para os seguros de Cauções e Risco Atómico esta provisão é constituída quando o resultado técnico destes ramos for positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pela ASF aplicadas ao resultado técnico. Para o Risco Fenómenos Sísmicos, é calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pelo Grupo.

#### *Provisões de resseguro cedido*

As provisões de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor. Relativamente à Provisão para Sinistros, consoante o resseguro provenha do seguro direto ou do resseguro aceite, é calculada em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

**Variações de Provisões Técnicas de Seguro Direto e de Resseguro**

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD), é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	2017			2016		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
<b>Vida</b>						
Tradicionais	3 829	327	3 502	3 345	-	3 345
Capitalização com part. resultados	-	-	-	-	-	-
<b>Não-Vida</b>						
Acidentes e doença	28 261	5 153	23 108	26 744	4 371	22 373
Incêndio e outros danos	39 139	7 823	31 316	40 217	7 900	32 317
Automóvel	107 424	21 455	85 969	99 624	18 825	80 799
Marítimo, aéreo e transportes	1 657	329	1 328	2 020	357	1 663
Responsabilidade civil geral	4 544	895	3 649	4 633	909	3 724
Crédito e caução	53	10	43	76	8	68
Proteção jurídica	85	12	73	93	13	80
Assistência	13 736	2 557	11 179	13 526	2 519	11 007
Diversos	751	149	602	953	190	763
<b>Total</b>	<b>199 479</b>	<b>38 710</b>	<b>160 769</b>	<b>191 231</b>	<b>35 092</b>	<b>156 139</b>

A variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite é refletida na conta de ganhos e perdas pelo seu valor bruto dentro do grupo de prémios adquiridos e o valor de custos de aquisição diferidos (CAD) no grupo de custos e gastos de exploração, e pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	2017			2016		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
<b>Vida</b>						
Tradicionais	457	304	153	282	151	131
Capitalização com part. resultados	-	-	-	-	-	-
<b>Não-Vida</b>						
Acidentes e doença	2 944	759	2 185	-5 639	-1 099	-4 540
Incêndio e outros danos	-912	-77	-835	-3 597	-518	-3 079
Automóvel	7 812	2 634	5 178	-682	257	-939
Marítimo, aéreo e transportes	-358	-28	-330	-366	-54	-312
Responsabilidade civil geral	-73	-14	-59	-1 282	-216	-1 066
Crédito e caução	-23	2	-25	-11	5	-16
Proteção jurídica	-8	-1	-7	-94	-2	-92
Assistência	209	37	172	-54	56	-110
Diversos	-202	-40	-162	54	11	43
<b>Total</b>	<b>9 846</b>	<b>3 576</b>	<b>6 270</b>	<b>-11 389</b>	<b>-1 409</b>	<b>-9 980</b>

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido refletida no ativo, e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas, são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2017	2016	2017	2016
<b>Vida</b>				
Tradicionais	11	-	3	-29
Capitalização com part. resultados	-	-	-	-
<b>Não-Vida</b>				
Acidentes e doença	55	1 180	445	405
Incêndio e outros danos	8 386	10 949	-2 406	-2 085
Automóvel	3	23	-6	-68
Marítimo, aéreo e transportes	697	969	-268	-189
Responsabilidade civil geral	508	489	40	-40
Crédito e caução	14	25	-11	2
Proteção jurídica	22	25	-3	2
Assistência	11 126	9 953	1 170	198
Diversos	660	761	-101	-7
<b>Total</b>	<b>21 482</b>	<b>24 374</b>	<b>-1 137</b>	<b>-1 811</b>

A provisão matemática do ramo Vida refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas, em 2017 e 2016, são analisadas como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>654 581</b>	<b>271 628</b>
Variação do ano	-65 770	-34 202
Incorporação de participação nos resultados	2 609	261
Alterações no perímetro de consolidação	-	393 970
Outros movimentos	345	22 924
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>591 765</b>	<b>654 581</b>

Os valores de Outros movimentos em 2017 e 2016 referem-se a reclassificações de produtos que passaram a ter provisão para participação nos resultados discricionária.

A provisão matemática de resseguro cedido refletida no ativo, e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas, são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2017	2016	2017	2016
Tradicionais	1 151	1 004	146	103
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1 151</b>	<b>1 004</b>	<b>146</b>	<b>103</b>

A provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo, e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas, é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2017	2016	2017	2016
<b>Vida</b>				
Tradicional	65 452	18 956	18 974	2 895
Capitalização com part. resultados	-	27 518	-	10 653
<b>Não-Vida</b>				
Acidentes de trabalho	553 024	533 289	26 714	39 007
Acidentes pessoais e doença	18 079	16 196	1 808	136
Incêndio e outros danos	81 119	42 202	38 804	1 479
Automóvel	237 370	219 567	18 769	-1 518
Marítimo, aéreo e transportes	3 229	3 745	-489	-494
Responsabilidade civil geral	32 212	30 041	2 107	-1 742
Crédito e caução	184	236	-27	-3
Proteção jurídica	13	13	-	-6
Assistência	24	10	12	2
Diversos	4 158	3 255	944	1 049
<b>Total</b>	<b>994 864</b>	<b>895 028</b>	<b>107 616</b>	<b>51 458</b>

No saldo da provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 417 604 milhares de euros (2016: 408 892 milhares de euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho. Neste saldo da provisão matemática está incluído o resultado obtido pelo teste de adequação de responsabilidades, que em 2017 e 2016 foi nulo, e uma provisão para as contribuições para o Fundo de Acidentes de Trabalho no montante de 23 633 milhares de euros (2016: 22 009 milhares de euros).

Em 2016, o Grupo procedeu à alteração dos pressupostos atuariais utilizados no cálculo das provisões matemáticas do ramo Acidentes de Trabalho e do respetivo teste de adequação face aos utilizados em 2015. Neste contexto, (i) a taxa de desconto utilizada no cálculo destas provisões foi alterada para 2,75% (2015: 4,0%), (ii) a tábua de mortalidade TD 88/90 foi substituída por 95% da tábua de mortalidade TD 88/90, para a população masculina, e a tábua de mortalidade TV 88/90 foi substituída por 95% da tábua de mortalidade TV 88/90, para a população feminina, e (iii) a taxa de despesas, na marca Tranquilidade, foi alterada de 2,0% para 1,5%.

O efeito da alteração dos pressupostos atuariais resultou num acréscimo das responsabilidades com Acidentes de Trabalho registadas pelo Grupo em 31 de dezembro de 2016 e numa diminuição dos resultados do exercício no montante de 17,3 milhões de euros (13,5 milhões de euros após considerado o respetivo efeito fiscal), referentes à carteira Tranquilidade. Relativamente ao efeito do mesmo tema na carteira Açoreana, o impacto correspondente ascende ao montante de 25,9 milhões de euros (20 milhões de euros após considerado o respetivo efeito fiscal), encontrando-se este efeito incluído na mensuração das provisões técnicas ao justo valor de acordo com os requisitos da IFRS 3 – Concentrações em atividades empresariais.

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respetivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade.

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 59 698 milhares de euros (2016: 41 065 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2017 e ainda não reportados (IBNR).

Inclui ainda uma estimativa no montante de 25 704 milhares de euros (2016: 16 618 milhares de euros) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31.12.2016 (1)	Sinistros* Pagos em 2017 (2)	Provisão para Sinistros* em 31.12.2017 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
<b>Vida**</b>				
Produtos de risco	41 191	20 414	14 001	-6 776
Restantes produtos tradicionais	5 283	9 248	9 650	13 615
<b>Não-Vida</b>				
Acidentes e doença	549 485	83 715	470 783	5 013
Incêndio e outros danos	42 202	21 032	24 809	3 639
Automóvel				
Responsabilidade civil	183 520	82 227	107 871	6 578
Outras coberturas	36 047	24 337	12 508	798
Marítimo, aéreo e transportes	3 745	1 952	1 248	-545
Responsabilidade civil geral	30 041	5 851	26 146	1 956
Crédito e caução	236	9	183	-44
Proteção jurídica	13	15	12	14
Assistência	10	1	11	2
Diversos	3 255	231	1 496	-1 528
<b>Total</b>	<b>895 028</b>	<b>249 032</b>	<b>668 718</b>	<b>22 722</b>

\* Sinistros ocorridos no ano 2016 e anteriores

Sendo o primeiro ano após a fusão das duas empresas, os reajustamentos resultam sobretudo da harmonização de critérios de regularização de sinistros e da gestão corrente. Ainda de referir que o grupo de ramos Acidentes e Doença, os ajustamentos no ramo Acidentes de Trabalho devem-se também ao facto de o mapa não considerar os rendimentos financeiros afetos às Provisões Matemáticas.

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo, e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas, é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2017	2016	2017	2016
<b>Vida</b>				
Tradicionais	3 338	2 961	544	698
Capitalização com part. resultados	-	-	-	-
<b>Não-Vida</b>				
Acidentes de trabalho	5 253	5 666	-392	-98
Acidentes pessoais e doença	702	782	-351	193
Incêndio e outros danos	44 291	20 620	24 138	1 998
Automóvel	11 998	13 329	-1 409	495
Marítimo, aéreo e transportes	1 262	1 068	206	-214
Responsabilidade civil geral	8 478	8 273	208	-757
Crédito e caução	349	393	-44	9
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	12	9	-	4
Diversos	2 903	2 991	-89	1 291
<b>Total</b>	<b>78 586</b>	<b>56 092</b>	<b>22 811</b>	<b>3 619</b>

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 3 025 milhares de euros (2016: 2 014 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2017 e ainda não reportados (IBNR).

A discriminação dos custos com sinistros do exercício de 2017 é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
<b>Vida</b>				
Tradicionais	22 269	6	4 400	26 675
Capitalização com part. resultados	61 719	3 139	14 574	79 432
<b>Não-Vida</b>				
Acidentes e doença	156 368	9 654	28 485	194 507
Incêndio e outros danos	58 721	2 491	38 817	100 029
Automóvel				
Responsabilidade civil	129 633	13 236	6 918	149 787
Outras coberturas	67 159	5 109	11 879	84 147
Marítimo, aéreo e transportes	2 448	316	-575	2 189
Responsabilidade civil geral	6 396	1 382	2 108	9 886
Crédito e caução	5	4	-27	-18
Proteção jurídica	10	6	-	16
Assistência	4	-	15	19
Diversos	413	15	942	1 370
<b>Total</b>	<b>505 145</b>	<b>35 358</b>	<b>107 536</b>	<b>648 039</b>
Resseguro aceite	51	-	80	131
<b>Total Geral</b>	<b>505 196</b>	<b>35 358</b>	<b>107 616</b>	<b>648 170</b>

A discriminação dos custos com sinistros do exercício de 2016 é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
<b>Vida</b>				
Tradicionais	19 630	545	2 890	23 065
Capitalização com part. resultados	38 356	697	10 658	49 711
<b>Não-Vida</b>				
Acidentes e doença	114 420	5 910	39 033	159 363
Incêndio e outros danos	37 215	2 317	1 463	40 995
Automóvel				
Responsabilidade civil	90 790	7 235	-2 539	95 487
Outras coberturas	52 305	2 997	2 684	57 985
Marítimo, aéreo e transportes	2 266	176	-493	1 949
Responsabilidade civil geral	4 493	560	-1 754	3 299
Crédito e caução	-39	1	-3	-40
Proteção jurídica	26	4	-5	25
Assistência	-	-	2	2
Diversos	1 427	17	1 050	2 493
<b>Total</b>	<b>360 889</b>	<b>20 459</b>	<b>52 986</b>	<b>434 334</b>
Resseguro aceite	931	-	-1 528	-597
<b>Total Geral</b>	<b>361 820</b>	<b>20 459</b>	<b>51 458</b>	<b>433 737</b>

A provisão para participação nos resultados refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2017	2016	2017	2016
<b>Vida</b>	<b>16 491</b>	<b>20 812</b>	<b>-4 416</b>	<b>-738</b>
<b>Não-Vida</b>				
Acidentes e doença	-	-	-	-3
<b>Total</b>	<b>16 491</b>	<b>20 812</b>	<b>-4 416</b>	<b>-741</b>

A provisão para participação nos resultados de Vida e Não-Vida refletida no passivo apresentou a seguinte evolução em 2017 e 2016:

(milhares de euros)

	2017	2016
<b>Saldo em 1 de janeiro</b>	<b>20 812</b>	<b>4 252</b>
Aterações do perímetro de consolidação	-	17 992
Dotação do ano	3 169	4 211
Pagamentos	-1 135	-7 213
Incorporação em provisão matemática	-2 609	-
Variação participação a atribuir ( <i>shadow accounting</i> )	-3 746	1 570
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>16 491</b>	<b>20 812</b>

O cálculo da provisão para participação nos resultados é efetuado apólice a apólice.

Relativamente aos produtos financeiros, o seu valor foi verificado em função do juro técnico de cada produto. No caso dos produtos de risco de apólices de grupo, os valores são calculados de acordo com a Conta de Participação nos Resultados definida em cada apólice.

A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2017	2016	2017	2016
Tradicionais	-	4	-4	-543
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>-4</b>	<b>-543</b>

A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido refletida no ativo apresentou a seguinte evolução em 2017 e 2016:

(milhares de euros)

	2017	2016
<b>Saldo em 1 de janeiro</b>	<b>4</b>	<b>547</b>
Dotações do ano	-	-543
Recebimentos	-4	-
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>-</b>	<b>4</b>

A provisão para compromissos de taxa refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2017	2016	2017	2016
Tradicionais	-	8 870	-8 870	7 872
Capitalização com participação nos resultados	-	366	-366	231
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>9 236</b>	<b>-9 236</b>	<b>8 103</b>

Atendendo à evolução da taxa de rendimentos dos ativos, em 2017 a análise técnica resultou na não necessidade de constituição desta provisão.

A provisão para estabilização de carteira refletida no passivo é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2017	2016	2017	2016
Tradicionais	427	127	300	127
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>427</b>	<b>127</b>	<b>300</b>	<b>127</b>

A provisão para desvios de sinistralidade refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2017	2016	2017	2016
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	13 565	12 288	1 277	871
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	1 305	1 305	-	-
Crédito e caução	887	842	45	48
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	101	94	7	6
<b>Total</b>	<b>15 858</b>	<b>14 529</b>	<b>1 329</b>	<b>925</b>

A provisão para riscos em curso refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2017	2016	2017	2016
Acidentes e doença	5 453	13 872	-8 426	-951
Incêndio e outros danos	4 681	71	4 592	-747
Automóvel	2 139	2 864	-725	-6 514
Marítimo, aéreo e transportes	19	63	-44	-35
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-3	-	-3	-
Assistência	-33	530	-563	-55
Diversos	35	113	-78	8
<b>Total</b>	<b>12 291</b>	<b>17 513</b>	<b>-5 247</b>	<b>-8 294</b>



De acordo com a Norma Regulamentar 10/2016-R de 15 de setembro, os custos com carácter extraordinário, incluindo os custos com pessoal relativos a pré-reformas e a indemnizações ou compensações concedidas aos empregados das empresas de seguros a título de rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, provenientes de forma inequívoca e devidamente comprovada de processos de reestruturação não integrados no âmbito de operações de concentração de empresas, podem não ser considerados no cálculo da provisão para riscos em curso.

Ao abrigo desta Norma, em 2017 e 2016, o cálculo da provisão para riscos em curso foi alvo de procedimentos extraordinários, solicitados pelo Grupo, e devidamente aprovados pela ASF, através do qual se teve em consideração o carácter especial e particular de operações de concentração de empresas.

De referir que desde a sua aquisição pela Apollo Global Management, o Grupo foi interveniente em diversos processos de concentração de empresas, tendo durante o exercício de 2016 adquirido 100% do capital social da Açoreana Seguros, S.A.. O acréscimo de custos daí resultante iria provocar um aumento no valor da provisão para riscos em curso não relacionado com insuficiências tarifárias.

Assim, em 2017, o Grupo considerou que o montante de 35 610 milhares de euros, relativo a custos totais incorridos com pessoal de carácter extraordinário relativos a indemnizações ou compensações concedidas a colaboradores decorrentes de rescisões por mútuo acordo, que em nada representam os níveis recorrentes associados a uma operação em curso normal, pelo que o Grupo optou por não considerar para efeitos de cálculo desta provisão o montante imputado a Não-Vida, i.e., 32 097 milhares de euros.

De igual forma, em 2016, o Grupo considerou que o montante de 6 927 milhares de euros, relativo a custos com assessoria de projetos, custos incorridos com pessoal de carácter extraordinário relativos a indemnizações ou compensações concedidas a colaboradores decorrentes de rescisões por mútuo acordo e o impacto do *curtailment* ao nível dos planos de benefícios, em nada representam os níveis recorrentes associados a uma operação em curso normal, pelo que o Grupo optou por não considerar os referidos montantes para efeitos de cálculo desta provisão.

Os valores de outras provisões técnicas líquidas de resseguro expressas na conta de ganhos e perdas, correspondem à soma da variação expressa acima nos quadros de provisão para desvios de sinistralidade de seguro direto e de provisão para riscos em curso de seguro direto.

## NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGUROS

Com a introdução do regime de Solvência II, o Grupo desenvolveu a sua estrutura e os seus procedimentos no sentido de se dotar das ferramentas necessárias para dar resposta às exigências de Gestão de Risco.

O Grupo mantém o seu Comité de Gestão de Risco Global, que tem como principais responsabilidades analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pelo Grupo com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, sistema de controlo interno e *compliance*.

Após a introdução do Comité de Gestão de Risco Global, foram criados grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que têm como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pelo Conselho de Administração;

- Validar, numa perspectiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pelo Departamento de Risco Global e aprovados pelo Conselho de Administração;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respetivas tolerâncias definidos pelo Conselho de Administração;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de ativos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

Neste âmbito, são também monitorizados os diversos riscos a que o Grupo se encontra sujeito e propostos planos de ação para mitigação dos mesmos ao Conselho de Administração, quando tal se justificar.

Paralelamente à definição e divulgação de políticas associadas às várias atividades de negócio (Investimentos, Subscrição, Resseguro, etc.), o Grupo realizou uma atualização da sua Política de Gestão de Risco, restabelecendo limites e tolerâncias, redefinindo simultaneamente um conjunto de ações consideradas de implementação prioritária e urgente em caso de quebras de capital.

Relativamente ao risco específico de seguros, o mesmo corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Nos seguros do ramo Vida, o risco pode ser subdividido em riscos biométricos (Longevidade, Mortalidade, Invalidez), Risco de Despesas, Risco de Revisão, Risco de Lapses e Risco Catastrófico.

Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco pode ser subdividido em Risco de Prémios, Risco de Reservas, Risco de Lapses e Risco Catastrófico.

Nos seguros do ramo Não-Vida classificados como “Health” em Solvência II – Acidentes Pessoais, Saúde e Acidentes de Trabalho – o risco é tratado da seguinte forma:

- Pensões de Acidentes de Trabalho e Assistência Vitalícia são considerados riscos de saúde avaliados com técnicas semelhantes às dos seguros de vida e, como tal, o seu risco subdivide-se de forma análoga ao dos produtos vida;
- Sinistros gerais de AT e sinistros de AP e Saúde são tratados como Não-Vida e os seus riscos subdividem-se de forma análoga.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários, que emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;





O Grupo pratica uma política de resseguro que tem como objetivo primordial a proteção ao impacto de grandes sinistros ou de eventos catastróficos, mitigando o risco, reduzindo a necessidade de capital e protegendo os interesses dos seus tomadores, segurados, outros beneficiários de seguros, acionistas e trabalhadores.

Para a sua persecução, o Grupo contrata o tipo de resseguro mais adequado à mitigação dos riscos aceites, baseada em tratados proporcionais e não proporcionais, conforme quadros seguintes:

Ramos Não-Vida	Tipo de Resseguro
Assistência	Proporcional
Cauções	Proporcional
Cauções (fidelidade)	Proporcional
Engenharia	Proporcional
Incêndio (riscos simples)	Proporcional
Incêndio (condomínio)	Proporcional
Incêndio e perda de lucros (estabelecimento e riscos industriais)	Proporcional
Incêndio e outros danos (proteção retenção-catástrofes)	Não Proporcional
Incêndio e outros danos (proteção retenção-catástrofes-top-sub-layer)	Não Proporcional
Incêndio e outros danos (proteção retenção-catástrofes-sub-layer)	Não Proporcional
Incêndio e outros danos (proteção retenção-agregada)	Não Proporcional
Saúde (doenças graves)	Proporcional
Saúde (despesas médicas)	Não Proporcional
Saúde (2ª opinião)	Proporcional
Responsabilidade civil <i>cyber risks</i>	Proporcional
Responsabilidade civil geral	Não Proporcional
Responsabilidade civil geral	Proporcional
Responsabilidade civil ambiental	Proporcional
Responsabilidade civil profissionais de saúde	Proporcional
Responsabilidade civil administradores (artº 396)	Proporcional
Responsabilidade civil d&o	Proporcional
Marítimo (carga)	Proporcional
Marítimo (cascos)	Proporcional
Marítimo (cascos-frotas)	Proporcional
Marítimo (proteção retenção)	Não Proporcional
Automóvel (responsabilidade civil)	Não Proporcional
Automóvel (danos próprios)	Não Proporcional
Acidentes pessoais	Não Proporcional
Acidentes pessoais	Proporcional
Acidentes pessoais (proteção ao crédito)	Proporcional
Acidentes de trabalho	Não Proporcional
Agro	Proporcional

Ramos Vida	Tipo de Resseguro
Vida crédito habitação	Proporcional
Vida grupo	Proporcional
Vida individual	Proporcional
Vida VTCC2.0	Proporcional
Vida profissionais de saúde	Proporcional
Vida + cool	Proporcional
Vida catástrofes	Não Proporcional
Vida proteção de cúmulos	Não Proporcional
Assistência	Proporcional
Saúde	Proporcional
Vida proteção aos prémios	Proporcional
Vida grupo contributivo e grupo não contributivo	Proporcional
Vida gestão de tesouraria Banif	Proporcional
Capitalização / PPR	Proporcional

Análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2017	2016
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	-34 349	-29 731
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	-24 827	-21 188
Longevidade	Descida de 10% na mortalidade dos atuais pensionistas de Acid. de Trabalho	-7 023	-6 891
Mortalidade	Descida de 10% na mortalidade dos segurados do ramo vida	770	-2 883

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas, seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas pensões matemáticas do ramo Acidentes de trabalho.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e dum revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade. Quando se conclui que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são criadas provisões suplementares e as tabelas são atualizadas.

De referir, que para efeitos da análise da sensibilidade do risco de Mortalidade de vida, não são tidos em consideração os prémios futuros.

## NATUREZA E EXTENSÃO DO RISCO DE MERCADO, RISCO DE CRÉDITO, RISCO DE LIQUIDEZ E RISCO OPERACIONAL

### Risco de Mercado

O Risco de Mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira do Grupo e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos, para o qual o Grupo dispõe de uma política de ALM implementada.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política de Investimentos, nas regras de afetação de ativos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité de Investimentos. As políticas de investimento adotadas pelo Grupo, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Importa ainda salientar que a Política de Investimentos em vigor no Grupo é proposta pelo Comité de Investimentos, em articulação com os limites definidos no Comité de Gestão de Risco Global e aprovada pelo Conselho de Administração, existindo desta forma uma efetiva segregação de competências nesta matéria.

**Risco Cambial**

O Risco Cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao euro e a análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2017	2016
Cambial	Desvalorização de 10% no valor de todas as moedas estrangeiras face ao euro	-5 089	-3 316

A segregação da exposição dos ativos de participações e instrumentos financeiros é a seguinte:

(milhares de euros)

2017	EUR	USD	GBP	Outras	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 114 203	-	-	565	1 114 778
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	25 419	-	-	-	25 419
Depósitos a prazo	7 000	4 113	-	23 010	34 123
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	165 369	155 704	43 154	2 675	366 902
Ativos financeiros detidos para negociação	4 211	-	-	-	4 211
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
<b>Total participações e instrumentos financeiros</b>	<b>1 316 202</b>	<b>159 817</b>	<b>43 154</b>	<b>26 250</b>	<b>1 545 423</b>

(milhares de euros)

2016	EUR	USD	GBP	Outras	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 340 161	-	-	574	1 340 735
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	27 256	-	-	-	27 256
Depósitos a prazo	13 003	3 607	-	14 861	31 471
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	75 256	24 295	5 233	-	101 784
Ativos financeiros detidos para negociação	483	-	-	-	483
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
<b>Total participações e instrumentos financeiros</b>	<b>1 453 159</b>	<b>27 902</b>	<b>5 233</b>	<b>15 435</b>	<b>1 501 729</b>

O risco cambial dos Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas está a ser coberto na sua totalidade através de *forwards* cambiais, com *rollovers* constantes. Por este motivo o risco cambial é nulo nesta classe de ativos.

**Risco de Ações**

O Risco de Ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pelo Grupo, bem como os fundos de investimento total ou parcialmente compostos por estes títulos. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado e nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2017	2016
Ações	Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas	-19 915	-23 127

**Risco Imobiliário**

O Risco Imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado e nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2017	2016
Imóveis	Descida de 10% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	-9 518	-24 632

**Risco de Taxa de Juro**

O Risco de Taxa de juro verifica-se em relação a todos os ativos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos ativos, encontra-se sobretudo nas obrigações.

Os passivos estão expostos através das pensões não obrigatoriamente remíveis de Acidentes de Trabalho e das provisões matemáticas do ramo vida.

O cenário de subida de taxas é o cenário que implica perda de valor para o Grupo:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2017	2016
Taxa de juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos passivos	101 406	95 853
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos passivos	-77 500	-83 178

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2017	2016
Taxa de juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos passivos	-46 157	-51 672
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos passivos	29 705	25 025

Em 2016, esta análise não inclui o efeito da Açoreana Seguros, S.A. dado que as provisões técnicas foram reconhecidas ao justo valor no momento da aquisição (Nota 32).

### Risco de Spread

O Risco de *Spread* reflete a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate*.

(milhares de euros)

Rating	2017		2016	
	%	Valor	%	Valor
AAA	17%	220 449	22%	254 397
AA	30%	381 579	20%	235 255
A	10%	123 616	10%	117 332
BBB	28%	356 868	33%	385 669
BB	6%	73 535	11%	125 002
B	3%	36 631	2%	19 916
CCC	0%	1 473	0%	527
Unrated	8%	98 722	4%	42 767
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>1 292 873</b>	<b>100%</b>	<b>1 180 865</b>

Estes valores não incluem depósitos por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

### Risco de Concentração

O Risco de Concentração refere-se à volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou totais pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por setores de atividade é analisada como segue:

(milhares de euros)

Setor de Atividade	2017		2016	
	%	Valor	%	Valor
Recursos básicos	1%	10 608	1%	17 330
Comunicações	3%	39 043	2%	42 334
Bens consumíveis (cíclico)	2%	26 053	2%	34 169
Bens consumíveis (Não-cíclico)	4%	60 494	2%	50 899
Energia	2%	32 050	3%	45 703
Financeiro	15%	229 137	13%	206 340
Fundos	11%	164 676	22%	175 251
Dívida pública	51%	761 237	48%	712 136
Industrial	5%	74 693	3%	45 088
Medicina	1%	9 846	0%	1 918
Tecnologia	1%	10 946	0%	5 174
Serviços públicos/ coletivos	5%	67 382	5%	69 084
Outros	0%	5 858	0%	6 713
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>1 492 025</b>	<b>100%</b>	<b>1 412 139</b>

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, Ativos financeiros detidos para negociação, Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, Ativos disponíveis para venda e os suprimentos e prestações acessórias da rubrica de Empréstimos concedidos. Da rubrica Ativos disponíveis para venda são excluídos os fundos de investimento imobiliário por razões de coerência com a não inclusão também nesta análise dos investimentos em Terrenos e edifícios.

Estes valores não incluem depósitos por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

### Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez advém da possibilidade do Grupo não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam. Importa salientar que para efeitos de mitigação deste risco, o Grupo elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/ excedentes de capital.

A análise de maturidade e dos fluxos estimados dos ativos e passivos alvo deste tipo de risco, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é como segue:

(milhares de euros)

2017	← 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	→ 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros	63 428	138 833	74 547	360 088	1 017 741	257 349	1 911 986
Passivos financeiros e provisão matemática	38 841	97 733	80 305	310 557	334 960	-	862 396
<b>Líquido</b>	<b>24 587</b>	<b>41 100</b>	<b>-5 758</b>	<b>49 531</b>	<b>682 781</b>	<b>257 349</b>	<b>1 049 590</b>

(milhares de euros)

2016	← 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	→ 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros	83 358	90 115	49 980	343 346	923 572	306 069	1 796 440
Passivos financeiros e provisão matemática	17 357	55 260	94 870	309 103	426 410	5 689	908 689
<b>Líquido</b>	<b>66 001</b>	<b>34 855</b>	<b>-44 890</b>	<b>34 243</b>	<b>497 162</b>	<b>300 380</b>	<b>887 751</b>

### Risco de Crédito

O Risco de Crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

Como procedimento de controlo é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida. Na seleção dos bancos depositários e dos resseguradores são tidos em consideração os *ratings* e é acompanhada periodicamente a evolução dos mesmos ao longo do ano.

A distribuição dos saldos de depósitos é analisada como segue:

(milhares de euros)

Rating	2017		2016	
	%	Valor	%	Valor
AAA	0%	-	0%	-
AA	0%	-	0%	-
A	36%	52 176	27%	31 893
BBB	5%	7 407	3%	4 095
BB	0%	330	14%	16 403
B	0%	20	4%	4 166
CCC	26%	36 995	18%	21 678
Unrated	32%	46 054	34%	39 822
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>142 982</b>	<b>100%</b>	<b>118 057</b>

A distribuição dos saldos devedores dos resseguradores, sem dedução de imparidade, é analisada como segue:

(milhares de euros)

Rating	2017		2016	
	%	Valor	%	Valor
AAA	0%	-	0%	-
AA	44%	23 460	40%	5 806
A	55%	29 327	53%	7 639
BBB	0%	-	0%	-
BB	0%	-	0%	-
B	0%	-	0%	-
CCC	0%	-	0%	-
Unrated	1%	238	7%	950
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>53 025</b>	<b>100%</b>	<b>14 395</b>

### Risco Operacional

O Risco Operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária do Grupo, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio;
- Risco legal.

### Risco Estratégico

O Risco Estratégico é o risco resultante de decisões estratégicas. Definimos Risco Estratégico como o risco de tomar decisões de negócio inadequadas, implementar decisões de forma desajustada ou não ser capaz de se adaptar às mudanças no ambiente operacional. O Risco Estratégico, em regra, é um risco que surge em conjunto com outros riscos, mas também pode emergir como um risco individual.

### Risco de Reputação

O Risco de Reputação é o risco que decorre de possíveis danos à reputação das empresas como consequência da percepção negativa do público (por exemplo, entre clientes, parceiros de negócio, acionistas ou autoridades). Assim como o Risco Estratégico, o Risco Reputacional é um risco que surge em conjunto com outros riscos, mas também pode emergir como um risco individual.

### Risco Sistémico

Ao risco de destabilização do sistema financeiro ou mercado com consequências ao nível dos ativos, taxas de juro, câmbio, afetando a economia como um todo.

### Riscos Emergentes

Riscos existentes ou que possam surgir, de difícil quantificação e com potencial de perdas elevadas. Caracterizados por um elevado grau de incerteza, onde mesmo a informação básica, que suportaria uma avaliação adequada sobre a frequência e severidade de um determinado risco, é reduzida.

### Medidas de mitigação

Como principais medidas de mitigação existentes no Grupo face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

- Existência de Código de Conduta;
- Atualização constante de normativos internos e manuais de procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às instalações;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de política de gestão de recursos humanos;
- Existência de programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem diretamente com os clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas.

### SOLVÊNCIA

Em 2015 foi transposta para o Regime Jurídico Nacional a Diretiva Solvência II (Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009), relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício, e respetivas alterações, através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro de 2015, que definiu a data de entrada em vigor do novo Regime de Solvência II a 1 de janeiro de 2016.

O Grupo monitoriza a solvência de acordo com o novo regime em vigor. De acordo com o que está estabelecido na legislação, os dados definitivos da margem de solvência da empresa-mãe do Grupo e respetiva informação mais detalhada sobre a Gestão do Risco foram divulgados publicamente durante o mês de maio de 2018 através do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira.

## ADEQUAÇÃO DOS PRÉMIOS E DAS PROVISÕES

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base atuarial prudente, de forma a garantirem os compromissos assumidos pelo Grupo decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Em termos gerais, a política de provisionamento do Grupo é de natureza prudencial, utilizando métodos atuarialmente reconhecidos e cumprindo os normativos regulamentares e legais.

## RÁCIOS DE ATIVIDADE

Os principais rácios de atividade de Não Vida, brutos de resseguro, são como segue:

	(%)	
	2017	2016
Rácio de sinistralidade <sup>a)</sup>	78,5%	71,6%
Rácio de aquisição <sup>b)</sup>	21,2%	20,7%
Rácio administrativo <sup>c)</sup>	8,0%	8,1%
<b>Rácio Combinado</b>	<b>107,7%</b>	<b>100,4%</b>

a) (Custos com sinistros + custos imputados + variação das provisões técnicas + outros custos - proveitos técnicos)/ prémios adquiridos.  
b) (Remunerações de mediação de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos)/ prémios brutos emitidos.  
c) (Remunerações de mediação administrativas + custos imputados)/ prémios brutos emitidos.

Os principais rácios de atividade de Vida, brutos de resseguro, são como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Sinistros/ prémios (IFRS 4)	191,9%	240,7%
Benefícios pagos/ depósitos recebidos (IAS 39)	2 176,8%	1 797,3%
Custos de aquisição/ (prémios + depósitos recebidos)	26,3%	11,3%
Custos administrativos/ (prémios + depósitos recebidos)	16,7%	5,4%

## MONTANTES RECUPERÁVEIS DE SINISTROS

Os montantes recuperáveis, relativamente a prestações efetuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos ou da obtenção da propriedade, e o risco de não cobrança dos mesmos encontram-se incluídos nas rubricas abaixo mencionadas e ascendem aos seguintes montantes:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Contas a receber	4 469	9 864
Ajustamento de crédito de cobrança duvidosa	-2 410	-2 059
<b>Total Líquido</b>	<b>2 059</b>	<b>7 805</b>

Quanto à obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados) os montantes estão incluídos na rubrica seguinte e são como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Salvados	80	51
Outras existências	0	0
<b>Inventários</b>	<b>80</b>	<b>51</b>

## NOTA 6 PASSIVOS POR CONTRATOS DE INVESTIMENTO E OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

A análise dos movimentos ocorridos em passivos por contratos de investimento é como segue:

	(milhares de euros)				
	Financieros Sem Participação nos Resultados	Unit Links	PPR Unit Links	OCA's Unit Link	Total
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2015</b>	<b>138 321</b>	<b>8 428</b>	<b>30 898</b>	<b>-</b>	<b>177 647</b>
Alterações no perímetro da Consolidação	314	124	43	-	1 514
Passivos adicionais do período, líquido de comissões	796	167	201	1 032	1 164
Montantes pagos	-5 776	-1 734	-3 674	-	-12 169
Juros técnicos	103	93	150	-984	597
Outros Movimentos	-17 398	-	254	251	-17 144
<b>Saldos a 31 de dezembro de 2016</b>	<b>116 360</b>	<b>7 078</b>	<b>27 872</b>	<b>300</b>	<b>151 610</b>
Passivos adicionais do período, líquido de comissões	585	-	-	-	585
Montantes pagos	-13 911	-	8	-	-13 903
Juros técnicos	5 128	-	9	-	5 137
Outros movimentos	20	-	-505	-31	-516
<b>Saldos a 31 de dezembro de 2017</b>	<b>108 182</b>	<b>7 078</b>	<b>27 384</b>	<b>269</b>	<b>142 913</b>

Os valores de Outros movimentos em 2017 e 2016 referem-se a reclassificações de produtos que passaram a ter provisão para participação nos resultados discricionária.

Os valores dos passivos financeiros de contratos *Unit Linked*, no valor total de 34 731 milhares de euros (2016: 35 250 milhares de euros) correspondem ao nível 2 do método de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS13, dado serem instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.

Os ganhos e perdas em passivos financeiros por contratos de investimento podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)						
	2017			2016		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
<b>Valorizados ao justo valor por ganhos e perdas</b>	<b>5 906</b>	<b>-2 131</b>	<b>3 775</b>	<b>6 434</b>	<b>-2 923</b>	<b>3 510</b>
Capitalização	3 881	-727	3 154	4 118	-1 050	3 068
PPR	2 025	-1 404	621	2 316	-1 873	443
<b>Valorizados ao Custo Amortizado</b>	<b>-</b>	<b>-4 080</b>	<b>-4 080</b>	<b>-</b>	<b>-4 107</b>	<b>-4 107</b>
Capitalização	-	-3 454	-3 454	-	-3 233	-3 233
PPR	-	-626	-626	-	-874	-874
<b>Total</b>	<b>5 906</b>	<b>-6 211</b>	<b>-305</b>	<b>6 434</b>	<b>-7 031</b>	<b>-597</b>

Os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem também os valores das Notas 17 e 18, pelo que a análise deve ser feita em conjunto com as referidas notas.

A decomposição da rubrica de Outros passivos financeiros pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Outros passivos financeiros		
Depósitos recebidos de resseguradores	400	11 722
Derivados	1 006	1 040
Passivos subordinados	0	8 540
Outros	17 027	12 525
<b>Valor de Balanço</b>	<b>18 433</b>	<b>33 827</b>

Os Depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido. Os valores de Derivados encontram-se analisados na Nota 7.

Os valores de Outros registados em 2017 e 2016 dizem respeito a operações financeiras em fase de regularização tendo em atenção as suas datas valor.

Os passivos financeiros subordinados apresentam a seguinte composição e detalhe:

(milhares de euros)			
	2016		
	Montante	Taxa	Maturidade
Empréstimo obrigacionista	8 540	1,283%	17/12/17

## NOTA 7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras consolidadas através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 114 768	1 340 735
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	25 419	27 256
Depósitos a prazo	34 123	31 471
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	366 902	101 784
Ativos financeiros detidos para negociação	4 211	483
Investimentos a deter até à maturidade	-	-
<b>Total Participações e Instrumentos Financeiros</b>	<b>1 545 423</b>	<b>1 501 729</b>
Outros ativos financeiros	14 566	16 008
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>1 559 989</b>	<b>1 517 737</b>

No Anexo 1 estão considerados em 2017, 1 006 milhares de euros de instrumentos financeiros derivados com valor negativo que no balanço são apresentados na rubrica Outros passivos financeiros do Passivo (Nota 6).

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de depósitos a prazo inclui um montante de 24 893 milhares de euros (2016: 16 029 milhares de euros) relativo a depósitos constituídos pela TCAS junto de bancos angolanos, denominados essencialmente em Kwanzas Angolanos, os quais se vencem num prazo inferior a um ano.

Os investimentos em associadas são analisados na Nota 4, e os restantes instrumentos financeiros são analisados ao longo da presente Nota 7.

### ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Encontram-se classificados nesta rubrica os títulos que o Grupo, conforme previsto pela Norma IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, considera que (i) são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) contém instrumentos derivados embutidos.

O saldo desta tipologia de ativos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	53 800	21 677
De outros emissores	136 825	63 264
Corporate loans	110 418	13 493
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	65 859	3 350
<b>Valor de balanço</b>	<b>366 902</b>	<b>101 784</b>
Valor de aquisição	365 645	101 131

Em 31 de dezembro de 2017, esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo com derivativos embutidos no montante de 8 508 milhares de euros (2016: 13 132 milhares de euros).

Adicionalmente, esta rubrica inclui ainda títulos de rendimento fixo híbridos ligados a financiamentos *tier 1/2* de capital no montante de 2 922 milhares de euros (2016: 7 252 milhares de euros). Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor, determinado com base nos preços indicados pelas fontes utilizadas pelo Grupo para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

### ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	717 454	691 009
De outros emissores	272 923	391 422
Ações	4 846	23 410
Outros títulos de rendimento variável	119 545	234 894
<b>Valor de Balanço</b>	<b>1 114 768</b>	<b>1 340 735</b>

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

(milhares de euros)					
	Custo Amortizado ou de Aquisição	Juro Decorrido	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	682 919	8 809	-719	-	691 009
De outros emissores	382 818	7 724	880	-	391 422
Ações	22 405	-	2 534	-1 529	23 410
Outros títulos de rendimento variável	230 770	-	4 369	-245	234 894
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1 318 912</b>	<b>16 533</b>	<b>7 064</b>	<b>-1 774</b>	<b>1 340 735</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	710 587	9 317	-2 450	-	717 454
De outros emissores	257 396	5 306	10 221	-	272 923
Ações	5 205	-	698	-1 057	4 846
Outros títulos de rendimento variável	117 784	-	5 294	-3 533	119 545
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1 090 972</b>	<b>14 623</b>	<b>13 763</b>	<b>-4 590</b>	<b>1 114 768</b>

Em 31 de dezembro de 2017, os Outros títulos de rendimento variável incluem 17 694 milhares de euros relativos a participações detidas pelo Grupo em fundos de investimento imobiliário (2016: 23 554 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade podem ser detalhados como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
<b>Saldo em 1 de janeiro</b>	<b>1 774</b>	<b>1 936</b>
Dotações do exercício	3 949	2 108
Anulações do exercício por venda de ativos	-1 133	-6 087
Reversões do exercício	-	-
Alterações de perímetro de consolidação	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>4 590</b>	<b>1 774</b>

As imparidades registadas em ganhos e perdas por via de ajustamento de justo valor em investimentos, segregado pelas respetivas categorias, são como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-3 949	-2 108
<b>Valor de balanço</b>	<b>-3 949</b>	<b>-2 108</b>

### ATIVOS/ PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

O saldo desta tipologia de ativos e passivos é decomposto como segue:

(milhares de euros)				
	2017		2016	
	Justo Valor	Valor Nocial	Justo Valor	Valor Nocial
Derivados - contratos de <i>forward</i> e <i>swap</i> - ativo	4 211	289 859	483	26 307
Derivados - contratos de <i>forward</i> e <i>swap</i> - passivo	-1 006	169 505	-1 040	19 160
<b>Total</b>	<b>3 205</b>	<b>459 364</b>	<b>-557</b>	<b>45 467</b>

Os investimentos realizados pelo Grupo são predominantemente em euros, detendo contudo na sua carteira algumas operações expressas em outras moedas. Desta forma, e sempre mediante autorização do seu Comité Financeiro, o Grupo efetuou alguns contratos de cobertura cambial para os respetivos investimentos em divisas.

Esses contratos de cobertura cambial, apesar de não realizarem uma cobertura perfeita, tentam cobrir o risco cambial do capital e do juro, através de sucessivas renovações ao longo do ano, utilizando para tal os mecanismos de *swap* e *forward*. As variações do justo valor destes instrumentos derivativos são registados diretamente na demonstração de ganhos e perdas, uma vez que o Grupo não utiliza contabilidade de cobertura por não se encontrarem cumpridos os requisitos definidos para o efeito pela Norma IAS 39.



Os contratos com justo valor positivo estão apresentados em Ativos financeiros detidos para negociação e os contratos com justo valor negativo estão apresentados no Passivo, na rubrica Outros passivos financeiros – Outros.

### INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não existem ativos classificados nesta categoria. No entanto, importa realçar que durante 2014 o Grupo procedeu à alienação de ativos desta categoria, não cumprindo com os requisitos definidos na IAS39 (“tainting”). Nesta base, até ao final do exercício de 2016 o Grupo não pôde ter ativos classificados nesta categoria.

### OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos, o Grupo detém ainda outros ativos, conforme segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Empréstimos concedidos	3 672	7 358
Depósitos junto de empresas cedentes	2	2
Outros	10 892	8 648
<b>Total de Outros Ativos Financeiros</b>	<b>14 566</b>	<b>16 008</b>

Em 2017 e 2016, o valor de Outros corresponde a operações financeiras em fase de regularização tendo em atenção as suas datas valor.

A decomposição dos Outros ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

(milhares de euros)			
	Custo Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
Outros ativos financeiros			
Suprimentos	3 125	-	3 125
Empréstimos	19 233	-15 000	4 233
Outros	8 650	-	8 650
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2016</b>	<b>31 008</b>	<b>-15 000</b>	<b>16 008</b>
Outros ativos financeiros			
Suprimentos	-	-	-
Empréstimos	18 672	-15 000	3 672
Outros	10 894	-	10 894
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2017</b>	<b>29 566</b>	<b>-15 000</b>	<b>14 566</b>

As perdas por imparidade da rubrica Empréstimos correspondem à totalidade do empréstimo de tesouraria concedido à Espírito Santo Financial Portugal, SGPS, S.A..

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
<b>Saldo em 1 de janeiro</b>	<b>15 000</b>	<b>15 000</b>
Dotações do exercício	-	-
Anulações do exercício por desconhecimento	-	-
Reversões do exercício	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>15 000</b>	<b>15 000</b>

O detalhe dos empréstimos concedidos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Suprimentos	-	3 125
Empréstimos a colaboradores	1 922	2 483
Outros empréstimos	1 750	1 750
<b>Total de Empréstimos Concedidos</b>	<b>3 672</b>	<b>7 358</b>

Em 31 de dezembro de 2016, o valor dos suprimentos correspondia aos suprimentos concedidos ao Imocrescente - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado.

### JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS REGISTADOS AO CUSTO AMORTIZADO

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

(milhares de euros)				
	2017		2016	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	109 029	109 029	87 895	87 895
Empréstimos e contas a receber	48 689	48 689	47 479	47 479
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	143 983	143 983	86 616	86 616
Outros elementos do ativo	124 404	124 404	131 448	131 448
<b>Ativos Financeiros ao Custo Amortizado</b>	<b>426 105</b>	<b>426 105</b>	<b>353 438</b>	<b>353 438</b>
Passivos financeiros de contratos de investimento	151 328	142 913	145 981	151 610
Outros passivos financeiros	17 427	17 427	32 787	32 787
Outros credores por operações de seguros e outras operações	109 285	109 285	68 671	68 671
<b>Passivos Financeiros ao Custo Amortizado</b>	<b>278 040</b>	<b>269 625</b>	<b>247 439</b>	<b>253 068</b>

O justo valor dos passivos financeiros de contratos de investimento é estimado contrato a contrato utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados futuros e a taxa de juro sem risco à data da emissão.

Tendo em conta que estes ativos e passivos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo à data do balanço.

No que diz respeito ao método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS 13, todos os instrumentos financeiros registados ao custo amortizado são de Nível 3, exceto Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem que é de Nível 1.

### METODOLOGIAS DE VALORIZAÇÃO

Os instrumentos financeiros são estratificados de acordo com os níveis prescritos no IFRS 13, que representam a seguinte descrição:

- **Nível 1** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgadas por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos;
- **Nível 2** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado;
- **Nível 3** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

O valor dos instrumentos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização e de acordo com os níveis acima descritos, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2017			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda</b>	<b>1 020 866</b>	<b>64 793</b>	<b>29 109</b>	<b>1 114 768</b>
Títulos e unidades de participação	80 263	20 366	18 916	119 545
Ações e outros títulos de rendimento variável	2 021	175	2 650	4 846
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	680 294	29 617	7 543	717 454
De outros emissores	258 288	14 635	-	272 923
Derivados	-	-	-	-
<b>Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas</b>	<b>181 472</b>	<b>75 007</b>	<b>110 423</b>	<b>366 902</b>
Títulos e unidades de participação	3 035	4 135	58 689	65 859
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	53 800	-	-	53 800
De outros emissores	124 637	12 188	-	136 825
Corporate loans	-	58 684	51 734	110 418
<b>Ativos Financeiros Detidos para Negociação</b>	<b>-</b>	<b>4 211</b>	<b>-</b>	<b>4 211</b>
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-	-	-
De emissores públicos	-	-	-	-
De outros emissores	-	-	-	-
Derivados	-	4 211	-	4 211
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>1 202 338</b>	<b>144 011</b>	<b>139 532</b>	<b>1 485 881</b>
Derivados	-	-1 006	-	-1 006
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>-</b>	<b>-1 006</b>	<b>-</b>	<b>-1 006</b>

(milhares de euros)

	2016			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda</b>	<b>1 310 675</b>	<b>574</b>	<b>29 486</b>	<b>1 340 735</b>
Títulos e unidades de participação	207 892	-	27 002	234 894
Ações e outros títulos de rendimento variável	20 926	-	2 484	23 410
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-	-	-
De emissores públicos	690 435	574	-	691 009
De outros emissores	391 422	-	-	391 422
<b>Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas</b>	<b>42 777</b>	<b>56 255</b>	<b>2 752</b>	<b>101 784</b>
Títulos e unidades de participação	3 077	-	273	3 350
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-	-	-
De emissores públicos	21 677	-	-	21 677
De outros emissores	312 448	45 210	31	63 264
Corporate loans	-	11 045	2 448	13 493
<b>Ativos Financeiros Detidos para Negociação</b>	<b>-</b>	<b>483</b>	<b>-</b>	<b>483</b>
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-	-	-
De emissores públicos	-	-	-	-
De outros emissores	-	-	-	-
Derivados	-	483	-	483
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>1 353 452</b>	<b>57 312</b>	<b>32 238</b>	<b>1 443 002</b>
Derivados	-	-1 040	-	-1 040
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>-</b>	<b>-1 040</b>	<b>-</b>	<b>-1 040</b>

A reconciliação dos ativos de Nível 3 é como segue:

(milhares de euros)

	31 dez 2016	Valias potenciais	Compras	Vendas	Reembolsos	Imparidades	Valias realizadas	31 dez 2017
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda</b>	<b>29 486</b>	<b>-1 744</b>	<b>10 495</b>	<b>-7 814</b>	<b>-</b>	<b>-3 519</b>	<b>2 205</b>	<b>29 109</b>
Títulos e unidades de participação	27 002	-1 907	2 656	-7 814	-	-3 226	2 205	18 916
Ações e outros títulos de rendimento variável	2 484	85	374	-	-	-293	-	2 650
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-	-	-	-	-	-	-
De emissores públicos	-	78	7 465	-	-	-	-	7 543
De outros emissores	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas</b>	<b>2 752</b>	<b>-815</b>	<b>173 600</b>	<b>-64 739</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-375</b>	<b>110 423</b>
Títulos e unidades de participação	273	-566	99 077	-39 889	-	-	-206	58 689
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-	-	-	-	-	-	-
De emissores públicos	-	-	-	-	-	-	-	-
De outros emissores	31	-	-	-31	-	-	-	-
Corporate loans	2 448	-249	74 523	-24 819	-	-	-169	51 734

Os Títulos e unidades de participação contemplados neste nível incluem 14 583 milhares de euros relativos a unidades de participação em fundos de investimento imobiliário fechados (2016: 20 715 milhares de euros) e 4 551 milhares de euros relativos a fundos de *private equity* (2016: 6 183 milhares de euros), cujo justo valor resultou da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pelas sociedades gestoras.

O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos, valorizados nas respetivas contas ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pelas sociedades gestoras. Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, o impacto de uma alteração de +/- 10% no VLGF dos fundos e *corporate loans*, é analisado, em 2017 e 2016, como segue:

(milhares de euros)

2017		Impacto no resultado do exercício		Impacto na reserva de justo valor	
		Subida de 10%	Descida de 10%	Subida de 10%	Descida de 10%
Fundo de Investimento	Fundos de investimento imobiliário fechados	-	-	1 458	-1 458
Fundo de Investimento	Fundos <i>private equity</i>	22	-271	433	-184
Loans	<i>Corporate loans</i>	5 173	-5 173	-	-

(milhares de euros)

2016		Impacto no resultado do exercício		Impacto na reserva de justo valor	
		Subida de 10%	Descida de 10%	Subida de 10%	Descida de 10%
Fundo de Investimento	Fundos de investimento imobiliário fechados	-	-	2 072	-2 072
Fundo de Investimento	Fundos <i>private equity</i>	-	-	618	-618
Loans	<i>Corporate loans</i>	245	-245	-	-

Não é incluída avaliação de impactos para os casos de fundos autónomos representativos de passivos de contratos de investimento em que o risco é do tomador de seguro.

## NOTA 8 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
Caixa	170	1 309
Depósitos em instituições de crédito	108 859	86 586
<b>Total</b>	<b>109 029</b>	<b>87 895</b>

No final de 2016, o Banco de Moçambique extinguiu a entidade bancária Nosso Banco, retirando-lhe o direito de exercer a atividade no país. As duas seguradoras do Grupo, a Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros Vida, S.A. e a Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros, S.A. tinham depósitos à ordem nesta instituição, em montantes que ascendiam aos 15 mil euros. Foi registada uma imparidade em 2016 pela totalidade dos montantes, mas tendo ocorrido a devolução dos valores por parte do Fundo de Garantia de Depósitos no final de 2017 a imparidade foi anulada na sua totalidade.

## NOTA 9 TERRENOS E EDIFÍCIOS

Conforme referido na Nota 3 acima, os terrenos e edifícios detidos pelo Grupo são valorizados pelo modelo do custo no caso dos imóveis de serviço próprio, de acordo com a opção prevista pela IAS 16, e pelo modelo de justo valor no caso dos imóveis de rendimento, de acordo com o tratamento previsto pela IAS 40. Independentemente do modelo de valorimetria são efetuadas avaliações regulares a todos os imóveis.

As avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem.

Estas avaliações são efetuadas através da ponderação combinada dos métodos de avaliação “Comparativo de Mercado” e “Rendimento”, e os valores respetivos conduzem às alterações de justo valor nas propriedades de investimento (imóveis de rendimento) e servem para efeitos de teste de imparidade nos ativos tangíveis (imóveis de serviço próprio).

O método “Comparativo de Mercado” é sempre utilizado, sendo o mesmo suportado em evidências de mercado, onde é efetuada uma prospeção de mercado de imóveis que sejam comparáveis ao imóvel objeto de avaliação, fundamentando-se os valores pela análise de transações de propriedades análogas. O método do “Rendimento” consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício, mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

No caso dos imóveis de rendimento que sejam transferidos para Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, ao abrigo do IFRS 5, os mesmos são avaliados de acordo com os valores descritos nos contratos promessa de compra e venda deduzidos de eventuais custos de alienação.

Conforme previsto pela Norma IFRS 13 - Justo valor, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios do Grupo encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

O Grupo considera que os terrenos e edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efetuadas para apurar o respetivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização atual, conforme previsto pela Norma IFRS 13 - Justo valor.

Os terrenos e edifícios são classificados como imóveis de uso próprio quando sejam utilizados na atividade operacional do Grupo e de rendimento nos casos restantes. Nos casos em que, pelo seu uso ser repartido, merecem a classificação de mistos, cada parte será analisada e valorizada separadamente. Os avaliadores responsáveis pela valorização do património estão devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM.

#### Modelo de justo valor

Os saldos e os movimentos ocorridos nos Imóveis de Rendimento em ambos os exercícios podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)		
Propriedades de Investimento - Edifícios de Rendimento	2017	2016
<b>Saldo Líquido a 1 de janeiro</b>	<b>43 891</b>	<b>76 706</b>
Alterações no perímetro da consolidação	-	40 327
Adições por aquisição	-	-
Adições por beneficiações	-	92
Transferências p/ ativos a descontinuar	-34 939	-72 344
Transferências de serviço próprio	7 697	-
Abates/ vendas	-9 959	-6 472
Variações justo valor	-6 424	5 582
<b>Saldo Líquido a 31 de Dezembro</b>	<b>266</b>	<b>43 891</b>

No exercício de 2016, as alterações no perímetro de consolidação correspondem à aquisição da Açoreana Seguros, S.A, conforme referido na Nota 4.

Todos os imóveis de rendimento detidos diretamente pelo Grupo têm como objetivo a obtenção de rendas, mesmo que por alguma razão não seja cobrada renda, não havendo portanto imóveis com o objetivo exclusivo de valorização.

O valor referido em 2017 de Transferências corresponde a ativos imobiliários sobre os quais o Grupo detém uma efetiva intenção de venda e cujos processos se perspectiva estarem concluídos ao longo de 2018, com a efetiva realização. Decorrente desse facto foram transferidos para a rubrica de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas (Nota 11).

O valor referido em 2016 de Transferências corresponde, essencialmente, a ativos imobiliários sobre os quais, em dezembro desse ano, o Grupo celebrou dois contratos promessa de compra e venda com data prevista de efetiva realização em data posterior a 31 de dezembro de 2016, ou ainda a outros ativos que o Grupo manifesta uma intenção de venda. Decorrente desse facto foram transferidos para a rubrica de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas (Nota 11).

A análise dos imóveis de rendimento consoante a sua capacidade de gerar renda é analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Imóveis que geraram rendimentos de rendas	220	20 339
Imóveis que não geraram rendimentos de rendas	46	23 552
<b>Total</b>	<b>266</b>	<b>43 891</b>

As quantias reconhecidas em resultados relativas a rendimentos e custos com propriedades de investimento são como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
<b>Rendimentos de Rendas</b>	<b>1 207</b>	<b>4 490</b>
<b>Custos operacionais</b>	<b>465</b>	<b>250</b>
Em imóveis que geraram rendimentos de rendas	75	123
Em imóveis que não geraram rendimentos de rendas	390	127

#### Modelo do custo

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo das rubricas de Imóveis de Serviço Próprio é analisado como segue:

-milhares de euros)		
	2017	2016
<b>Valor Bruto</b>	<b>2 877</b>	<b>35 818</b>
Amortizações e imparidades acumuladas	-230	-393
<b>Saldo Líquido a 31 de Dezembro</b>	<b>2 647</b>	<b>35 425</b>

O movimento ocorrido nos Imóveis de Serviço Próprio em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)		
Ativos Tangíveis - Edifícios de Serviço Próprio	2017	2016
<b>Saldo líquido a 1 de janeiro</b>	<b>35 425</b>	<b>36 058</b>
Alterações no Perímetro da Consolidação	-272	33 178
Adições por aquisição	-	543
Adições por beneficiações	-	21
Transferências p/ ativos a descontinuar	-15 789	-32 911
Transferências p/ propriedades de investimento	-7 697	-
Transferências de outros ativos tangíveis	-	-
Abates / vendas	-667	-123
Imparidades - [(dotação) / utilização]	-8 590	-
Amortizações do exercício	-550	-850
Diferenças de câmbio	-	-491
Efeito hiperinflação - IAS 29	786	-
<b>Saldo líquido a 31 de dezembro</b>	<b>2 647</b>	<b>35 425</b>

O valor referido em 2017 de Transferências corresponde a ativos imobiliários sobre os quais o Grupo detém uma efetiva intenção de venda e cujos processos se perspetiva estarem concluídos ao longo de 2018, com a efetiva realização. Decorrente desse facto foram transferidos para a rubrica de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas (Nota 11).

O valor referido em 2016 de Transferências corresponde a ativos imobiliários sobre os quais, em dezembro desse ano, o Grupo celebrou dois contratos promessa de compra e venda com data prevista de efetiva realização em data posterior a 31 de dezembro de 2016, ou ainda a outros ativos que o Grupo manifesta uma intenção de venda. Decorrente desse facto foram transferidos para a rubrica de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas (Nota 11).

O valor final de balanço em 2016 corresponde também ao justo valor dos respetivos ativos tendo em atenção a metodologia de valorização utilizada no processo de aquisição da Açoreana Seguros, S.A..

## NOTA 10 OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INVENTÁRIOS

Além dos imóveis de serviço próprio referidos na Nota 9, o Grupo possui outros ativos tangíveis valorizados ao modelo do custo, que em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
<b>Equipamento</b>	<b>50 666</b>	<b>50 318</b>
Equipamento administrativo	5 722	5 704
Máquinas e ferramentas	2 056	2 033
Equipamento informático	34 680	34 607
Instalações interiores	2 686	2 685
Despesas edifícios arrendados	4 208	3 853
Material transporte	561	578
Outras immobilizações corpóreas	752	857
<b>Imobilizado em Curso</b>	<b>2 051</b>	<b>-</b>
<b>Amortizações Acumuladas</b>	<b>-47 519</b>	<b>-45 783</b>
<b>Imparidades</b>	<b>5 198</b>	<b>4 535</b>

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, sobre o saldo líquido, são analisados como segue:

	(milhares de euros)		
	Equipamento	Imobilizado em Curso	Total
<b>Saldo a 1 de janeiro de 2016</b>	<b>5 422</b>	<b>13</b>	<b>5 435</b>
Adições	831	-	831
Transferências	-	-14	-14
Amortizações do exercício	-1 697	-	-1 697
Abates/ vendas	-1 261	-13	-1 274
Alterações no perímetro de consolidação	1 240	14	1 254
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2016</b>	<b>4 535</b>	<b>0</b>	<b>4 535</b>
Alterações no perímetro de consolidação	-52	-	-52
Adições	320	2 051	2 371
Transferências	-	-	-
Amortizações do exercício	-1 778	-	-1 778
Abates/ vendas	-83	-	-83
Diferenças de câmbio	1	-	1
Efeito hiperinflação - IAS 29	205	-	205
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2017</b>	<b>3 147</b>	<b>2 051</b>	<b>5 198</b>

De referir ainda a existência de outros ativos, fundamentalmente relacionados com situações de salvados e que representam, em 2017, 78 milhares de euros (2016: 49 milhares de euros).

## NOTA 11 ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O saldo do ativo de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas é decomposto como segue:

	(milhares de euros)		
	Edifícios - Rendimento	Edifícios - Uso Próprio	Total
<b>Saldo a 01 de janeiro de 2016</b>			
Transferências	71 113	32 893	104 006
Variações justo valor	-	-	-
Abates/ vendas	-	-	-
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2016</b>	<b>71 113</b>	<b>32 893</b>	<b>104 006</b>
Transferências	34 939	15 788	50 727
Variações justo valor	-4 719	1 139	-3 580
Abates/ vendas	-52 347	-24 229	-76 576
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2017</b>	<b>48 986</b>	<b>25 591</b>	<b>74 577</b>

O valor referido em 2017 de Transferências corresponde a ativos imobiliários sobre os quais o Grupo detém uma efetiva intenção de venda e cujos processos se perspetiva estarem concluídos ao longo de 2018, com a efetiva realização. (Nota 9).

Os valores de 2016 dizem respeito a ativos imobiliários que foram transferidos das rubricas de Imóveis de rendimentos e Imóveis de Uso Próprio, e sobre os quais, em dezembro desse ano, o Grupo celebrou dois contratos promessa de compra e venda com data prevista de efetiva realização em data posterior a 31 de dezembro de 2016, ou ainda a outros ativos que o Grupo manifesta uma intenção de venda.

Os imóveis que foram transferidos para esta rubrica, em 2016 e 2017, ao abrigo do IFRS 5, foram avaliados de acordo com os valores descritos nas propostas ou nos contratos promessa de compra e venda ou deduzidos de eventuais custos de alienação, com exceção dos valores de imóveis de serviços próprio em 2016, onde o justo valor era de 42 817 milhões de euros.

## NOTA 12 ATIVOS INTANGÍVEIS

Todos os ativos intangíveis são valorizados ao método do custo. Com exceção do *Goodwill*, todas as vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 5 anos para as despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas (amortização linear), 3 anos para o *software* (amortização linear) e com duração própria até à maturidade da respetiva carteira adquirida e amortização não linear, no caso do *Value in force* (VIF).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o *Goodwill* registado corresponde apenas à diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor atribuível dos respetivos ativos líquidos adquiridos, no valor de 65 981 milhares de euros, referente à aquisição em 5 de agosto de 2016 da Açoreana Seguros, S.A. (Nota 32).

Em 2017 foi efetuado o teste de imparidade ao *Goodwill*, tendo por base o plano de negócios, através da metodologia de *discounted cash flows*, com base no qual não se obteve qualquer indicador de imparidade do *Goodwill*. Os principais pressupostos utilizados foram:

- Taxa de desconto: 10%;
- Taxa de crescimento na perpetuidade dos *cash-flows*: 2%;
- *Free cash-flow*: com base no excesso sobre o target de rácio de capital (125%).

Em 31 de dezembro de 2017, o VIF corresponde ao valor do custo de aquisição das posições contratuais que resultam dos contratos angariados, incluindo todos os direitos, obrigações e garantias emergentes dos mesmos, no valor líquido de amortizações e imparidades de:

- 5 353 milhares de euros, referente à aquisição em 2006 da carteira de apólices relativa ao canal tradicional de mediadores à GNB - Companhia de Seguros de Vida, S.A.;
- 311 milhares de euros, referente à aquisição em 2014 da carteira de apólices vida da sucursal em Portugal da A.M.A. - Agrupación Mutual Aseguradora, Mútua de Seguros a Prima Fija;
- 2 619 milhares de euros, referente à aquisição em 2016 da carteira de apólices vida da Açoreana Seguros, S.A..

Estes ativos são amortizados pelo período de reconhecimento do proveito associado aos contratos adquiridos.

Como referido e previsto nas políticas contabilísticas, o Grupo efetuou uma revisão do valor recuperável do VIF da carteira adquirida em 2006 à GNB - Companhia de Seguros de Vida, tendo concluído pela existência de uma perda por imparidade no valor de 18 498 milhares de euros.

O saldo das rubricas de *Goodwill* e Outros ativos intangíveis é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
<b>Goodwill</b>	<b>65 981</b>	<b>65 981</b>
<b>Outros Intangíveis</b>	<b>144 437</b>	<b>143 247</b>
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	74 276	71 385
Software	12 970	12 263
Intangíveis em curso	355	2 763
Value in force	56 836	56 836
<b>Amortizações Acumuladas</b>	<b>-110 576</b>	<b>-101 394</b>
<b>Imparidades</b>	<b>-18 498</b>	<b>-20 627</b>
	<b>81 344</b>	<b>87 207</b>

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como se segue:

	(milhares de euros)						
	Goodwill	Outros Intangíveis	Despesas de Desenvolvimento de Aplicações Informáticas	Software	Intangíveis em Curso	Value in Force	Total
<b>Saldo a 1 de janeiro de 2016</b>	<b>651</b>	<b>37 772</b>	<b>5 648</b>	<b>1 033</b>	<b>1 566</b>	<b>29 525</b>	<b>38 423</b>
Adições	65 981	9 669	-97	712	3 462	5 592	75 650
Amortizações do exercício	-	-8 606	-2 109	-1 539	-	-4 958	-8 606
Imparidades	-	-20 627	-	-	-	-20 627	-20 627
Transferências	-	-	1 991	1 819	-3 810	-	-
Abates/ vendas	-	-112	-	-6	-106	-	-112
Alterações perímetro de consolidação	-651	3 130	10	1 539	1 651	-70	2 479
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2016</b>	<b>65 981</b>	<b>21 226</b>	<b>5 443</b>	<b>3 558</b>	<b>2 763</b>	<b>9 462</b>	<b>87 207</b>
Adições	-	6 440	42	481	5 917	-	6 440
Amortizações do exercício	-	-9 196	-5 448	-440	-	-3 308	-9 196
Imparidades	-	2 129	-	-	-	2 129	2 129
Transferências	-	-5 284	3 041	-	-8 325	-	-5 284
Abates/ vendas	-	-2	-	-2	-	-	-2
Alterações perímetro de consolidação	-	51	-	51	-	-	51
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2017</b>	<b>65 981</b>	<b>15 364</b>	<b>3 078</b>	<b>3 648</b>	<b>355</b>	<b>8 283</b>	<b>81 344</b>

O saldo remanescente do *Value in Force* será amortizado com segue:

(milhares de euros)						
	2018	2019	2020	2021	Após	Total
Amortização estimada	1 401	1 239	1 453	444	3 746	8 283

As amortizações de ativos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
<b>Amortizações do Exercício de Ativos Intangíveis</b>	<b>9 196</b>	<b>8 606</b>
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos - montantes brutos	1 602	738
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	3 096	1 852
Gastos administrativos	4 175	6 015
Gastos financeiros		
Outros	323	1

## NOTA 13 OUTROS ATIVOS, PASSIVOS, AJUSTAMENTOS E PROVISÕES

### Ativos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
<b>Ativo Bruto</b>	<b>72 522</b>	<b>64 886</b>
Tomadores de seguro		
Recibos por cobrar	55 465	46 472
Reembolsos de sinistros	7 317	12 554
Mediadores de seguro	1 915	445
Cosseguradoras	7 825	5 415
<b>Ajustamentos</b>	<b>-9 180</b>	<b>-9 020</b>
Recibos por cobrar	-4 239	-3 820
Créditos de cobrança duvidosa	-4 941	-5 200
<b>Ativo Líquido</b>	<b>63 342</b>	<b>55 866</b>

Os reembolsos exigidos relativamente às prestações efetuadas em consequência de sinistros ocorridos durante o período de suspensão de garantias, e ainda não recebidos, são no montante de 4 416 milhares de euros (2016: 9 828 milhares de euros).

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
<b>Ativo Bruto</b>	<b>53 025</b>	<b>14 395</b>
Resseguradores	53 025	14 395
Ressegurados	0	0
<b>Ajustamentos</b>	<b>-3 980</b>	<b>-1 384</b>
Créditos de cobrança duvidosa	-3 980	-1 384
<b>Ativo Líquido</b>	<b>49 045</b>	<b>13 011</b>

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
<b>Ativo Bruto</b>	<b>39 018</b>	<b>25 422</b>
Entidades relacionadas	1 250	282
Operações imobiliárias	553	-
IFAP	2 397	22
FAT	1 222	1 228
Gestão por conta IDS e representadas	5 153	3 214
Cauções	1 446	1 190
Rendas e outros valores à cobrança	943	5 880
Pessoal	390	396
Adiantamentos a fornecedores	124	330
Clientes	8 508	5 593
Outros valores a receber	17 032	7 288
<b>Ajustamentos</b>	<b>-7 422</b>	<b>-7 683</b>
Créditos de cobrança duvidosa	-7 422	-7 683
<b>Ativo Líquido</b>	<b>31 596</b>	<b>17 739</b>

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da rubrica "Clientes" inclui o montante de 6 780 milhares de euros (2016: 4 220 milhares de euros) relativo a valores a receber de clientes da ADV Angola - Planos e Sistemas de Saúde, Lda., com sede em Angola, entidade esta integralmente detida pela subsidiária AdvanceCare Health International.



O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e refletido nas Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
<b>Ajustamento de Recibos por Cobrar</b>		
<b>Saldo em 1 de janeiro</b>	<b>3 820</b>	<b>6 520</b>
Dotações do exercício	409	44
Utilizações do exercício	10	-1 964
Alterações de perímetro de consolidação	-	-780
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>4 239</b>	<b>3 820</b>
<b>Ajustamento de Créditos de Cobrança Duvidosa</b>		
<b>Saldo em 1 de janeiro</b>	<b>14 267</b>	<b>4 235</b>
Dotações do exercício	2 076	139
Utilizações do exercício	0	-575
Alterações de perímetro de consolidação	-	10 468
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>16 343</b>	<b>14 267</b>

O saldo do ativo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
<b>Acréscimos de Rendimentos</b>	<b>1 501</b>	<b>1 800</b>
Prestações de serviços	1 499	904
Outros acréscimos	2	896
<b>Gastos Diferidos</b>	<b>1 742</b>	<b>2 429</b>
Seguros	72	52
Rendas	284	17
Gastos de aquisição	1 095	2 084
Outros gastos diferidos	291	276
<b>Total</b>	<b>3 243</b>	<b>4 229</b>

O saldo do ativo de Outros elementos do ativo diz respeito essencialmente a contratos de investimento comercializados pelo Grupo, mas cujos ativos são geridos operacionalmente pela GNB – Seguros Vida e é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
<b>Saldo em 1 de janeiro</b>	<b>131 448</b>	<b>146 351</b>
Depósitos recebidos	520	717
Benefícios pagos	-12 412	-19 587
Juro técnico do exercício	4 848	3 967
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>124 404</b>	<b>131 448</b>

#### Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	4 367	5 225
Mediadores de seguro		
Comissões a pagar	3 575	4 151
Contas correntes	4 026	3 394
Cosseguradoras	8 755	11 963
Prémios recebidos antecipadamente	14 408	4 031
<b>Total</b>	<b>35 131</b>	<b>28 764</b>

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Resseguradores	56 409	23 319
Ressegurados	12	16
<b>Total</b>	<b>56 421</b>	<b>23 335</b>

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Entidades relacionadas	1 868	266
Fornecedores de bens em leasing	5 492	6 908
Outros fornecedores de bens e serviços	1 013	2 569
IFAP	1 571	2 743
Pensões AT	1 675	-
Comissões e outros encargos a pagar	280	46
Outros valores a pagar	5 833	4 040
<b>Total</b>	<b>17 733</b>	<b>16 572</b>

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
<b>Rendimentos Diferidos</b>	<b>4 754</b>	<b>3 590</b>
Rendas	187	215
Serviços faturados	4 567	3 374
<b>Acréscimo de Custos</b>	<b>60 004</b>	<b>40 813</b>
Custos c/ pessoal (subsídios, encargos e bónus)	34 135	9 654
Custos de aquisição (incentivos e comissões)	10 654	7 712
Fornecimentos e serviços externos	13 540	19 907
Outros	1 675	3 540
<b>Total</b>	<b>64 758</b>	<b>44 403</b>

O saldo do Passivo de Outras provisões e os respetivos movimentos são decompostos como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Contingências fiscais e de segurança social	2 257	359
Contingências judiciais	1 001	1 126
Outras provisões	819	267
<b>Total</b>	<b>4 077</b>	<b>1 752</b>

(milhares de euros)		
	2017	2016
<b>Saldo em 1 de janeiro</b>	<b>1 752</b>	<b>5 980</b>
Dotações do exercício	2 925	407
Utilizações do exercício	-600	-5 905
Alteração de perímetro de consolidação	-	1 270
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>4 077</b>	<b>1 752</b>

Em 2017, o Grupo constitui provisões para i) eventual contingência com a Segurança Social no valor de 2 257 milhares de euros referente a diferenças de interpretação sobre a incidência de contribuições sobre algumas remunerações variáveis relativas a anos transatos e ii) contingências contratuais relativas à alienação de imóveis no valor de 750 milhares de euros.

Em 2016 o Grupo aderiu ao Programa Especial de Redução do Endividamento de Estado (PERES), o que lhe permitiu ser perdoados os juros dos casos acima referidos, tendo portanto registado o proveito dos juros que estavam aqui prudentemente registados, no final de 2015, no valor de cerca 2.2 milhões de euros.

Para além deste proveito, existiram outros valores de juros referentes ao próprio exercício de 2016 que, em conjunto com algumas diferenças face ao apuramento final do valor perdoado, resultaram num efeito total bruto positivo de cerca de 2,7 milhões de euros.

Ainda em 2016 o valor de Utilizações é explicado pela reversão integral de provisões constituídas em 2015 destinadas a acautelar, essencialmente, eventuais responsabilidades decorrentes das operações em África.

Todos estes movimentos são incluídos em Outras provisões (variação) da demonstração de ganhos e perdas.

## NOTA 14 PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os prémios brutos emitidos, a variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro direto e resseguro aceite, são analisados como segue:

(milhares de euros)						
Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<b>Vida</b>						
Tradicionais	41 103	36 131	457	282	40 646	35 849
PPR's e capitalização com participação nos resultados	14 191	16 825	-	-	14 191	16 825
<b>Não-Vida</b>						
Acidentes e doença	230 666	150 043	2 944	-5 639	227 722	155 682
Incêndio e outros danos	106 407	83 299	-912	-3 597	107 319	86 896
Automóvel	298 981	212 500	7 812	-682	291 169	213 182
Marítimo, aéreo e transportes	6 367	5 915	-358	-366	6 725	6 281
Responsabilidade civil geral	17 318	12 131	-73	-1 282	17 391	13 413
Crédito e caução	79	59	-23	-11	102	70
Proteção jurídica	199	1 771	-8	-94	207	1 865
Assistência	37 007	17 365	209	-54	36 798	17 419
Diversos	2 883	3 103	-202	54	3 085	3 049
<b>Total</b>	<b>755 201</b>	<b>539 142</b>	<b>9 846</b>	<b>-11 389</b>	<b>745 355</b>	<b>550 531</b>

Os prémios emitidos, a variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de resseguro cedido, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<b>Vida</b>						
Tradicionais	4 765	3 248	3	-29	4 762	3 277
Capitalização com part. resultados	-	-	-	-	-	-
<b>Não Vida</b>						
Acidentes e doença	7 729	3 210	445	405	7 284	2 805
Incêndio e outros danos	41 657	35 183	-2 406	-2 085	44 063	37 268
Automóvel	1 172	5 146	-6	-68	1 178	5 214
Marítimo, aéreo e transportes	2 923	3 241	-268	-189	3 191	3 430
Responsabilidade civil geral	1 866	1 574	40	-40	1 826	1 614
Crédito e caução	22	16	-11	2	33	14
Proteção jurídica	28	95	-3	2	31	93
Assistência	26 532	15 830	1 170	198	25 362	15 632
Diversos	2 858	2 960	-101	-7	2 959	2 967
<b>Total</b>	<b>89 552</b>	<b>70 503</b>	<b>-1 137</b>	<b>-1 811</b>	<b>90 689</b>	<b>72 314</b>

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro Não Vida de 2017, conforme formato requerido pela ASF, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos	Custos de Exploração Brutos	Saldo de Resseguro
Acidentes e doença	230 641	227 861	194 175	60 081	-4 084
Incêndio e outros danos	106 268	106 905	100 037	42 031	17 727
Automóvel					
Responsabilidade civil	185 305	181 356	149 808	49 911	987
Outras coberturas	113 662	109 783	84 452	34 800	-621
Marítimo, aéreo e transportes	6 334	6 680	2 187	2 594	-1 478
Responsabilidade civil geral	17 300	17 363	9 887	6 972	-1 114
Crédito e caução	79	102	-18	22	-41
Proteção jurídica	199	208	16	37	-31
Assistência	37 007	36 798	19	7 004	-24 846
Diversos	2 855	3 060	1 368	1 046	-1 533
<b>Total</b>	<b>699 650</b>	<b>690 116</b>	<b>541 931</b>	<b>204 498</b>	<b>-15 034</b>
Resseguro aceite	258	402	132	-64	1 028
<b>Total Geral</b>	<b>699 907</b>	<b>690 518</b>	<b>542 063</b>	<b>204 434</b>	<b>-14 006</b>

A indicação de alguns valores do ramo Vida é como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
<b>Prémios Brutos Emitidos de Seguro Direto e Resseguro Aceite</b>	<b>55 294</b>	<b>52 956</b>
Relativos a contratos individuais	36 127	36 917
Relativos a contratos de grupo	19 167	16 039
<b>Total</b>	<b>55 294</b>	<b>52 956</b>
Periódicos	44 385	41 193
Não periódicos	10 909	11 763
<b>Total</b>	<b>55 294</b>	<b>52 956</b>
De contratos sem participação nos resultados	31 709	28 696
De contratos com participação nos resultados	23 585	24 260
<b>Total</b>	<b>55 294</b>	<b>52 956</b>
Saldo de resseguro	-820	490

## NOTA 15 COMISSÕES RECEBIDAS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo, sendo as comissões de subscrição, gestão e resgate dos mesmos registadas como proveitos e calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

## NOTA 16 RENDIMENTOS/RÉDITOS E GASTOS DE INVESTIMENTOS

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3.

O saldo das rubricas de Rendimentos e de Ganhos e Perdas em Associadas, segregado pelos seus diversos tipos de rédito é como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
<b>Juros</b>	<b>21 528</b>	<b>19 836</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda	13 086	14 359
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	7 459	2 713
Investimentos a deter até à maturidade	-	-
Depósitos, empréstimos e outros ativos	983	2 764
<b>Rendas</b>	<b>3 064</b>	<b>4 490</b>
Terrenos e edifícios	3 064	4 490
<b>Dividendos</b>	<b>4 288</b>	<b>3 731</b>
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	3	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 285	3 731
<b>Resultados de Associadas</b>	<b>5 570</b>	<b>5 458</b>
<b>Total</b>	<b>34 450</b>	<b>33 515</b>

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de ativo é como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	6 431	5 157
De outros emissores	13 704	11 914
Corporate loans	410	-
Ações	6 681	6 454
Outros títulos de rendimento variável	3 177	2 840
Imóveis	3 064	4 490
Depósitos	800	2 388
Empréstimos e outros ativos	183	271
<b>Total</b>	<b>34 450</b>	<b>33 515</b>

O saldo da rubrica de Gastos financeiros é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Custos imputados à função investimentos	4 542	3 719
Custos diretos de funcionamento	567	937
<b>Total</b>	<b>5 109</b>	<b>4 656</b>

## NOTA 17 GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

As quantias registadas em ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros e não financeiros, segregadas pelas respetivas categorias, são como segue:

	(milhares de euros)					
	2017			2016		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
<b>Financeiros - Não ao justo valor</b>	<b>11 532</b>	<b>-2 454</b>	<b>9 077</b>	<b>9 346</b>	<b>-10 385</b>	<b>-1 040</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda	11 513	-1 952	9 561	8 097	-9 536	-1 439
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	19	-502	-483	1 249	-849	400
Ativos financeiros geridos por terceiros	-	-	-	1 249	-	-
<b>Financeiros - Ao justo valor</b>	<b>11 778</b>	<b>-7 616</b>	<b>4 162</b>	<b>-355</b>	<b>-1 673</b>	<b>-2 028</b>
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	1 583	-1 167	416	-355	-1 673	-2 028
Ativos financeiros detidos para negociação	10 195	-6 449	3 746	-	-	-
<b>Não Financeiros</b>	<b>493</b>	<b>-330</b>	<b>163</b>	<b>7 177</b>	<b>-</b>	<b>7 177</b>
Terrenos e edifícios - Uso próprio	4	-143	-139	-	-	-
Terrenos e edifícios - Rendimento	489	-187	302	7 177	-	7 177
<b>Ativos não correntes classificados como detidos para venda</b>	<b>18 012</b>	<b>-3 300</b>	<b>14 712</b>	<b>-</b>	<b>-1 249</b>	<b>-1 249</b>
Terrenos e edifícios - Uso próprio	11 746	-	11 746	-	-	-
Terrenos e edifícios - Rendimento	6 266	-3 300	2 966	-	-1 249	-1 249
<b>Total</b>	<b>41 815</b>	<b>-13 700</b>	<b>28 115</b>	<b>16 168</b>	<b>-13 307</b>	<b>2 861</b>

Os valores de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, em 2017, correspondem às valias realizadas nas vendas da CRIA - Centro de Reabilitação Integrada de Acidentes e da GIGA - Grupo Integrado de Gestão de Acidentes, respetivamente, uma mais-valia de 19 milhares de euros e uma menos-valia de 68 milhares. Em 2016, os valores desta rubrica correspondem à menos-valia realizada na venda na Espírito Santo Contact Center, S.A. (Nota 7).

Os valores dos Ativos financeiros geridos por terceiros dizem respeito ao retorno gerado pelos ativos que são geridos operacionalmente pela GNB - Seguros Vida, S.A. respeitante a contratos de investimento não Unit Linked comercializados pelo Grupo.

Adicionalmente, aos valores de ganhos e perdas realizados em investimentos, os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem o juro técnico dos passivos financeiros valorizados ao custo amortizado no montante de -4 080 milhares de euros (2016: -4 107 milhares de euros), conforme ilustrado na Nota 6.

## NOTA 18 GANHOS E PERDAS DE AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR EM INVESTIMENTOS

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2017			2016		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
<b>Financeiros - Ao justo valor</b>	<b>8 613</b>	<b>-4 327</b>	<b>4 286</b>	<b>3 546</b>	<b>-3 480</b>	<b>66</b>
Ativos detidos para negociação	3 283	-552	2 731	-	-	-
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	5 330	-3 775	1 555	3 546	-3 480	66
<b>Não Financeiros</b>	<b>7 017</b>	<b>-22 030</b>	<b>-15 013</b>	<b>13 686</b>	<b>-11 629</b>	<b>2 057</b>
Terrenos e edifícios - Rendimento	7 017	-13 441	-6 424	13 686	-11 629	2 057
Terrenos e edifícios - Serviço próprio	-	-8 589	-8 589	-	-	-
<b>Total</b>	<b>15 630</b>	<b>-26 357</b>	<b>-10 727</b>	<b>17 232</b>	<b>-15 109</b>	<b>2 123</b>

Os valores dos Ativos financeiros geridos por terceiros dizem respeito ao retorno gerado pelos ativos que são geridos operacionalmente pela GNB - Seguros Vida, S.A. respeitante a contratos de investimento *Unit Linked* comercializados pelo Grupo.

Adicionalmente aos valores de ganhos e perdas de ajustamentos de justo valor em investimentos, os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem o juro técnico dos passivos financeiros, valorizados ao justo valor por ganhos e perdas no montante de 3 775 milhares de euros (2016: 3 510 milhares de euros), conforme ilustrado na Nota 6.

## NOTA 19 GANHOS E PERDAS EM DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, exceto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados.

O saldo é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2017			2016		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 040	-1 040	-	2 544	-2 224	320
Ativos financeiros detidos para negociação	15	-5 295	-5 280	427	-813	-386
Outros	779	-2 413	-1 634	2 345	-3 128	-783
<b>Total</b>	<b>1 834</b>	<b>-8 748</b>	<b>-6 914</b>	<b>5 317</b>	<b>-6 165</b>	<b>-849</b>

## NOTA 20 OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
<b>Outros Rendimentos Técnicos</b>	<b>9 263</b>	<b>7 387</b>
Comissões de gestão de cosseguro	499	141
Taxas de gestão de sinistros	-	9
Gestão por conta de sinistros	8 764	7 236
<b>Outros Gastos Técnicos</b>	<b>13 067</b>	<b>10 341</b>
Comissões de gestão de cosseguro	515	585
Gestão por conta de sinistros	12 552	9 755
<b>Valor do Ganhos e Perdas</b>	<b>-3 804</b>	<b>-2 954</b>

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
<b>Outros Rendimentos Não Técnicos</b>	<b>25 111</b>	<b>52 081</b>
Restituição de impostos	4 898	211
Outros ganhos	6 109	22 320
Juros e outros ganhos financeiros	44	369
Serviços prestados	14 031	29 121
Ganhos por alienação de ativos tangíveis	28	59
<b>Outros Gastos Não Técnicos</b>	<b>22 074</b>	<b>51 281</b>
Donativos	198	113
Mecenato	67	74
Ofertas a clientes	42	171
Multas	40	15
Quotizações	2 359	16
Dívidas incobráveis	1 895	-
Serviços prestados	8 347	20 291
Outros gastos	8 460	30 345
Serviços bancários e juros de mora	665	256
<b>Valor dos Ganhos e Perdas</b>	<b>3 037</b>	<b>800</b>

Os rendimentos por serviços prestados dizem respeito maioritariamente aos proveitos operacionais das entidades do Grupo não seguradoras, enquanto que os gastos por serviços prestados referem-se na sua maioria aos custos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos dessas entidades.

Em 2017, os Outros Gastos incluem o efeito da aplicação da IAS 29 no valor de 2 015 milhares de euros.

No exercício de 2016, os Outros gastos incluem cerca de 5,5 milhões de euros de custos de impostos liquidados, no âmbito do processo de fusão e da respetiva integração de ativos imobiliários e outros ativos tangíveis, sobre os quais foi entregue um requerimento de isenção, que em caso de deferimento por parte da Autoridade Tributária resultará num proveito equivalente.

Em 2017, o Grupo recebeu uma indicação favorável sobre deferimento parcial deste reembolso no valor de 4,9 milhões de euros, sendo essa a justificação do valor de Restituição de impostos. Não obstante o deferimento não ter sido total, o Grupo encontra-se a avaliar a interposição judicial sobre os restantes 0,6 milhões de euros.

No exercício de 2016, os Outros gastos incluía igualmente o custo com contribuições para segurança social de anos transatos de cerca de 0,6 milhões de euros, cuja liquidação se encontra reclamada judicialmente.

Ainda em 2016, os Outros ganhos incluem essencialmente cerca de 2,5 milhões de euros de proveito, em virtude do Grupo ter aderido ao Programa Especial de Redução do Endividamento de Estado (PERES) o que lhe permitiu serem perdoados 2,2 milhões de euros de juros e 0,3 milhões de euros de outros custos associados. Os Outros ganhos incluem ainda cerca de 0,9 milhões de euros referentes ao excesso de estimativas de imposto sobre o rendimento efetuadas em anos transatos.

## NOTA 21 GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar não são evidenciados diretamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas 4 funções principais do Grupo, encontrando-se os mesmos refletidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afetas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é como segue:

(milhares de euros)  
(%)

2017	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Outros Custos Não Imputados		Total	
Custos com pessoal	23 541	23%	43 928	43%	29 716	29%	1 379	1%	3 156	3%	101 720	100%
Fornecimentos e serviços externos	9 151	15%	23 400	39%	20 535	35%	697	1%	5 510	9%	59 294	100%
Impostos	691	12%	9	0%	4 979	84%	231	4%	-	0%	5 910	100%
Amortizações	1 967	17%	3 842	33%	4 961	43%	394	3%	360	3%	11 524	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	7	0%	11	1%	145	7%	1 841	92%	-	0%	2 004	100%
<b>Total</b>	<b>35 358</b>	<b>20%</b>	<b>71 190</b>	<b>39%</b>	<b>60 337</b>	<b>33%</b>	<b>4 542</b>	<b>3%</b>	<b>9 026</b>	<b>5%</b>	<b>180 452</b>	<b>100%</b>

(milhares de euros)  
(%)

2016	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Outros Custos Não Imputados		Total	
Custos com pessoal	11 734	22%	23 922	45%	16 042	30%	630	1%	369	1%	52 697	100%
Fornecimentos e serviços externos	6 705	12%	18 925	33%	17 055	29%	525	1%	14 741	25%	57 952	100%
Impostos	864	19%	11	0%	3 546	78%	153	3%	-	0%	4 573	100%
Amortizações	1 292	12%	2 785	25%	6 503	58%	309	3%	264	2%	11 154	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-135	-8%	-219	-14%	-156	-10%	2 102	132%	-	0%	1 592	100%
<b>Total</b>	<b>20 459</b>	<b>16%</b>	<b>45 424</b>	<b>35%</b>	<b>42 991</b>	<b>34%</b>	<b>3 719</b>	<b>3%</b>	<b>15 374</b>	<b>12%</b>	<b>127 968</b>	<b>100%</b>

O montante dos Custos com pessoal é analisado na Nota 22.

O montante dos Fornecimentos e Serviços Externos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
Eletricidade e Água	696	701
Combustíveis	636	407
Material de escritório, impressos e outros	205	186
Artigos para oferta	629	630
Manutenção de equipamento administrativo e imobiliário	389	404
Manutenção de equipamento informático	5 974	2 676
Rendas	4 397	4 139
Aluguer operacional de viaturas e outros alugueres	2 280	1 104
Despesas de deslocação e representação	1 207	1 118
Comunicações telefónicas e redes	480	938
Correios	3 095	2 006
Seguros	256	191
Avenças e honorários	1 600	231
Publicidade e marketing	4 967	5 330
Limpeza, higiene e conforto	569	566
Vigilância e segurança	185	272
Outsourcing, consultadorias e trabalhos especializados	20 378	21 721
Serviços e desenvolvimentos informáticos	7 745	2 792
Quotizações APS	882	404
Cobrança de prémios	1 379	798
Formação de mediadores	64	177
Trabalho temporário	161	53
Outros serviços e fornecimentos diversos	1 120	11 110
<b>Total</b>	<b>59 294</b>	<b>57 952</b>

O montante dos Impostos e taxas é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
IVA suportado	-	5
Taxa para as autoridades de seguros	1 785	1 219
Taxa para o FAT	1 866	1 750
Imposto municipal sobre imóveis	7	103
Taxa para a secretaria geral do MAI	1 815	1 182
Taxa para o gabinete português de carta verde	103	65
Outros impostos, taxas e licenças	334	250
<b>Total</b>	<b>5 910</b>	<b>4 573</b>

O montante das Amortizações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	4 094	2 109
Software	294	1 539
Outros ativos intangíveis	4 808	4 958
Equipamento informático	718	749
Imóveis de uso próprio	550	850
Equipamento administrativo e máquinas	210	312
Instalações interiores	124	91
Locação financeira	-	1
Outro equipamento	726	545
<b>Total</b>	<b>11 524</b>	<b>11 154</b>

O montante da Provisão para riscos e encargos e Outros custos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Juros de depósitos de resseguradores	60	-520
Juros de passivos subordinados	104	-
Comissões de guarda, gestão de títulos e outras comissões	1 840	2 112
<b>Total</b>	<b>2 004</b>	<b>1 592</b>

O montante dos Custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Custos de aquisição		
Remunerações de mediação	79 720	53 982
Custos imputados empresas seguradoras	71 190	45 424
Outros custos de aquisição	15 951	9 238
Custos de aquisição diferidos (variação)	-3 576	1 409
Gastos administrativos		
Remunerações de mediação	5 022	3 282
Custos imputados empresas seguradoras	60 337	42 991
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-13 979	-12 488
<b>Total</b>	<b>214 665</b>	<b>143 838</b>

## NOTA 22 GASTOS COM PESSOAL

O número médio de trabalhadores ao serviço do Grupo, segregado por categoria profissional, é analisado como segue:

	2017	2016
Diretores/ gestão de Topo	29	49
Gestores/ gestão Intermedia	42	156
Coordenadores/ gestão Operacional	149	299
Técnicos	468	252
Especialistas/ operacionais	458	528
Auxiliares	17	34
<b>Total</b>	<b>1 163</b>	<b>1 318</b>

O montante das despesas com o pessoal é discriminado como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Remunerações - órgãos sociais	2 512	1 856
Remunerações - pessoal	47 071	36 018
Encargos sobre remunerações - órgãos sociais	413	342
Encargos sobre remunerações - pessoal	11 601	7 900
Planos de contribuição definida	1 071	37
Benefícios pós-emprego - planos de pensões de benefícios definidos	397	-2 856
Benefícios de cessação de emprego	35 610	6 205
Seguros obrigatórios	1 061	1 754
Gastos de ação social	1 110	1 013
Formação	392	178
Outros gastos com pessoal	482	251
<b>Total</b>	<b>101 720</b>	<b>52 697</b>



O valor de Benefícios de cessação de emprego de 2017 engloba os montantes tanto já incorridos, como os ainda estimados referentes ao processo de reestruturação aprovado pelo Conselho de Administração, no seguimento do processo de fusão ocorrido no final de 2016, e qual foi igualmente submetido e aprovado pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Os custos com pessoal incluem, em 2017, um custo com planos individuais de reforma de 1 071 milhares de euros (2016: 806 milhares de euros), dos quais 425 milhares de euros (2016: 367 milhares de euros) dizem respeito aos órgãos sociais.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não existiam créditos concedidos pelo Grupo aos membros dos órgãos sociais.

As políticas de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização, da Mesa da Assembleia Geral e dos “Colaboradores com funções-chave” são apresentadas na Divulgação das Políticas de Remuneração, no final do presente Relatório e Contas.

Os honorários faturados e a faturar pela KPMG e Associados, SROC, S.A., o Revisor Oficial de Contas do Grupo, relativos ao exercício de 2017, excluindo despesas e imposto sobre o valor acrescentado, ascendem a 327 milhares de euros, dos quais 278 milhares de euros relativos à Revisão Oficial de Contas e 49 milhares de euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade, nomeadamente no âmbito de Solvência II e dos procedimentos específicos para o combate ao branqueamento de capitais e política antifraude.

## NOTA 23 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

### *Pensões de reforma e benefícios de saúde*

Conforme referido na Nota 3, algumas entidades do Grupo assumem a responsabilidade de atribuir aos seus empregados, benefícios complementares às pensões de reforma por velhice e invalidez da Segurança Social, nos termos estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletivas de Trabalho (IRCT) que lhes são aplicáveis.

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho, originariamente aplicável, publicado no BTE n.º 32 de 9 de agosto 2008, os empregados abrangidos por esta convenção, admitidos no setor até 22 de junho de 1995, poderiam aceder a uma prestação pecuniária complementar à pensão de reforma atribuída pela Segurança Social.

Como referido na Nota 3, essas entidades do Grupo declararam o fim da vigência e da aplicação desta convenção com efeitos a 31 de dezembro de 2016, designadamente no que respeita aos referidos planos complementares de pensões de benefício definido.

Existem também planos que abrangem um conjunto de benefícios de saúde para os empregados no ativo e pré-reformados até à idade normal de reforma.

Como também mencionado na Nota 3, em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros, publicado no BTE n.º 2, de 15 de janeiro de 2012, que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Este contrato coletivo de trabalho foi, entretanto, sucedido e substituído pelo Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE n.º 4 de 29 de janeiro de 2016, o qual foi objeto de portaria de extensão, publicada no BTE n.º 25, de 8 de julho de 2016, e que ampliou a aplicação dos regimes desta convenção a

todos os empregados daquelas empresas do Grupo não filiados nos sindicatos outorgantes, com exceção dos empregados filiados no Sinapsa – Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins.

Das alterações decorrentes do Contrato Coletivo de Trabalho de 2012, que se mantiveram no novo Acordo Coletivo de Trabalho são de salientar as seguintes:

- (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os empregados passam a estar abrangidos por um plano individual de reforma de contribuição definida;
- (ii) prémio de permanência equivalente a 50% do ordenado efetivo, o qual será devido, verificadas as respetivas condições de atribuição, sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos naquelas entidades do Grupo.

Relativamente à alteração do plano de pensões aplicável aos empregados cuja natureza mudou de benefício definido para contribuição definida, e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos empregados no ativo abrangido pela nova convenção, foi convertido em contas individuais desses empregados, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, o Grupo procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

Considerando que os desvios atuariais estão reconhecidos em reservas, o Grupo não teve qualquer impacto adicional nos resultados e nas reservas decorrentes da liquidação efetiva do plano.

Adicionalmente, o Grupo efetuou o *curtailment* ao plano de pensões de benefício definido dos Administradores que tinha até 31 de dezembro de 2015. No decurso de 2016 foi acordado entre o Associado (Tranquilidade) e os participantes e beneficiários com direitos adquiridos a renúncia ao plano em vigor.

Estes participantes acordaram a transferência do valor de responsabilidades financiadas no fundo de pensões, à data da renúncia, para uma adesão a um fundo de pensões aberto de contribuição definida. Para os reformados com pensões em pagamento a responsabilidade é coberta através da compra de rendas vitalícias, assegurando os pagamentos futuros.

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde no Grupo é efetuada anualmente, tendo a última sido efetuada com data de referência a 31 de dezembro de 2017.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de dezembro de 2017 e 2016, utilizados para determinar o valor atualizado das responsabilidades com pensões e benefícios de saúde para os empregados pertencentes ao Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade e GNB Seguros Vida, são as seguintes:

	2017	2016
<b>Pressupostos Financeiros</b>		
Taxas de evolução salarial	0,50%	0,25%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,25%
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	0,50%	0,25%
Taxa de desconto	1,00%	0,75%
<b>Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação</b>		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method	

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de dezembro de 2017, utilizados para determinar o valor atualizado das responsabilidades com pensões e benefícios de saúde para os colaboradores e ex-administradores da Global Seguros, do Fundo de Pensões Açoreana Seguros, são as seguintes:

	2017	2016
<b>Pressupostos Financeiros</b>		
Taxas de evolução salarial	0,50%	0,25%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,25%
Taxa de desconto	1,55%	1,75%
<b>Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação</b>		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Homens	GKF 95	GKF 95
Mulheres	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method	

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado para maturidades similares às das responsabilidades.

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefício definido era o seguinte:

	2017	2016
Ativos	59	92
Reformados	299	319
<b>Total</b>	<b>358</b>	<b>411</b>

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, as responsabilidades por serviços passados do Grupo, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

(milhares de euros)

	2017			2016		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Responsabilidades em 31 de dezembro	-47 585	-357	-47 942	-54 003	-770	-54 773
Saldo do fundo em 31 de dezembro	48 179	-	48 179	51 048	-	51 048
<b>Ativos/ (Responsabilidades) Líquidas em Balanço em 31 de dezembro</b>	<b>594</b>	<b>-357</b>	<b>237</b>	<b>-2 955</b>	<b>-770</b>	<b>-3 725</b>

Em 2017, a rubrica de Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo, para além do valor de 237 milhares de euros inclui também uma dedução das responsabilidades com os benefícios de contribuição definida de 28 milhares de euros, totalizando desta forma 209 milhares de euros.

Ainda em 2017, a rubrica de Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo inclui as responsabilidades com o prémio de permanência no valor de 415 milhares de euros.

Em 2016, a rubrica de Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo, para além do valor de 3 725 milhares de euros inclui também as responsabilidades com o prémio de permanência no valor de 766 milhares de euros, totalizando desta forma 4 491 milhares de euros.

Importa ainda referir que, no passado, parte das responsabilidades com pensões de reforma foram transferidos pelo Fundo para o Grupo através da aquisição de apólices de seguros de vida (rendas) junto da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (entidade cuja fusão por incorporação na Seguradoras Unidas ocorreu em 31 de dezembro de 2016).

O número de pensionistas (rendeiros) coberto por essas apólices ascende a 288 (2016: 303), e o valor total da responsabilidade ascende a 5 877 milhares de euros (2016: 6 356 milhares de euros).

Nos termos da Norma Regulamentar nº 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

- a) o financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e
- b) o financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as responsabilidades com pensões em pagamento do Grupo encontravam-se integralmente financiadas.

O plano de pensões em questão é não contributivo e independente da segurança social, sendo financiado pelo fundo de pensões das entidades do Grupo.

Dado o atual nível de financiamento do fundo, não é previsível que sejam necessárias contribuições no próximo ano. O fundo de pensões das entidades do Grupo apresenta uma duração média de cerca de 8 anos (Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade) e 9 anos (Fundo de Pensões Açoreana Seguros).

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2017			2016		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
<b>Responsabilidades em 1 de janeiro</b>	<b>54 003</b>	<b>770</b>	<b>54 773</b>	<b>43 106</b>	<b>706</b>	<b>43 812</b>
Custo do serviço corrente	216	-	216	186	27	213
Custo dos juros	455	14	469	557	-	557
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	-2 820	-345	-3 165	-962	-77	-1 039
Pensões pagas pelo fundo	-4 150	-	-4 150	-3 162	-	-3 162
Benefícios pagos pela Companhia	-	-82	-82	-	-79	-79
Curtailment	-119	-	-119	-3 271	-	-3 271
Efeito fusão	-	-	-	17 549	193	17 742
<b>Responsabilidades em 31 de dezembro</b>	<b>47 585</b>	<b>357</b>	<b>47 942</b>	<b>54 003</b>	<b>770</b>	<b>54 773</b>

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2017 e 2016 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2017			2016		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
<b>Saldo do fundo em 1 de janeiro</b>	<b>51 048</b>	-	<b>51 048</b>	<b>32 452</b>	-	<b>32 452</b>
Rendimentos de juros	411	-	411	436	-	436
Ganhos e perdas atuariais	1 112	-	1 112	3 129	-	3 129
Contribuições pagas pelos participantes do fundo	-	-	-	-	-	-
Pensões pagas pelo fundo	-4 150	-	-4 150	-3 162	-	-3 162
Transferências para outros fundos de pensões	-242	-	-242	-	-	-
Efeito fusão	-	-	-	18 193	-	18 193
<b>Saldo do Fundo em 31 de dezembro</b>	<b>48 179</b>	-	<b>48 179</b>	<b>51 048</b>	-	<b>51 048</b>

A evolução dos desvios atuariais reconhecidos na reserva pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2017			2016		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
<b>Desvios Reconhecidos nas Reservas em 1 de janeiro</b>	<b>-846</b>	<b>608</b>	<b>-238</b>	<b>1 126</b>	<b>685</b>	<b>1 811</b>
(Ganhos) e perdas atuariais						
Nas responsabilidades	-2 820	-345	-3 165	-962	-77	-1 039
Nos ativos do plano	-1 112	-	-1 112	-3 129	-	-3 129
Efeito fusão	-	-	-	2 119	-	2 119
<b>Desvios Reconhecidos nas Reservas em 31 de dezembro</b>	<b>-4 778</b>	<b>263</b>	<b>-4 515</b>	<b>-846</b>	<b>608</b>	<b>-238</b>

A evolução dos ativos a receber/ passivos a entregar durante 2017 e 2016 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2017			2016		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
<b>(Ativos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 1 de janeiro</b>	<b>2 955</b>	<b>770</b>	<b>3 725</b>	<b>10 655</b>	<b>706</b>	<b>11 361</b>
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	-2 820	-345	-3 165	-962		
Ganhos e perdas atuariais dos fundos	-1 112	-	-1 112	-3 129	-77	-1 039
Encargos do ano:						
Custo do serviço corrente	216	-	216	186	27	213
Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	44	14	58	121	-	121
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	-	-82	-82	-	-79	-79
<i>Curtailment</i>	123	-	123	-3 271	-	-3 271
Efeito fusão	-	-	-	-644	193	-451
<b>(Ativos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 31 de Dezembro</b>	<b>-594</b>	<b>357</b>	<b>-237</b>	<b>2 955</b>	<b>770</b>	<b>3 725</b>

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2017			2016		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Custo do serviço corrente	216	-	216	186	27	213
Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	44	14	58	121	-	121
<i>Curtailment</i>	123	-	123	-3 271	-	-3 271
<b>Custos do Exercício</b>	<b>383</b>	<b>14</b>	<b>397</b>	<b>-2 964</b>	<b>27</b>	<b>-2 937</b>

A análise de sensibilidade e os seus impactos na obrigação acumulada de benefícios pós-emprego, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

(milhares de euros)

	2017		2016	
	+25 p.p.	-25 p.p.	+25 p.p.	-25 p.p.
Varição na taxa de desconto das responsabilidades	-581	604	-604	632
Varição na evolução das pensões	668	-651	562	-539
Varição na evolução dos salários	295	-259	248	-215

Tendo em atenção que coexistem dois fundos em 31 de dezembro de 2017, os ativos do fundo de pensões total são reportados em separado, conforme 2 quadros seguintes.

Os valores de ativos abaixo divulgados representam a totalidade dos ativos do Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade e GNB Seguros Vida, do qual o Grupo detém cerca de 53,7% (2016: 58,7%) e podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Ações e outros títulos de rendimento variável	4 495	3 495
Títulos de rendimento fixo	47 016	35 674
Imobiliário	783	14 969
Liquidez	1 769	1 774
Outros ativos	100	676
	<b>54 163</b>	<b>56 588</b>

Com referência a 29 de dezembro de 2016 a Açoreana Seguros extinguiu a adesão coletiva n.º 2 ao Fundo de Pensões Aberto Banif Previdência Empresas, FP, procedendo à constituição do Fundo de Pensões Açoreana Seguros, fundo fechado constituído em 29 de dezembro de 2016, retroagindo os seus efeitos a 1 de janeiro de 2012.

Este Fundo é um Património Autónomo, exclusivamente afeto à realização dos três Planos de Pensões previstos no seu contrato constitutivo (dois Planos de Benefício Definido e um Plano de Contribuição Definida) e os valores dos seus ativos podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Ações e outros títulos de rendimento variável	4 240	3 637
Títulos de rendimento fixo	12 314	13 776
Imobiliário	2 786	2 803
Liquidez	1 058	656
Outros ativos	1 763	2 393
	<b>22 161</b>	<b>23 265</b>

O valor total dos ativos dos 2 fundos (Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade e GNB Seguros Vida e Fundo de Pensões Açoreana Seguros) estratificado pelo método utilizado de valorização e de acordo com os níveis descritos na Nota 7, é analisado como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Nível 1	72 197	62 141
Nível 2	1 368	15 162
Nível 3	2 759	2 550
	<b>76 324</b>	<b>79 853</b>

A reconciliação dos ativos de Nível 3 é como segue:

-milhares de euros	
Nível 3	
<b>31 de dezembro de 2016</b>	<b>2 550</b>
Compras	321
Alienações	-52
Variação de justo valor	-60
<b>31 de dezembro de 2017</b>	<b>2 759</b>

O nível 3 é representado essencialmente por fundos imobiliários fechados e a variação de justo valor dos mesmos em cerca de 10% corresponderia a uma perda ou ganho estimado de 276 milhares de euros.

## NOTA 24 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Conforme referido na Nota 3, as empresas do Grupo com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, sendo este imposto apurado em cada uma das empresas de forma individual, pelo que o Grupo não determina o imposto sobre o seu resultado consolidado.

Sendo que em 2017 se registou um prejuízo fiscal, o cálculo do imposto corrente na empresa mãe do Grupo no exercício de 2016 foi apurado com base na taxa nominal de imposto e dos diversos escalões de derramas, de cerca de 22,5%, que correspondia à taxa nominal aprovada à data do balanço.

As empresas do Grupo têm sido objeto de inspeções anuais pela Autoridade Tributária, cujo último relatório se refere ao exercício de 2015. Gericamente não se têm constatado ajustamentos significativos às declarações entregues e inspeccionadas.

Os exercícios posteriores estão sujeitos a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, ou duração superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração do Grupo, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Nas seguintes situações de benefícios fiscais não aceites por parte da Autoridade Tributária, não obstante a empresa mãe do Grupo ter uma interpretação divergente e encontrarem-se em 31 de dezembro de 2017 reclamadas e em apreciação judicial, os respetivos cálculos de impostos a pagar foram entretanto regularizados pela empresa mãe do Grupo:

- Reporte fiscal de fusão ocorrida em 2004, no valor de 40 780 milhares de euros;
- Reinvestimento de mais-valias de venda em 2006 de participação financeira, no valor de 28 754 milhares de euros.

As entidades do Grupo apresentaram resultados fiscais negativos nos exercícios descritos conforme segue:

(milhares de euros)

Exercício	Reporte Inicial	Reporte Utilizado	Reporte Não Reconhecido	Reporte por Utilizar	Último Ano para Utilização
2013	2 404	-	2 404	-	2018
2014	116 149	-	-	116 149	2026
2015	2 308	-	-	2 308	2027
2016	93 374	-	-	93 374	2028
2017	23 692	-	-	23 692	2022
<b>Total</b>	<b>237 927</b>	<b>-</b>	<b>2 404</b>	<b>235 523</b>	

Para efeito do cálculo de impostos diferidos e apuramento do valor base de diferenças temporárias, as empresas do Grupo realizaram um teste de recuperabilidade face aos planos de negócio aprovados pelos órgãos de gestão e os lucros tributáveis expectáveis decorrentes.

Desta análise resultou o não reconhecimento dos prejuízos referidos de 2013, gerados pela empresa fusionada Seguros LOGO, S.A., no valor total de cerca de 2,4 milhões de euros, que apesar de ainda não terem atingido o ano limite de utilização, não foram considerados para efeitos do cálculo de imposto diferido, tendo em atenção as expectativas de lucro tributável do referido plano de negócio.

A eventual dedução de prejuízos fiscais reportáveis ainda recuperáveis a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável, não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições e até ao final do respetivo período de dedução.

Em virtude da fusão ocorrida, os prejuízos fiscais das entidades fusionadas, com exceção dos referentes à entidade incorporante, ficam sujeitos a uma limitação anual de dedução correspondente ao rácio entre o respetivo capital próprio de cada uma e do último período encerrado anterior à fusão e a totalidade dos capitais próprios de todas as entidades envolvidas na fusão nesse mesmo período.

Sobre os prejuízos fiscais de 2015 da entidade fusionada do Grupo, Açoreana Seguros, S.A., tendo em atenção a alteração da titularidade de mais de 50% do capital social no decurso de 2016 e a limitação à dedução dos prejuízos fiscais consagrada no n.º 8 do Código do IRC, o Grupo entendeu não reconhecer nas suas contas o ativo por impostos diferidos decorrentes dos prejuízos reportáveis no montante de 7,8 milhões de euros, os quais seriam passíveis de utilização nos 12 exercícios posteriores.

A entidade fusionada do Grupo, Açoreana Seguros, S.A. entregou em 2016, dentro dos prazos legais, os respetivos requerimentos de pedido de autorização para manutenção destes prejuízos fiscais, estando a aguardar o deferimento dos mesmos por parte da Autoridade Tributária.

Os ativos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2017 e 2016 explicam-se como segue:

(milhares de euros)

	2017		2016	
	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	742	2 794	1 454	3 157
Retenção de imposto na fonte	29	1 712	7	2 048
Imposto sobre o valor acrescentado	157	949	84	527
Outros impostos e taxas	411	11 528	334	12 379
Contribuições para a segurança social	195	1 620	185	1 814
Tributos das autarquias locais	4 899	0	0	95
<b>Total</b>	<b>6 433</b>	<b>18 603</b>	<b>2 064</b>	<b>20 020</b>

Tendo em atenção as restrições das normas contabilísticas no registo de ativos, em 2016 o Grupo registou em Outros gastos não técnicos (Nota 20) os montantes liquidados i) à Autoridade Tributária, no valor de 5,5 milhões de euros referente a impostos liquidados no âmbito do processo de fusão e da respetiva integração de ativos imobiliários e outros ativos tangíveis, sobre os quais foi entregue um requerimento de isenção e ii) à Segurança Social, no valor de 631 milhares de euros referente a diferenças em contribuições detetadas e relativas a anos transatos, cuja liquidação se encontra reclamada judicialmente.

Em ambas as situações, se os despachos das entidades em causa forem positivos para o Grupo, o reembolso das quantias referidas resultará num proveito equivalente.

Em 2017, o Grupo recebeu uma indicação favorável sobre deferimento parcial do reembolso dos impostos liquidados no âmbito do processo de fusão, no valor de 4,9 milhões de euros, sendo essa a justificação do valor de Tributos das autarquias locais. Não obstante o deferimento não ter sido total, o Grupo encontra-se a avaliar a interposição judicial sobre os restantes 0,6 milhões de euros.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço, pelo seu líquido, em 2017 e 2016 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

Rubricas	Ativo		Passivo		Líquido	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	Investimentos	25 658	22 578	-5 572	-	20 087
Benefícios pós-emprego	5 548	315	-	-	5 548	315
Provisão não aceites	955	2 281	-	-	955	2 281
Prejuízos fiscais	49 460	42 936	-	-	49 460	42 936
Imóveis	4 493	-	-	-969	4 493	-969
Value in force	4 595	4 351	-651	-	3 944	4 351
Provisões técnicas	16 506	17 672	-	-	16 506	17 672
Outras diferenças temporárias	1 492	2 732	-	-	1 492	2 732
<b>Total</b>	<b>108 707</b>	<b>92 865</b>	<b>-6 222</b>	<b>-969</b>	<b>102 485</b>	<b>91 896</b>

Em 2017 e originado pela fusão da Açoreana Seguros, S.A., encontra-se reconhecido um ativo por impostos diferidos no montante de 17 107 milhares de euros (2016: 14 462 milhares de euros) decorrente das imparidades (ativos disponíveis para venda) ou perdas potenciais (ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através dos ganhos e perdas) associadas à participação detida no BANIF, S.A.

O reconhecimento do aludido ativo decorre do facto de ser expectável que as referidas perdas concorram para efeitos da determinação do lucro tributável quando forem efetivamente realizadas, nomeadamente por via da liquidação do BANIF, S.A. nos termos do n.º 1 do artigo 81.º do Código do IRC.

Em 31 de dezembro de 2017, as Outras diferenças temporárias incluem cerca de 695 milhares de euros (2016: 736 milhares de euros) relativos à amortização extraordinária de ativos intangíveis, que apenas será aceite para efeitos fiscais em exercícios futuros.

Em 31 de dezembro de 2017, e em função de i) as taxas a vigorar após 1 de janeiro de 2018 e ii) a expectativa de conversão em custos e proveitos aceites fiscalmente e perspectiva de prejuízo ou lucro fiscal em cada um dos exercícios futuros, a empresa mãe do Grupo alterou a taxa (taxa base e derramas) utilizada no cálculo de impostos diferidos, de 24,7% e 21%, consoante as situações específicas associadas a diferenças temporárias, para 24,84% (aumento de cerca de 3 293 milhares de euros).

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2017 e 2016 foram reconhecidos como segue:

(milhares de euros)

2017	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Total
<b>Imposto Corrente</b>	<b>283</b>	<b>-4 672</b>	<b>-4 389</b>
Estimativa de IRC	283	-3 395	-3 112
Imposto autónomo	-	-1 277	-1 277
<b>Imposto Diferido</b>	<b>-1 834</b>	<b>12 423</b>	<b>10 589</b>
Investimentos	-207	-2 284	-2 491
Benefícios pós-emprego	-	5 233	5 233
Provisão cobranças duvidosas	-	-1 326	-1 326
Prejuízos fiscais	-1 626	8 150	6 524
Imóveis com intenção de venda	-	5 462	5 462
Value in force	-	-407	-407
Provisões técnicas	-	-1 166	-1 166
Outras diferenças temporárias	-	-1 240	-1 240
<b>Total</b>	<b>-1 551</b>	<b>7 751</b>	<b>6 200</b>

(milhares de euros)

2016	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Alteração de Perímetro	Total
<b>Imposto Corrente</b>	<b>48</b>	<b>-3 526</b>	<b>-</b>	<b>-3 478</b>
Estimativa de IRC	48	-2 568	-	-2 520
Imposto autónomo	-	-958	-	-958
<b>Imposto Diferido</b>	<b>-3 261</b>	<b>32 782</b>	<b>52 415</b>	<b>81 936</b>
Investimentos	-2 582	-7 762	27 169	16 825
Benefícios pós-emprego	-	24	229	253
Provisão cobranças duvidosas	-	-1 594	3 722	2 128
Prejuízos fiscais	-679	41 119	1 975	42 415
Imóveis com intenção de venda	-	-2 872	491	-2 381
Value in force	-	5 095	-744	4 351
Provisões técnicas	-	-	17 672	17 672
Outras diferenças temporárias	-	-1 228	1 901	673
<b>Total</b>	<b>-3 213</b>	<b>29 256</b>	<b>52 415</b>	<b>78 458</b>

Os valores apresentados no quadro acima não consideram o efeito dos interesses que não controlam.

A reconciliação da taxa efetiva de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
Resultado antes de impostos	-32 472	-33 387
Taxa de imposto	21,00%	22,50%
<b>Imposto apurado com base na taxa oficial</b>	<b>6 819</b>	<b>7 512</b>
Imposto Autónomo	-1 277	-958
Diferenças nas valias aceites fiscalmente	-1 747	-271
Imparidades e provisões não aceites fiscalmente	-922	-290
Outros proveitos e custos excluídos de tributação/diferença de taxa ID's	-345	-2 586
Imóveis	4 014	-
Reporte de prejuízos fiscais não considerados	-22	24 422
Dividendos excluídos da tributação	1 045	1 312
Benefícios fiscais	187	114
<b>Imposto Corrente + Diferido</b>	<b>7 751</b>	<b>29 256</b>
<b>Taxa de imposto efetiva</b>	<b>23,9%</b>	<b>87,6%</b>

## NOTA 25 CAPITAL

Em 2016, o acionista procedeu a diversas operações de reforço e devolução de prestações acessórias, tendo o valor líquido destes movimentos refletido um reembolso de 32,9 milhões de euros, sendo que, em 31 de dezembro de 2016, o valor de prestações acessórias ascende a 27,1 milhões de euros, as quais não vencem juros e sobre as quais incidem as condições de reembolso determinadas pela legislação aplicável.

Efetou-se ainda em 2016 um aumento de capital no valor de 140 milhões de euros e realizado em 71,4 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social ascende a 182 milhões de euros, representado por 182 milhões de ações de valor nominal de 1 euro cada, que se encontra realizado em 84 milhões de euros, pelo seu acionista único, a sociedade Calm Eagle Holdings S.à r.l.. O capital não realizado deverá ser realizado até ao termo do prazo de 5 anos a contar do dia 30 de dezembro de 2016, podendo ser realizado antecipadamente mediante pedido fundamentado do Conselho de Administração nesse sentido.



Os resultados dos exercícios da empresa mãe do Grupo, de 2016 e de 2015 foram aplicados em 2017 e 2016, respetivamente, conforme indicado:

	2017	2016
Resultados Transitados	26 866	26 428
Pagamento de Dividendos	-	-
Reserva Legal	2 985	2 936
<b>Total</b>	<b>29 851</b>	<b>29 364</b>

## NOTA 26 RESERVAS

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

### Reserva Legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

### Reservas de Justo Valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

### Reservas por Impostos Diferidos e Correntes

Os impostos diferidos e correntes reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

### Reservas Livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em Assembleia Geral.

### Reserva Desvios Atuariais

De acordo com o IAS 19 - Benefícios a empregados, o Grupo reconhece os desvios atuariais por contrapartida de reservas.

### Reserva de Diferenças de Câmbio

Na rubrica Reserva de diferenças de câmbio está relevado o montante resultante da variação em moeda nacional dos ativos líquidos das empresas subsidiárias e associadas expressos em moeda estrangeira decorrente da conversão das demonstrações financeiras respetivas.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as reservas podem ser analisadas como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Reservas de reavaliação	1 993	3 451
Reservas de justo valor de ativos financeiros	9 674	7 108
Reservas de diferenças de câmbio	-7 681	-3 657
Reserva por impostos diferidos e correntes	-4 095	-2 544
Outras Reservas	52 275	43 430
Reserva legal	42 173	39 188
Reserva por desvios atuariais	4 515	238
Reservas livres	5 587	4 004
<b>Reservas</b>	<b>50 173</b>	<b>44 337</b>

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios, que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as restantes demonstrações financeiras.

A reserva de reavaliação bruta, segundo a tipologia de ativos, pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Reserva de justo valor em associadas e empreendimentos conjuntos	1 321	1 614
Títulos de rendimento variável	5 992	6 903
Títulos de rendimento fixo	7 771	161
Reserva de diferenças de câmbio	-7 681	-3 657
Shadow accounting	-5 410	-1 570
<b>Reservas de Reavaliação</b>	<b>1 993</b>	<b>3 451</b>

A reserva de reavaliação líquida explica-se, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	1 090 972	1 318 912
Imparidade	-4 590	-1 774
Custo amortizado/ aquisição líquido de imparidade	1 086 382	1 317 138
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	1 100 145	1 324 202
Reserva de reavaliação bruta (justo valor - custo)	13 763	7 064
Reserva de justo valor de empresas associadas	1 321	1 614
Impostos diferidos e correntes	-4 095	-2 544
Shadow accounting	-5 410	-1 570
Reserva de diferenças de câmbio	-7 681	-3 657
<b>Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos</b>	<b>-2 102</b>	<b>907</b>

O movimento da reserva de justo valor líquida, nos exercícios de 2017 e 2016, é como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
<b>Saldo a 1 de janeiro</b>	<b>907</b>	<b>-9 363</b>
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	9 711	13 953
Imparidade reconhecida no ano	-7 329	1 100
Variação de <i>shadow accounting</i>	-3 840	-1 570
Variação impostos diferidos reconhecida no ano	-1 551	-3 213
<b>Saldo a 31 de dezembro</b>	<b>-2 102</b>	<b>907</b>

## NOTA 27 RESULTADOS POR AÇÃO

O resultado por ação atribuível aos acionistas da empresa mãe, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	2017	2016
Resultado líquido do exercício (em milhares de euros)	-25 505	-4 401
Número de ações (final do exercício)	182 000 000	182 000 000
<b>Resultados por Ação (em Euros)</b>	<b>-0,14</b>	<b>-0,02</b>

## NOTA 28 DIVIDENDOS POR AÇÃO

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo tinha como acionista único a sociedade Calm Eagle Holdings, S.à r.l., pertencente ao Grupo Apollo, ao qual não foram pagos dividendos nos exercícios de 2017 e 2016.

## NOTA 29 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Em 15 de janeiro de 2015, o Grupo Apollo, através da sociedade Calm Eagle Holdings S.à r.l. adquiriu a totalidade do capital acionista do Grupo, tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da ASF.

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas da Seguradoras Unidas, S.A., (i) empresas subsidiárias; (ii) as empresas subsidiárias e associadas do Grupo Apollo; (iii) os membros do Conselho de Administração e dos órgãos fiscalização; e, (iv) fundo de pensões. Para além dos membros do Conselho de Administração são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas e entidades por eles controladas ou cuja gestão exercem influência significativa.

Os relacionamentos entre as entidades relacionadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes a gestão de seguros do ramo saúde, consultadoria e serviços médicos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o montante global dos ativos e passivos do Grupo que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

	2017				2016			
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos
ADVANCECARE	2 555	1 132	6 431	188	2 019	1 030	3 608	193
APOLLO MANAGEMENT INTERNATIONAL	-	-	1 423	-	-	-	568	-
APOLLO MANAGEMENT HOLDINGS, LLP	-	-	521	-	-	-	317	-
APOLLO MANAGEMENT VIII, LP	-	-	500	-	-	-	500	-
CALM EAGLE HOLDINGS	6 870	-	-	-	6 326	-	-	-
ESUMÉDICA	6	-	147	-	32	8	750	-
EUROP ASSISTANCE	-	1 946	-	2 214	-	158	-	1 833
GNB SEGUROS	-	-	-	2 176	-	-	-	1 375
	<b>9 431</b>	<b>3 078</b>	<b>9 022</b>	<b>4 578</b>	<b>8 377</b>	<b>1 196</b>	<b>5 743</b>	<b>3 401</b>

Para além dos valores acima referidos, de notar que a Advancecare Health International, S.A. foi parte de um contrato de financiamento juntamente com a Calm Eagle Portugal – Sociedade Unipessoal Limitada no montante global de 25 milhões de euros, o qual permitiu a esta última adquirir a totalidade do capital social que ainda não detinha da AdvanceCare, Gestão de Serviços de Saúde, S.A., tendo as ações da Advancecare Health International, S.A., no valor nominal de 100 milhares de euros, sido objeto de penhor financeiro a favor da entidade financiadora.

Em 2017 foi registado um custo com um seguro de responsabilidade civil para as funções do Conselho de Administração no valor de 204 milhares de euros (2016: 200 milhares de euros).

Em 2017 foi registado um custo com planos individuais de reforma de membros do Conselho de Administração de 425 milhares de euros (2016: 367 milhares de euros).

Em 2017 foi registado um custo com rescisões contratuais e respetivos encargos relativo a membros do Conselho de Administração no valor de 761 milhares de euros (2016: zero).

Relativamente aos outros benefícios a empregados, ver adicionalmente informação divulgada na Nota 22 e nas Políticas de Remuneração.

### NOTA 30

#### DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A demonstração de fluxos de caixa, elaborada numa ótica indireta de origem e aplicação de fundos, é apresentada no início do Relatório e Contas, em conjunto com as restantes demonstrações financeiras.

### NOTA 31

#### COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

Tal como mencionado anteriormente nas Notas 9 e 13, em dezembro de 2016 foram celebrados dois contratos de promessa de compra e venda da maioria dos imóveis detidos pelo Grupo e pelo Fundo de Pensões da empresa mãe do Grupo, bem como de fundos imobiliários participados pela mesma, nomeadamente Imoprime e Imocrescente.

No âmbito do contrato celebrado, o Grupo assumiu o compromisso e garantia de pagamento de uma indemnização máxima de 15% do preço do portefólio dos imóveis alienados, caso se verifique desconformidade quanto às declarações e garantias prestadas pelo Grupo, das quais se destacam: (i) inexistência de defeitos estruturais ou de construção, (ii) licenciamento dos imóveis, (iii) inexistência de litígios, dívidas ou compromissos com terceiros, e (iv) propriedade dos imóveis alienados. Em 31 de dezembro de 2016 e 2017 esta possível contingência poderá assumir o valor máximo de 18 743 milhares de euros, caducando a mesma ao fim de 24 meses após a outorgação das escrituras públicas.

Ainda decorrente deste contrato acima referido, foram celebrados com as entidades compradoras contratos de arrendamento de vários espaços ocupados pelo Grupo com garantias de renda com a seguinte maturidade:

(milhares de euros)			
	Até 3 Meses	4 a 12 Meses	+1 a 5 Anos
Rendas contratadas	549	1646	6312

O Grupo detém também uma opção de compra de 2% do capital da Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A., que a efetivar-se alterará a participação para 51% do capital e direitos de votos desta entidade, estando todo o processo condicionado à autorização prévia pelas autoridades angolanas competentes.

O Grupo detém contratos de locação operacional referentes a material de transporte e detinha até 31 de dezembro de 2015 contratos de locação financeira para aquisição de equipamento informático e material de transporte.

Os valores de compromissos contratuais expressos no balanço dos contratos em regime de locação financeira, são analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Ativos tangíveis (valor bruto)	11 171	11 171
Amortizações acumuladas	-11 171	-11 171
<b>Ativos Tangíveis (Valor Líquido)</b>	-	-
<b>Credores - Fornecedores de Bens</b>	-	-

A maturidade das prestações de locação operacional vincendas é analisada como segue:

(milhares de euros)			
	Até 3 Meses	4 a 12 Meses	+1 a 5 Anos
Contratos de locação operacional	252	546	767

## NOTA 32

## CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Com o objetivo de aumento de quota de mercado e captação de sinergias, em 5 de agosto de 2016 a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. adquiriu 100% da Açoreana Seguros, S.A., que com data efeito de 30 de dezembro de 2016 foi fusionada com a própria Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. a T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. e a Seguros LOGO, S.A., na agora denominada Seguradoras Unidas, S.A..

Em conformidade com a “IFRS 3 - Concentrações em atividades empresariais”, e decorrente da diferença positiva entre o custo da aquisição da Açoreana Seguros, S.A. e a alocação do justo valor atribuível aos ativos e passivos na data de aquisição, foi gerado um *goodwill* no montante de 65 981 milhares de euros suportado, como segue:

	(milhares de euros)		
	Valor Balanço	Justo Valor	Ajustamento
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	12 392	12 392	-
Ativos disponíveis para venda	689 118	689 168	50
Terrenos e edifícios de uso próprio	33 691	33 691	-
Terrenos e edifícios de rendimento	40 327	40 327	-
Ativos por benefícios pós-emprego	2 478	2 478	-
Ativos tangíveis	1 360	1 360	-
Ativos intangíveis	3 304	8 896	5 592
Impostos diferidos ativos	34 907	52 284	17 377
Outros ativos	77 025	77 025	-
<b>Ativo</b>	<b>894 603</b>	<b>917 622</b>	<b>23 019</b>
Provisões técnicas	808 935	908 688	99 753
Passivos subordinados	8 540	8 540	-
Outros passivos	58 641	58 569	-72
<b>Passivo</b>	<b>876 116</b>	<b>975 797</b>	<b>99 681</b>
<b>Capitais Próprios</b>	<b>18 487</b>	<b>-58 175</b>	<b>-76 662</b>
Interesses minoritários*	682	682	-
<b>Capitais Próprios Atribuíveis</b>	<b>17 805</b>	<b>-58 857</b>	<b>-76 662</b>
Custo de aquisição	-	7 124	-
<b>Goodwill</b>		<b>65 981</b>	

\* Minoritários das participações GIGA - Grupo Integrado de Gestão de Acidentes, S.A. e CRIA - Centro de Reabilitação Integrada de Acidentes, S.A. detidas pela Açoreana.

O *goodwill* apurado deveu-se essencialmente à contabilização pelo justo valor das provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho e Vida Financeiros, através do desconto dos *cash-flows* estimados dessas responsabilidades à curva sem risco determinada pela Autoridade Europeia para Seguros e Pensões Ocupacionais (“EIOPA”) com ajustamento de volatilidade, em linha com o definido pelos requisitos de solvência II.

A contabilização deste ativo (*goodwill*) foi consubstanciada pela captação de sinergias decorrentes do aumento da dimensão da Companhia, bem como pela fusão operacional da Açoreana Seguros, S.A. na Seguradoras Unidas, S.A.

A variação de 17 377 milhares de euros na rubrica de impostos diferidos corresponde à componente de imposto resultante dos ajustamentos efetuados para o justo valor. A rubrica de outros ativos inclui essencialmente ativos ao custo amortizado líquidos de imparidade. Para estes itens considerou-se que o seu valor líquido contabilístico a melhor estimativa para o justo valor tendo em consideração a sua maturidade e recuperabilidade, como segue:

	(milhares de euros)		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Caixa e bancos	8 895	-	8 895
Contas a receber por operações de seguro directo	39 729	-6 134	33 595
Contas a receber por outras operações de resseguro	4 943	-1 059	3 884
Contas a receber por outras operações	18 180	-15 679	2 501
Empréstimos e contas a receber	1 306	-	1 306
Provisões técnicas de resseguro cedido	23 877	-	23 877
Ativos por impostos correntes	992	-	992
Outros	1 974	-	1 974
<b>Total de Outros Ativos</b>	<b>99 897</b>	<b>-22 872</b>	<b>77 025</b>

Importa referir que no âmbito desta transação, foram incorporados, por via de aumento de capital, 28 637 milhares de euros, respeitantes à dívida subordinada detida pelos anteriores acionistas da Açoreana Seguros, S.A..

O custo de aquisição apresentado desagrega-se maioritariamente em: (i) 3,6 milhões de euros liquidado em dinheiro; (ii) 3,3 milhões de euros através da emissão de uma nota com maturidade em julho de 2018 e uma taxa de remuneração de 5%.

De referir ainda que, de forma natural, os aumentos de capital realizados na Açoreana Seguros, S.A., no montante de 61 300 milhares de euros, (incluindo 27 000 milhares de euros de capital não realizado), bem como as prestações acessórias no montante de 51 000 milhares de euros concedidas em 2016, foram eliminados no âmbito do processo de consolidação.

Os resultados apresentados no exercício de 2016 refletem os resultados da entidade adquirida desde 5 de agosto de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

## NOTA 33

## ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

Durante o mês de abril de 2018, foi deliberada a formalização de um crédito que a empresa mãe do Grupo detém sobre a Calm Eagle Holding S.A. no montante de 6,9 milhões de euros através de um contrato de empréstimo em condições normais de mercado.

Tal como antecipado na Nota 11, no final de abril de 2018, foi assinado um contrato promessa de compra e venda de um conjunto de imóveis detidos pela extinta companhia de seguros Açoreana S.A., e do qual não são esperados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Em 21 de maio de 2018, foi celebrada a alienação da participação de 47% na Europ Assistance Companhia Portuguesa de Seguros S.A. por um valor de 22,3 milhões de euros, estando previsto igualmente o reembolso de prestações acessórias no montante de 1,4 milhões de euros.

## NOTA 34 EFEITO DE HIPERINFLAÇÃO

Tal como mencionado nas políticas contabilísticas, em 31 de dezembro de 2017, o Grupo aplicou a IAS 29, considerando que estavam cumpridas as condições previstas neste momento relativamente a Angola (economia hiperinflacionária).

Assim, antes de ser efectuada a transposição da moeda funcional para a moeda de relato relativamente às demonstrações financeiras da Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A. e ADV Angola – Planos e Sistemas de Saúde, Lda., os valores relativos aos ativos, passivos, capital próprio, rendimento e gastos foram atualizados monetariamente com base no índice geral de preços, que reflete as alterações no poder de compra da moeda do país no qual as operações são geradas, como segue:

- (i) os itens monetários não são reexpressos porque já estão expressos em termos da unidade monetária corrente à data de relato;
- (ii) os ativos e passivos ligados por acordo às alterações de preços são ajustados nos termos do acordo a fim de determinar a quantia em aberto à data da demonstração da posição financeira;
- (iii) todos os outros ativos e passivos que são não monetários são reexpressos (com exceção de alguns itens que estejam registados pelas quantias correntes à data de relato, tais como o valor realizável líquido e o valor de mercado);
- (iv) todos os itens da demonstração dos resultados são reexpressos pela aplicação da alteração no índice geral de preços a partir das datas em que os itens de rendimentos e gastos foram inicialmente registados nas demonstrações financeiras.

O ganho ou a perda na posição monetária líquida apurado é incluído nos resultados e divulgado separadamente. Nesta base, as demonstrações financeiras do Grupo incluem os seguintes impactos patrimoniais relativos à aplicação da IAS 29 às entidades acima referidas:

- Aumento de reservas em 2 104 milhares de euros;
- Diminuição do resultado líquido do exercício em 2 691 milhares de euros.

O índice de preços usado foi o Índice de Preços ao Consumidor divulgado pelo Banco Nacional de Angola, com base em informação do Instituto Nacional de Estatística de Angola, que ascendeu a 287,79 e 227,95 (base 31 de dezembro de 2010 = 100), no final dos exercícios de 2017 e 2016, respetivamente.

## NOTA 35 OUTRAS INFORMAÇÕES

### NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

**As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:**

Foram emitidas pelo IASB:

- Em 19 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas (adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1989/2017, de 6 de novembro);
- Em 29 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas (adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1990/2017, de 6 de novembro);
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma), com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017.

Nenhuma destas modificações teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

### O Grupo decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia.

#### IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio, cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais, e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor.

Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados por tais investimentos são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura, resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39. A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não necessita mais de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas, por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021.

Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, o Grupo optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro de 2018. Esta opção tem por base o entendimento já transmitido pela ASF que irá adotar esta alteração do IFRS 4. Não obstante, dada a natureza das atividades do Grupo, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras do Grupo.

#### IFRS 15 – Rédito de Contratos com Clientes

O IASB, emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

O Grupo não espera impactos relevantes decorrentes da adoção desta norma, considerando que a maioria da sua atividade corresponde a contratos que se enquadram no âmbito do IFRS 4.

#### IFRS 16 – Locações

O IASB, emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

O Grupo não antecipa qualquer impacto significativo na aplicação desta norma.

**Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o Grupo.**

**IFRS 14 – Contas Diferidas Regulatórias**

O IASB emitiu em 30 de janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada. A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adoção desta norma interina e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável ao Grupo.

**IFRIC 22 – Transações em Moeda Estrangeira e Contraprestação de Adiantamentos**

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

O Grupo não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

**IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento Fiscal de Imposto sobre Rendimentos**

Foi emitida em 7 de junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa. Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado. IFRIC 23 é aplicada para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019 podendo ser adotada antecipadamente.

O Grupo não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

**Outras alterações**

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 20 de junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações;
- Em 8 de dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a

entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40);

- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou joint venture ao justo valor) e com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma);
- Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efetiva para períodos que se iniciem em, ou após 1 de janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um ativo quando este se torna apto para utilização ou venda).

O Grupo não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.



## ANEXO 1 – INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
<b>Designação</b>							
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.2 - Partes de capital em associadas							
GNB SEGUROS	750 000			5,01	3 758 668,00	10,46	7 843 027,25
EUROP ASSISTANCE	705 000			5,99	4 221 800,00	24,93	17 576 110,60
<b>Subtotal</b>	<b>1 455 000</b>	<b>0,00</b>			<b>7 980 468,00</b>		<b>25 419 137,85</b>
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.2 - Partes de capital em associadas							
TRANQUILIDADE DIVERSIFIED INCOME ICAV	2			1,00	2,00	1,00	2,00
<b>Subtotal</b>	<b>2</b>	<b>0,00</b>			<b>2,00</b>		<b>2,00</b>
<b>Total</b>	<b>1 455 002</b>	<b>0,00</b>			<b>7 980 470,00</b>		<b>25 419 139,85</b>
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Ações							
B.P.G. SA	10 472			2,09	21 905,33	1,51	15 810,71
BANIF SGPS	6 954 651 167			0,00	0,00	0,00	0,00
COMP. PREVIDENTE	6			532,54	3 195,23	0,00	0,00
COMP. PREVIDENTE SCPF	198			109,86	21 752,48	247,87	49 077,37
COMPTA	306 960			1,64	503 699,84	0,13	39 904,80
ESTELA GOLF	40			5 540,45	221 618,00	1 015,06	40 602,45
FETAL	2 760			20,84	57 528,12	0,00	0,00
FINPRO SCR SA	1 425 332			0,00	0,00	0,00	0,00
HOTEL TURISMO ABRANTES	125			0,00	0,00	0,00	0,00
IMOVALORSII	90 000			0,00	0,00	0,00	0,00
LUSITANIA GASCOMP GAS DO CENTRO	595			2,80	1 666,54	3,05	1 814,10
MADIBEL	7 955			0,01	80,88	0,00	0,00
NORMA ACORES	4 000			35,77	143 082,80	35,75	142 986,35
NOS ACORES	13 936			24,65	343 497,32	23,71	330 461,58
NOS MADEIRA	17 314			62,39	1 080 220,46	48,76	844 196,01
PORTUGAL CAPITAL VENTURESS.C.R. S.A.	2 525			6,06	15 300,49	5,67	14 328,30
QUINTA DOS CONEGOS	140 600			3,15	443 241,40	4,23	595 389,78
S.N.I.SOC NAC IMOBILIARIA SA	7 500			0,00	0,00	0,00	0,00
SOCIEDADE PORTUGUESA EMPREENDIMENTOS	4 441			0,13	576,89	1,21	5 364,09
SONAGI	55 600			0,44	24 293,86	3,15	175 140,00
SONAGI AN	100			0,06	5,51	0,01	1,00
SPECTACOLOR PORTUGAL	7 500			14,66	109 986,38	13,01	97 584,35
VIA LITORAL	1 001			373,90	374 274,90	373,90	374 274,90
<b>Subtotal</b>	<b>6 956 750 127</b>	<b>0,00</b>			<b>3 365 926,43</b>		<b>2 726 935,79</b>
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
BANIF IMOGEST	257 879			21,91	5 650 696,22	17,76	4 579 054,25
DUBLIN REAL ESTATE FUND CLASS ID	2 000 000			1,44	2 872 220,00	1,56	3 110 320,00
ESP SANTO INFRASTRUCTURE FUND I	3 500			323,35	1 131 735,73	526,78	1 843 727,66
ESPÍRITO SANTO VENTURES III	200 000 000			0,01	1 832 238,36	0,01	1 492 000,00
EXPLORER II	94			10 711,16	1 006 281,67	10 627,91	998 460,26
IMOCRESCENTE FD DE INV IMOB FECHADO	6 548			997,11	6 529 521,90	1 527,58	10 003 262,92
SC1 CLASSE A FUNDO CAPITAL RISCO	1 000 000			0,77	772 572,72	0,66	657 490,00
<b>Subtotal</b>	<b>203 268 021</b>	<b>0,00</b>			<b>19 795 266,60</b>		<b>22 684 315,09</b>
<b>Subtotal</b>	<b>7 160 018 148</b>	<b>0,00</b>			<b>23 161 193 , 03</b>		<b>25 411 250, 88</b>



(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
O.T. Fev 3.875% /15-02-2030		700 000,00	115,83%	105,9%	741 459,32	119,2%	834 481,51
PT OT 4.45% 06/15/18		1 100 000,00	102,10%	103,1%	1 134 379,64	104,5%	1 149 732,81
PT OT 4.8% 06/15/20		4 040 000,00	111,73%	109,2%	4 411 433,32	114,3%	4 619 416,24
PT OT 4.95% 10/25/23		3 200 000,00	123,12%	113,8%	3 641 289,38	124,0%	3 968 852,16
PT OT 5.65% 02/15/24		1 100 000,00	127,06%	117,4%	1 291 921,66	132,0%	1 451 988,40
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>10 140 000,00</b>			<b>11 220 483,32</b>		<b>12 024 471,12</b>
2.1.2.3 - De outros emissores							
BCP FINANCE VAR 49-14		500 000,00	62,01%	53,8%	269 119,27	62,0%	310 050,00
BRISA 1.875% 04/25		1 600 000,00	103,86%	102,4%	1 638 917,44	105,1%	1 681 848,98
BRISA 3.875% 04/21		400 000,00	111,78%	112,3%	449 113,50	114,7%	458 743,62
ENTIGERE		23 200,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
A. GAUDENCIO TF 25/05/1995		49 900,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
BANIF 09/19 TV 30/06/2019		5 000 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
BCP FINANCE 05/49 TF/TV 4,239% 13/10/2049 CALL 2015		450 000,00	58,65%	44,2%	198 906,88	58,7%	263 925,00
BRISA 6.875% 04/18		1 700 000,00	101,69%	103,9%	1 765 556,18	106,8%	1 816 146,10
C.G.D. TV CMS CAP-FLOOR/05-08-2021		1 000 000,00	80,00%	80,0%	800 000,00	82,0%	820 273,98
E.D.P. 5.375%/16-09-2075		800 000,00	111,74%	101,9%	815 443,12	116,0%	928 084,38
EDP FINANCE 2.625% 01/22		1 900 000,00	109,14%	107,0%	2 033 843,07	111,6%	2 121 094,41
EDP FINANCE 4.125% 01/21		500 000,00	111,95%	111,0%	555 171,80	115,9%	579 254,86
EDP FINANCE 4.875% 09/20		2 500 000,00	112,79%	112,2%	2 805 293,13	114,2%	2 855 736,65
FNAC INVEST 22/05/1995		24 950,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
GALP ENERGIA 3% 01/14/21		1 200 000,00	107,08%	103,4%	1 240 487,69	110,0%	1 319 615,18
GALP ENERGIA 4.125% 01/19		200 000,00	104,18%	104,4%	208 741,81	108,0%	216 052,94
MOTA ENGIL 5.5% 04/19		300 000,00	102,96%	93,7%	281 171,26	104,0%	312 094,33
REN FINANCE 4.75%		2 200 000,00	112,95%	113,3%	2 492 687,37	113,9%	2 506 680,90
REN FINANCE BV 2.5% 02/25		750 000,00	108,94%	106,2%	796 349,65	111,1%	833 591,10
RENTIGLOBO SGPS 0% 17-200626		401 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
RENTIGLOBO SGPS 0% 200626		2 006 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
RENTIGLOBO SGPS 1,5% 17-200626		992 700,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	413,63
SEMAPA TV /30-11-2020		100 000,00	101,77%	101,1%	101 115,74	102,0%	102 004,04
GALP ENERGIA 1% 17-15/02/2023		133 846,15	99,51%	99,7%	133 432,57	99,6%	133 355,51
GALP ENERGIA 1% 17-15/02/2023		166 153,85	99,51%	99,7%	165 640,43	99,6%	165 544,77
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>24 897 750,00</b>			<b>16 750 990,91</b>		<b>17 424 510,38</b>
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>35 037 750,00</b>			<b>27 971 474,23</b>		<b>29 448 981,50</b>
<b>Total</b>	<b>7 160 018 148</b>	<b>35 037 750,00</b>			<b>51 132 667,26</b>		<b>54 860 232,38</b>
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Ações							
ALLIANZ AG	560			160,01	89 608,19	191,70	107 352,00
AUDATEX PORTUGAL	150			301,47	45 220,35	301,47	45 220,35
AXA	3 619			24,87	90 003,05	24,74	89 515,98
BANCO SANTANDER CENTRAL HISPANO	9 951			4,26	42 408,94	5,48	54 511,58
BASF SE	1 311			69,12	90 622,69	91,75	120 284,25
BAYERISCHE MOTOREN WERKE	933			96,59	90 116,11	86,95	81 124,35
BNP PARIBAS	1 706			53,00	90 410,73	62,24	106 181,44
DAIMLER CHRYSLER AG	1 185			76,13	90 213,15	70,72	83 803,20
MUENCHENER RUECKVER AG	498			183,13	91 200,61	180,75	90 013,50
NCG BANCO NC	185 838			0,50	92 919,00	0,50	92 919,00
PUBLICIS GROUP	687			60,38	41 478,26	56,59	38 877,33
RENAULT SA	976			92,14	89 924,56	83,82	81 808,32
ROYAL DUTCH PETROLEUM COMPANY	12 077			20,28	244 960,42	27,78	335 438,69
SCHNEIDER ELECTRIC SA	1 720			52,32	89 986,17	70,86	121 879,20
SIEMENS AG	1 034			87,81	90 794,25	116,04	119 985,36
SOCIETE GENERALE	2 104			42,83	90 119,30	43,04	90 556,16
UNILEVER NV-CVA	9 780			38,79	379 343,02	46,96	459 219,92
<b>Subtotal</b>	<b>234 129</b>	<b>0,00</b>			<b>1 839 328,80</b>		<b>2 118 690,63</b>

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ABERDEEN GLOBALMANAGER WORLD EQUITY FUND A-2	11 900			15,80	187 991,44	18,21	216 699,00
ACE CREDIT ALLOCATION FUND I	19 916			1 004,21	20 000 000,00	1 022,59	20 366 060,92
DBX S&P 500 EUR UCITS ETF	21 969			31,80	698 563,23	41,59	913 690,71
FIDELITY TARGET 2020 ACÇÕES	83 160			11,97	995 757,05	14,90	1 239 081,47
FIDELITY TARGET 2025 ACÇÕES	54 030			9,88	533 894,61	15,20	821 257,37
FIDELITY TARGET 2030 ACÇÕES	22 804			10,47	238 726,88	16,04	365 777,92
FIDELITY TARGET 2035 ACÇÕES	7 471			21,23	158 585,30	34,46	257 462,03
FIDELITY TARGET 2040 ACÇÕES	10 018			20,31	203 449,04	34,67	347 322,33
FIDELITY TARGET 2045 ACÇÕES	80			13,65	1 094,70	14,53	1 165,31
FIDELITY TARGET 2050 ACÇÕES	199			13,49	2 685,35	14,53	2 893,36
INCOMETRIC FUND	190 447			5,74	1 092 712,32	6,46	1 230 289,46
ISHARES CORE EURO CORP BOND	21 533			131,68	2 835 431,82	130,91	2 818 885,03
ISHARES EURO CORP EX-FINCL	40 067			119,52	4 788 769,10	117,76	4 718 289,92
ISHARES EURO GOVT 15-30 YR	55 081			254,62	14 024 759,53	226,43	12 471 990,83
ISHARES EURO HY CORP	82 235			105,13	8 645 747,25	107,26	8 820 526,10
ISHARES EURO ULTRASHORT BOND	299 948			100,47	30 136 420,11	100,38	30 108 780,24
ISHARES GL CORP BD EU HEDGED	102 133			107,49	10 978 423,63	105,79	10 804 588,79
ISHARES JPM USD EM BND EURH	45 152			106,05	4 788 239,35	102,06	4 608 384,69
ASIAN TRADE FIN	149 834			8385,8%	12 564 710,55	8342,0%	12 499 072,17
BAF LATAM CREDIT FD	54 450			85963,4%	46 807 055,03	84432,1%	45 973 269,54
APOLLO HEDGING OVERLAY FUND	5 000			84434,5%	4 221 725,00	82669,1%	4 133 457,24
	<b>Subtotal</b>	<b>1 277 428</b>	<b>0,00</b>		<b>163 904 741,29</b>		<b>162 718 944,43</b>
	<b>Subtotal</b>	<b>1 511 557</b>	<b>0,00</b>		<b>165 744 070,09</b>		<b>164 837 635,06</b>
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
B.T.P.S. ITALIA 04/24 TF 5,125% 31-07-2024		3 500 000,00	122,35%	128,7%	4 506 036,05	124,5%	4 357 545,07
B.T.P.S. ITALIA 08/19 TF 4,5% 01/03/2019		3 910 000,00	105,53%	106,8%	4 175 333,16	107,0%	4 184 384,25
B.T.P.S. ITALIA 09/20 TF 4,25% 01/03/2020		2 000 000,00	109,25%	110,4%	2 208 297,93	110,7%	2 213 037,23
B.T.P.S. ITALIA 2.00% /01-12-2025		2 000 000,00	102,36%	106,9%	2 138 531,73	102,5%	2 051 382,23
B.T.P.S. ITALIA 3.50%/01-03-2030		680 000,00	112,04%	124,4%	845 936,07	113,2%	769 766,42
B.T.P.S. ITALIA 4.50% /01-02-2018		14 000,00	100,37%	101,9%	14 268,29	102,2%	14 312,13
B.T.P.S. ITALIA 4.50% /01-02-2020		630 000,00	109,43%	110,7%	697 337,73	111,3%	701 142,75
B.T.P.S. ITALIA 4.50% /01-08-2018		5 438 000,00	102,90%	104,2%	5 664 300,58	104,8%	5 696 767,23
B.T.P.S. ITALIA 4.75% /01-09-2021		2 500 000,00	115,79%	117,6%	2 940 694,40	117,4%	2 933 903,47
B.T.P.S. ITALIA 5,50%/01-09-2022		350 000,00	121,89%	124,7%	436 508,27	123,7%	432 974,69
BELGIUM KINGDOM 1% 06/22/26		14 852 700,00	104,44%	103,7%	15 397 898,88	105,0%	15 590 140,61
BELGIUM KINGDOM 1% 06/22/31		7 701 400,00	99,93%	100,3%	7 724 387,63	100,5%	7 736 828,55
BELGIUM KINGDOM 1.6% 06/22/47		34 000 000,00	97,92%	96,8%	32 919 800,00	98,8%	33 578 958,90
BELGIUM KINGDOM 2.25% 06/22/57		3 500 000,00	110,06%	113,1%	3 959 200,00	111,2%	3 893 524,66
BELGIUM KINGDOM 4.00%/28-03-2022		3 200 000,00	118,17%	120,9%	3 868 779,99	121,2%	3 878 770,42
BELGIUM KINGDOM 4.25% 09/28/21		600 000,00	117,14%	118,7%	712 421,75	118,2%	709 419,12
BELGIUM KINGDOM 5% 03/28/35		6 120 000,00	160,59%	164,0%	10 037 623,79	164,4%	10 060 987,40
BONOS SPANISH 4,6% 30/07/2019		3 700 000,00	107,78%	108,9%	4 027 985,33	109,7%	4 059 559,41
BONOS SPANISH 4,85% 31/10/2020		10 955 000,00	113,93%	115,2%	12 619 080,41	114,7%	12 569 717,48
BONOS SPANISH 5.15% /31-10-2028		4 230 000,00	133,83%	141,9%	6 004 344,97	134,7%	5 697 458,27
BONOS SPANISH 5.50% /30-04-2021		4 190 000,00	118,04%	119,7%	5 016 209,16	121,7%	5 100 603,51
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO 5.85% 01/22		8 000 000,00	123,00%	124,6%	9 965 036,82	128,4%	10 268 172,06
BTPS 0.65% 11/01/20		50 000,00	101,41%	101,5%	50 770,00	101,5%	50 756,92
BTPS 3.75% 09/24		6 970 000,00	115,17%	119,2%	8 311 496,61	116,4%	8 114 026,76
BTPS 4.5% 03/01/26		600 000,00	121,29%	127,3%	763 847,26	122,8%	736 653,00
BTPS 4.5% 03/24		1 800 000,00	119,19%	123,1%	2 215 103,31	120,7%	2 172 195,00
BTPS 4.5% 05/23		3 900 000,00	118,27%	121,4%	4 733 106,92	119,0%	4 641 370,50
BTPS 5% 03/01/25		9 282 000,00	123,88%	129,3%	12 003 680,70	125,5%	11 651 859,60
BTPS 5.5% 11/22		3 620 000,00	122,30%	125,5%	4 544 859,26	123,2%	4 460 035,07
BUND DEUTSCHLAND 4.75% /04-07-2028		2 900 000,00	143,42%	153,9%	4 464 124,11	145,8%	4 226 966,50
BUND DEUTSCHLAND 4.75% /04-07-2034		500 000,00	160,10%	178,6%	892 773,67	162,4%	812 207,33
BUNDES 0% 03/16/18		6 570 000,00	100,12%	100,4%	6 599 080,44	100,1%	6 577 949,70
BUNDES 0% 08/10/21		3 680 000,00	101,44%	101,7%	3 744 172,81	101,4%	3 732 992,00
BUNDES 0% 15/08/26		45 475 000,00	97,59%	97,6%	44 373 033,94	97,6%	44 379 052,50

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
BUNDES 5.5% 01/04/31		21 337 400,00	160,27%	168,3%	35 919 111,64	165,7%	35 357 080,21
COMMUNAUTE FRANCAISE BEL 2.1% 30/06/2067		20 000 000,00	97,02%	99,5%	19 901 800,00	98,1%	19 615 126,03
EFSF 1.8% 07/10/48		10 000 000,00	105,48%	103,8%	10 382 000,00	106,3%	10 633 315,07
EFSF 2 28/02/56		20 000 000,00	109,31%	107,3%	21 454 000,00	111,0%	22 198 142,47
FRANCE GOVT 0% 05/25/22		2 940 000,00	100,60%	100,3%	2 949 453,88	100,6%	2 957 757,60
FRANCE GOVT 0.25% 25/11/26		35 160 000,00	97,46%	95,8%	33 670 531,07	97,5%	34 275 254,00
FRANCE GOVT 1.25% 05/25/36		43 140 000,00	98,20%	98,7%	42 578 666,25	99,0%	42 688 938,81
FRANCE GOVT 1.5% 05/25/31		41 465 100,00	105,69%	106,3%	44 087 490,01	106,6%	44 198 939,49
FRANCE GOVT 2% 05/25/48		4 500 000,00	105,38%	106,3%	4 783 500,00	106,6%	4 796 481,58
IRISH GOVT 0.8% 03/22		2 000 000,00	103,72%	102,6%	2 051 779,23	104,4%	2 087 136,16
IRISH GOVT 5% 10/18/20		1 250 000,00	115,32%	116,6%	1 458 051,05	116,3%	1 454 133,73
IRISH GOVT 5.92% 05/42		5 590 065,36	165,15%	157,6%	8 808 822,14	168,8%	9 435 936,12
IRISH TREASURY GOV. 4.40%/18-06-2019		950 000,00	107,17%	108,7%	1 032 842,03	109,5%	1 040 532,53
IRISH TREASURY GOV. 4.50%/18-04-2020		320 000,00	111,56%	112,8%	360 936,30	114,7%	367 124,78
NETHERLANDS GOV. 3.75%/15-01-2023		5 000 000,00	119,62%	123,2%	6 161 920,81	123,2%	6 160 894,51
NETHERLANDS GOVT 0% 01/15/22		820 000,00	101,08%	101,2%	830 212,63	101,1%	828 847,79
NETHERLANDS GOVT 0% 04/15/18		50 000,00	100,18%	101,0%	50 485,00	100,2%	50 090,50
NETHERLANDS GOVT 0.5% 15/07/2026		11 480 000,00	101,06%	100,8%	11 575 300,02	101,3%	11 628 609,38
NETHERLANDS GOVT 2.5% 01/15/33		6 617 900,00	122,79%	127,9%	8 464 822,89	125,2%	8 284 701,52
NETHERLANDS GOVT 4% 01/15/37		8 580 000,00	152,33%	158,1%	13 566 044,30	156,2%	13 399 009,88
O.A.T. 3.75%/25-04-2021		4 500 000,00	113,62%	115,4%	5 191 311,22	116,2%	5 228 617,19
O.A.T. 4.00%/25-04-2055		6 000 000,00	158,16%	165,2%	9 914 032,28	160,9%	9 653 983,56
O.A.T. 5.75%/25-10-2032		2 000 000,00	164,19%	178,4%	3 567 517,38	165,2%	3 304 969,59
REPUBLIC AUSTRIA 3.90% /15-07-2020		4 840 000,00	111,11%	112,7%	5 456 661,16	112,9%	5 464 880,47
REPUBLIC AUSTRIA 4.65% /15-01-2018		100 000,00	100,14%	101,9%	101 949,99	104,6%	104 595,90
REPUBLIC AUSTRIA 6.25% /15-07-2027		1 350 000,00	154,09%	161,6%	2 182 208,55	157,0%	2 119 254,78
REPUBLIC AUSTRIA TV CMS FLOOR/28-07-2025		1 000 000,00	106,27%	106,5%	1 064 600,00	106,7%	1 066 963,97
REPUBLIC OF AUSTRI 2.4% 05/23/34		3 430 000,00	120,23%	124,4%	4 265 739,83	121,7%	4 173 786,10
REPUBLIC OF AUSTRI 4.15% 03/15/37		4 260 000,00	152,27%	156,2%	6 653 962,19	155,6%	6 627 436,65
REPUBLIC OF AUSTRIA 0.75% 10/20/2026		8 388 000,00	102,25%	102,5%	8 594 867,37	102,4%	8 589 055,75
REPUBLIC OF AUSTRIA 3.5% 09/15/21		350 000,00	114,22%	115,4%	404 060,14	115,2%	403 368,09
REPUBLIC OF PERU 2.75% 01/30/26		1 200 000,00	111,25%	109,5%	1 313 609,06	113,8%	1 365 287,67
REPUBLIC OF POLAND 4% 03/23/21		2 000 000,00	113,00%	114,0%	2 279 066,09	116,1%	2 322 027,40
REPUBLIC POLAND 4.2% /15-04-2020		600 000,00	109,75%	111,0%	665 786,24	112,7%	676 450,68
REPUBLICA SLOVAKIA 4%/27-04-2020		200 000,00	110,08%	111,5%	223 019,96	112,8%	225 595,62
REPUBLICA SLOVENIA 4.125%/26-01-2020		1 800 000,00	109,22%	110,2%	1 984 409,53	113,1%	2 034 938,96
REPUBLIKA OF SLOVENIJA 1.50% 03/35		5 550 000,00	98,58%	87,7%	4 869 015,32	99,7%	5 535 114,60
REPUBLIKA SLOVENIJA 1.75% 11/03/40		5 000 000,00	99,21%	97,7%	4 884 780,78	99,5%	4 974 304,11
REPUBLIKA SLOVENIJA 4.625% 09/24		1 000 000,00	129,94%	127,4%	1 274 016,51	131,4%	1 313 708,49
SPANISH GOV 4% 04/30/20		2 402 000,00	109,73%	110,6%	2 656 593,30	112,4%	2 700 254,70
SPANISH GOVT 1.95% 07/30		6 900 000,00	100,16%	104,4%	7 206 089,42	101,0%	6 967 947,06
SPANISH GOVT 2.15% 10/25		2 980 000,00	107,55%	109,5%	3 263 635,97	107,9%	3 215 548,59
SPANISH GOVT 2.75% 10/24		1 490 000,00	112,69%	113,4%	1 689 084,13	113,1%	1 685 884,19
SPANISH GOVT 5.4% 01/31/23		1 550 000,00	124,91%	126,5%	1 960 580,62	129,8%	2 012 649,73
SPGB 0.75% 07/30/21		50 000,00	102,36%	102,6%	51 275,00	102,7%	51 339,72
SPGB 4.2% 01/31/37		2 200 000,00	127,78%	123,4%	2 714 732,78	131,6%	2 895 734,32
SPGB 4.4% 10/31/23		3 630 000,00	121,64%	123,3%	4 476 806,48	122,4%	4 442 152,33
SPGB 4.9% 07/30/40		4 400 000,00	139,83%	149,9%	6 593 497,60	141,9%	6 243 309,49
SPGB 5.15% 10/31/44		1 700 000,00	144,94%	142,8%	2 426 977,95	145,8%	2 478 645,64
SPGB 5.9% 07/30/26		550 000,00	137,39%	133,4%	733 444,34	139,9%	769 358,23
SPGB 6% 01/31/29		4 000 000,00	143,02%	139,4%	5 574 235,05	148,5%	5 940 256,43
SWEDEN KINGDOM 0.875% 01/18		6 280 000,00	100,09%	100,3%	6 297 062,88	100,9%	6 336 123,40
UNITED MEXICAN STATES 1.625% 03/06/24		1 000 000,00	104,25%	99,6%	996 417,46	105,6%	1 055 856,16
BT 91 DIAS COM ACORDO RECOMPRA		563 169,92	100,00%	100,0%	563 169,92	100,0%	566 124,21
DEUTSCHLAND REP 1% 14-15/08/2024		223 076,92	106,41%	107,3%	239 406,15	106,8%	238 221,24
DEUTSCHLAND REP 1.25% 17-15/08/2048		294 461,54	99,76%	100,0%	294 420,31	100,2%	295 137,34
<b>sub-total</b>	<b>0</b>	<b>623 471 738,29</b>			<b>719 622 113,98</b>		<b>719 647 822,61</b>
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
GENERALITAT DE CATALUNYA 4.75% 06/18		40 000,00	101,30%	100,9%	40 368,15	104,0%	41 614,75
K.F.W. TV EI CAP/FLOOR /24-07-2018		250 000,00	100,97%	103,3%	258 137,50	104,0%	259 998,34
ONTARIO PROVINCE 4.75% /23-04-2019		900 000,00	106,75%	108,2%	973 522,12	110,0%	990 265,07
RESEAU FERRE FRANCE 6.00% /12-10-2020		400 000,00	117,37%	119,6%	478 284,53	118,7%	474 748,27

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
Designação						Unitário	Total
COMMUNITY OF MADRID 4.125% 05/24		3 000 000,00	120,03%	120,2%	3 605 855,38	122,6%	3 676 695,20
KOMMUNAL LANDSP 15-10/06/2045 FRN		485 009,70	113,28%	111,0%	538 196,72	115,7%	560 946,91
KOMMUNAL LANDSP 15-10/06/2045 FRN		1 214 989,60	113,28%	111,0%	1 348 227,50	115,7%	1 405 218,61
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>6 289 999,30</b>			<b>7 242 591,91</b>		<b>7 409 487,14</b>
2.2.2.3 - De outros emissores							
A2A SPA 4.375% 01/10/21		260 000,00	112,87%	114,2%	296 881,80	117,1%	304 525,36
ABERTIS INFRA. 4.375%/25-10-2019		1 100 000,00	108,65%	110,1%	1 210 736,53	109,5%	1 204 741,09
ADIDAS AG 1.25% 10/21		750 000,00	102,82%	99,5%	746 164,95	103,1%	773 300,03
AIR PRODUCTS & CHEMICALS 1% 02/12/25-14		750 000,00	101,71%	99,6%	746 935,92	102,6%	769 426,44
AMERICA MOVIL 6.375% 09/06/73		2 500 000,00	122,44%	116,3%	2 906 275,16	124,5%	3 111 525,69
ARCELORMITTAL 3.125% 01/22		1 000 000,00	109,32%	99,9%	998 510,69	112,3%	1 123 241,37
ASSIST PUBL HOPIT PARIS 1.75% 11/27/41		7 500 000,00	100,42%	99,6%	7 467 975,00	100,6%	7 543 351,03
AT&T INC 1.3% 09/05/23		700 000,00	102,51%	101,2%	708 114,11	102,9%	720 465,97
AURIZON NETWORK PTY 3.125% 06/01/26		5 100 000,00	112,82%	109,6%	5 590 314,68	114,6%	5 847 029,14
AUSTRALIA PACIFIC AIRPORTS 1.75% 10/24		500 000,00	105,36%	99,3%	496 420,45	105,7%	528 625,89
BANIF FINANCE 3% 31/12/2019 CALL 2014		200 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
BARCLAYS 6.5% 12/29/49		2 000 000,00	106,78%	94,8%	1 895 958,94	107,0%	2 140 996,67
BARCLAYS 6.625% 03/30/22		600 000,00	122,64%	118,2%	708 928,53	127,7%	765 909,53
BARCLAYS BANK 6% 01/14/21		2 100 000,00	115,49%	113,7%	2 386 733,05	121,3%	2 546 415,12
BARCLAYS BANK CMS FLOOR/25-06-2018		400 000,00	101,84%	108,3%	433 300,00	104,3%	417 329,44
BERKSHIRE HATHAWAY 1.125% 03/16/27		1 000 000,00	99,17%	99,0%	990 003,78	100,1%	1 000 678,35
BG ENERGY CAPITAL 3.625% 07/19/19		1 000 000,00	105,75%	106,9%	1 068 988,78	107,4%	1 074 224,93
BHARTI AIRTEL INTERNAT 3,375% 05/2021		750 000,00	108,82%	99,6%	747 114,95	110,9%	831 753,59
BK TOKYOMITSUBISHI UFJ 0.875% 03/22		880 000,00	101,87%	99,7%	877 498,92	102,6%	902 714,49
BLACKROCK 1.25% 05/06/25		1 100 000,00	102,93%	99,6%	1 095 745,60	103,7%	1 141 211,41
BNP PARIBAS 05/49 TF 4,875% 17/10/2049 CALL 2011		2 000 000,00	104,06%	100,7%	2 013 691,10	105,1%	2 101 154,25
BNP PARIBAS 1.375% 11/21/18		50 000,00	101,34%	102,9%	51 425,00	101,5%	50 745,34
BOMBARDIER 6.125% 05/15/21		1 100 000,00	106,74%	100,1%	1 101 263,38	107,5%	1 182 528,88
C.D.C. IXIS 5.375% /29-11-2027		1 900 000,00	119,67%	113,4%	2 154 092,33	120,1%	2 282 645,42
C10 CAPITAL SPV LTD 07/49 TF/TV 6,277% 30/06/2049 CALL 2017		1 000 000,00	85,54%	80,9%	809 460,83	85,6%	855 522,22
CARREFOUR 1.25% 06/25		500 000,00	101,96%	99,6%	498 073,48	102,7%	513 418,02
CARREFOUR 1.75% 07/22		500 000,00	105,68%	99,6%	497 904,09	106,5%	532 431,37
CARREFOUR 3.875% 04/25/21		3 000 000,00	112,09%	114,2%	3 424 931,93	114,7%	3 442 203,29
CASINO GUICHARD CALL 4.87%/31-01-2048		1 100 000,00	101,77%	95,2%	1 046 945,88	106,2%	1 168 512,22
CASINO GUICHARD PERRACHO 2.33% 25-24		1 500 000,00	105,04%	100,0%	1 500 231,35	108,2%	1 623 679,31
CASINO GUICHARD PERRACHO 3.311% 01/23		300 000,00	112,73%	109,8%	329 326,02	117,0%	350 935,81
CIE DE SAINT-GOBAIN 3.625% 06/15/21		300 000,00	111,55%	113,0%	338 918,18	113,5%	340 588,11
CIE FINANCEMENT FONCIER 5.75% /04-10-2021		500 000,00	121,84%	124,5%	622 681,64	123,2%	616 106,51
CITIGROUP INC 05/30 TF/TV 4,25% 25/02/2030 CALL 2025		3 500 000,00	117,11%	113,7%	3 979 080,80	120,7%	4 224 708,08
CLOVERIE PLC SWISS REINS 6.625% 09/01/42		3 400 000,00	126,53%	126,1%	4 285 700,00	128,7%	4 376 725,92
COCA-COLA 1.125% 03/09/27		1 000 000,00	100,98%	99,2%	992 419,23	101,9%	1 018 944,11
COMMERZBANK AG 7.75%/16-03-2021		100 000,00	121,63%	117,0%	117 032,88	127,8%	127 785,53
CREDIT SUISSE 5.75% 09/18/25		3 500 000,00	113,53%	107,3%	3 756 086,02	115,2%	4 030 857,46
CREDIT SUISSE LONDON 09/19 TF 4,75% 05/08/2019		1 460 000,00	107,73%	108,8%	1 588 414,82	109,7%	1 601 021,79
DAIMLER AG 1.875% 07/24		1 000 000,00	107,72%	105,7%	1 057 057,64	108,6%	1 086 241,09
DELPHI AUTOMOTIVE 1.5% 03/25		700 000,00	102,72%	99,7%	697 699,38	103,9%	727 569,07
DEUTSCHE ANN FIN 2.125% 07/22		500 000,00	107,02%	99,7%	498 277,46	108,0%	540 179,18
EASTER CREATION II INV 1% 03/19/18		280 000,00	100,16%	100,0%	279 888,17	100,9%	282 655,24
EDENRED 1.375% 03/25		1 000 000,00	102,30%	99,2%	992 073,60	103,4%	1 034 110,69
ELECTRICITÉ DE FRANCE 09/21 TF 6.25% 25/01/2021		1 500 000,00	118,66%	121,2%	1 818 049,53	124,5%	1 867 153,77
ELECTRICITE FRANCE CALL 4.125% TV/22-01-2048		1 900 000,00	106,75%	94,9%	1 802 917,69	110,6%	2 101 920,03
ELECTRICITE FRANCE CALL 5.0% TV/22-01-2049		2 000 000,00	110,90%	94,4%	1 888 094,51	115,6%	2 311 952,60
ENAGAS FIN 1% 03/25/23		500 000,00	102,43%	99,8%	498 993,08	103,2%	515 974,32
ENAGAS FINANCIACIONES 1.25% 02/25		700 000,00	102,65%	99,3%	695 217,95	103,8%	726 385,01
ENBW 6.125% 07/39		1 000 000,00	166,68%	145,4%	1 454 158,61	169,7%	1 696 502,05
ENEL 5% 01/15/75		3 000 000,00	108,50%	107,3%	3 218 597,21	113,3%	3 398 895,61
ENEL FINANCE 4.875% 04/17/23		1 000 000,00	123,06%	125,8%	1 258 337,40	126,5%	1 265 098,90
ENEL SOCIETA 5.25%/20-05-2024		3 000 000,00	128,32%	133,0%	3 989 448,22	131,6%	3 946 689,04
ENERGIE AG OBEROSTERREICH 05/25 TF 4,5% 04/03/2025		1 720 000,00	124,51%	124,9%	2 148 589,28	128,2%	2 205 629,75
ENI SPA 4.125%/16-09-2019		700 000,00	107,10%	108,4%	758 914,06	108,3%	758 078,62
ERSTE GROUP BANK 7.125% 10/10/22		3 000 000,00	129,64%	114,7%	3 441 381,61	131,2%	3 937 190,55

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
ESM 1.85 01/12/55		15 000 000,00	108,74%	105,0%	15 747 000,00	108,9%	16 333 658,22
EVONIK INDUSTRIES 1% 01/23/23		500 000,00	102,86%	99,5%	497 730,90	103,8%	518 989,93
FCE BANK PLC 1.134% 02/10/22		500 000,00	102,21%	100,0%	500 065,76	103,2%	516 093,09
FERROVIAL SA 2.5% 07/24		1 100 000,00	109,22%	107,1%	1 177 921,70	110,4%	1 214 152,87
FIAT CHRYSLER 4.75% 07/15/22		225 000,00	112,64%	108,0%	242 971,15	114,8%	258 379,46
FIAT CHRYSLER FINANCE		630 000,00	101,21%	102,8%	647 497,32	106,5%	670 898,65
FIAT FINANCE 4.75% 03/21		1 000 000,00	110,92%	107,4%	1 073 717,91	114,6%	1 146 118,91
FIAT FINANCE 6.75% 10/19		305 000,00	111,15%	109,3%	333 309,89	112,6%	343 410,07
FINMEC FINANCE 4.5% 01/21		730 000,00	111,82%	110,5%	806 569,00	116,1%	847 440,60
FINMECCANICA FIN. 5.25% /21-01-2022		2 640 000,00	117,21%	116,0%	3 061 473,45	122,2%	3 224 837,76
FLOWSERVE CORPORATION 1.25% 03/17/22		2 000 000,00	98,75%	99,6%	1 991 557,93	99,7%	1 994 694,52
FRESENIUS SE & CO 4% 02/01/24		1 200 000,00	116,85%	117,0%	1 404 578,21	118,5%	1 422 054,66
GAS NATURAL CAPITAL 5.125%/02-11-2021		2 000 000,00	118,92%	120,6%	2 412 196,16	119,8%	2 395 048,49
GAS NATURAL FENOSA 2.875% 03/24		1 000 000,00	112,13%	99,9%	998 715,63	114,5%	1 144 536,30
GAS NATURAL FENOSA 4.125% 11/29/49		2 400 000,00	109,01%	101,8%	2 443 362,70	109,5%	2 627 783,01
GAZPROM 3.389% 03/20/20		500 000,00	105,42%	102,2%	510 991,02	108,1%	540 377,45
GDF SUEZ 1% 03/13/26		2 400 000,00	100,67%	99,4%	2 385 994,59	101,5%	2 435 273,76
GENERAL ELECTRIC 05/35 TF 4,125% 19/09/2035		500 000,00	130,51%	147,7%	738 422,56	131,7%	658 385,21
GENERAL MOTORS FINANCIAL 1.875% 10/15/19		500 000,00	103,29%	100,0%	499 822,43	103,7%	518 422,74
GIE PSA TRESORERIE 03/33 TF 6% 19/09/2033		800 000,00	128,90%	121,5%	971 985,68	130,6%	1 044 737,20
GOLDMAN SACHS GROUP 06/21 TF 4,75% 12/10/2021		490 000,00	114,86%	113,9%	557 893,88	115,9%	567 925,17
GOLDMAN SACHS GROUP 1.375% 07/26/22		1 050 000,00	103,75%	99,5%	1 044 783,33	104,3%	1 095 645,65
GOLDMAN SACHS GROUP 3.25% 02/01/23		1 585 000,00	112,32%	112,7%	1 786 436,82	115,3%	1 827 315,88
GRAND CITY PROPERTIES 3.75% 12/29/49		1 900 000,00	106,83%	101,0%	1 918 338,66	110,1%	2 091 511,94
GROUPAMA 6% 01/23/27		3 000 000,00	126,09%	100,0%	2 998 684,28	131,7%	3 951 357,53
GROUPAMA SA 7.875% 10/27/39		700 000,00	113,48%	104,0%	728 010,96	114,9%	804 197,78
HALIFAX BK SCOTLAND 05/30 TF/TV 4,5% 18/03/2030 CALL 2025		3 050 000,00	117,39%	108,4%	3 307 419,33	120,9%	3 688 812,89
HEIDELBERG CEMENT 7.5%/03-04-2020		800 000,00	116,66%	117,0%	936 297,07	118,5%	947 748,00
HEIDELBERGCEMENT FIN 9.5% 12/15/18		1 500 000,00	109,09%	111,8%	1 676 747,23	109,5%	1 642 242,50
HSBC 5.25% 12/29/49		1 000 000,00	110,43%	95,8%	957 736,36	112,0%	1 119 586,58
IBERDROLA 2.5% 10/22		1 000 000,00	109,96%	99,8%	998 159,84	110,4%	1 104 237,53
IBERDROLA 5.75% 02/27/49		800 000,00	100,90%	107,5%	860 262,94	105,7%	845 890,41
IBERDROLA FIN 4.125% 03/20		2 000 000,00	109,05%	110,6%	2 212 778,16	112,2%	2 244 945,75
IBM CORP 1.25% 05/26/23		2 000 000,00	103,90%	99,9%	1 997 250,47	104,7%	2 093 040,00
INTESA SANPAOLO 1.125% 01/20		270 000,00	102,08%	99,7%	269 304,84	103,2%	278 526,19
INTESA SANPAOLO 1.125% 03/22		500 000,00	102,15%	99,8%	498 890,39	103,1%	515 384,11
INTESA SANPAOLO 6.625% 09/13/23		1 285 000,00	125,48%	117,3%	1 506 996,55	127,5%	1 637 815,06
ITALCEMENTI FINANCE 6.625% 03/20		800 000,00	111,38%	119,3%	954 312,00	115,6%	924 810,96
JP MORGAN CHASE 1.5% 01/27/25		1 000 000,00	104,02%	100,0%	999 567,11	105,4%	1 054 120,41
KELLOGG CO 1.25% 03/10/25		1 500 000,00	100,65%	100,0%	1 499 628,49	101,7%	1 524 970,48
KENNEDY WILSON EUR 3.25% 11/12/25		7 700 000,00	103,86%	103,8%	7 989 960,26	104,3%	8 030 430,21
KONINKLIJKE 6.125% 03/29/49		2 000 000,00	103,98%	107,0%	2 139 691,16	105,8%	2 115 746,58
KPN NV 5.625%/30-09-2024		1 125 000,00	131,34%	133,7%	1 504 451,27	132,8%	1 493 491,59
LA POSTE 03/23 TF 4,375% 26/06/2023		1 500 000,00	121,20%	123,9%	1 858 082,94	123,5%	1 851 816,37
LANDBK SACHSEN GIRO 6.195% /21-05-2031		400 000,00	142,38%	143,6%	574 201,14	146,2%	584 610,50
MACQUARIE BANK 1% 09/16/19		200 000,00	101,73%	100,0%	200 001,82	102,0%	204 040,82
MERRIL LYNCH TV CMS FLOOR/04-10-2019		200 000,00	107,53%	110,5%	221 000,00	108,7%	217 464,96
METRO AG 1.5% 03/25		500 000,00	100,64%	99,9%	499 369,63	101,8%	509 117,26
MOODYS CORP 1.75% 03/27-26		500 000,00	102,95%	98,3%	491 699,36	104,4%	521 869,86
MORGAN STANLEY 1.75% 01/30/25		1 000 000,00	104,48%	99,9%	998 634,79	106,1%	1 060 861,64
MUNICH RE 6.25% 05/26/42		400 000,00	123,25%	122,0%	488 000,00	127,0%	507 980,00
NATIONAL GRID NA INC 0.75% 02/22		300 000,00	101,52%	99,6%	298 725,70	102,2%	306 548,10
NATIONWIDE BLDG SOCIETY 1.25% 03/25		1 000 000,00	102,30%	100,0%	999 531,57	103,3%	1 033 356,71
NRW 1 16/10/46		10 000 000,00	87,50%	85,5%	8 545 000,00	87,7%	8 770 921,92
OBRASCON HUARTE LAIN 4.75% 03/15/22		200 000,00	100,49%	74,3%	148 662,48	101,9%	203 766,93
ORANGE 5.25% 12/29/49		2 200 000,00	118,77%	110,8%	2 437 572,48	123,5%	2 716 481,35
P TELECOM 05/25 TF 4,5% 16/06/2025		1 700 000,00	40,76%	20,7%	351 050,00	40,8%	692 971,00
PEMEX TR 5.50%/24-02-2025		2 000 000,00	117,89%	110,8%	2 216 775,23	122,6%	2 451 304,65
PETROBRAS 5.875% 03/22		1 500 000,00	115,94%	97,9%	1 468 595,69	120,8%	1 811 305,07
PETROBRAS GLOBAL FINANCE 4.25% 10/02/23		1 080 000,00	109,47%	89,4%	965 275,26	110,5%	1 193 572,21
PEUGEOT 6.5% 01/19		725 000,00	106,61%	108,3%	785 113,13	112,8%	817 730,77

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
POHJOLA BANK PLC 0.75% 03/22		500 000,00	102,00%	99,8%	498 903,48	102,6%	513 113,01
PPG INDUSTRIES 1.4% 03/13/27		1 000 000,00	100,90%	98,9%	989 123,47	102,0%	1 020 208,35
PROLOGIS LP 1.375% 10/07/20		1 000 000,00	103,17%	99,9%	999 237,73	103,5%	1 034 892,05
R.B.S. TV CMS FLOOR /10-06-2019		500 000,00	105,80%	102,5%	512 500,00	108,4%	542 119,24
RABOBANK 5.5% 01/22/49		500 000,00	108,29%	98,5%	492 552,71	108,3%	541 620,68
RABOBANK 6.875% 03/19/20		5 300 000,00	114,88%	112,4%	5 959 062,96	120,3%	6 374 883,57
RABOBANK NEDERLAND 08/18 TF 4,75% 15/01/2018		550 000,00	100,17%	101,8%	559 990,65	104,7%	575 986,37
RCI BANQUE 0.625% 03/20		1 610 000,00	101,04%	99,9%	1 608 720,32	101,6%	1 635 117,99
REDEXIS GAS FINANCE 2.75% 04/21		2 000 000,00	106,85%	99,7%	1 993 964,41	108,9%	2 177 312,88
REPSOL 3.875% 12/29/49		1 800 000,00	107,33%	92,4%	1 663 084,89	110,3%	1 985 583,95
REPSOL INTL FINANCE 4.875% 02/19		1 200 000,00	105,46%	107,2%	1 286 461,42	109,7%	1 315 970,30
ROYAL BANK OF SCOTLAND 3.625% 03/25/24		2 500 000,00	103,19%	99,2%	2 479 862,92	106,0%	2 649 593,83
SANTANDER CONSUMER BANK 0.625% 04/18		500 000,00	100,25%	100,0%	499 886,27	100,7%	503 438,22
SES SA 4.625% 12/29/49		1 900 000,00	107,15%	103,3%	1 962 483,02	111,7%	2 123 186,49
SFR GROUP SA 5.375% 05/15/22		1 400 000,00	102,95%	103,1%	1 443 498,03	105,0%	1 469 532,76
SHELL INT. FIN. 09/18 TF 4,375% 14/05/2018		2 000 000,00	101,68%	103,2%	2 063 241,72	104,4%	2 088 896,71
SINOPEC GRP OVERSEA 2015 0.5% 04/18		280 000,00	100,18%	99,9%	279 824,30	100,5%	281 452,44
SMURFIT KAPPA ACQUISITIO 3.25% 06/01/21		770 000,00	107,89%	106,5%	819 825,90	108,2%	832 792,00
SOCIETE GENERALE 4% 06/07/2023		2 000 000,00	115,41%	112,0%	2 239 823,56	117,7%	2 353 509,87
SOCIETE GENERALE 9.375% 09/29/49		1 950 000,00	114,72%	123,3%	2 403 375,00	117,8%	2 296 160,53
SODEXO 1.75% 01/24/2022		700 000,00	105,50%	100,0%	699 882,51	107,1%	749 916,52
STANDARD CHARTERED 3.625% 11/23/22		500 000,00	112,05%	105,1%	525 575,10	112,4%	562 111,99
STATE GRID EUROPE DEV 1.5% 01/22		1 000 000,00	102,91%	99,8%	998 476,15	104,3%	1 042 981,50
STORA ENSO OYJ 5.5% 03/19		300 000,00	106,19%	107,9%	323 610,34	110,7%	332 092,44
SVENSKA CELLULOSA 1.125% 03/25		1 000 000,00	100,76%	99,8%	998 368,67	101,7%	1 016 917,39
TDC 1.75% 02/27		500 000,00	101,15%	99,2%	496 243,06	102,6%	513 084,59
TELECOM ITALIA 3.25% 01/23		400 000,00	109,73%	107,5%	429 964,22	112,8%	451 346,14
TELECOM ITALIA 5.25% 02/22		3 250 000,00	117,60%	114,8%	3 732 411,62	122,3%	3 973 588,91
TELECOM ITALIA FIN SA 03/33 TF 7,75% 24/01/2033		100 000,00	153,65%	134,9%	134 917,80	160,9%	160 886,41
TELEFONICA 4.693%/11-11-2019		2 150 000,00	108,74%	110,2%	2 369 723,18	109,4%	2 351 817,86
TELEKOM FINANZ 4% 04/04/22		1 400 000,00	115,25%	117,2%	1 640 843,51	118,2%	1 655 078,08
TELENET FINANCE VI 4.875% 15/07/27		1 900 000,00	108,79%	105,4%	2 001 940,77	111,0%	2 109 520,13
TEOLLISUUDEEN 2.125% 02/04/25		1 500 000,00	99,29%	99,5%	1 492 407,33	101,2%	1 518 183,48
TESCO CORP 1.375% 07/19		952 000,00	101,79%	99,9%	950 970,19	102,5%	975 613,25
TOTAL 2.625% 12/29/49		1 630 000,00	105,22%	95,1%	1 550 089,89	107,4%	1 751 207,92
TRASM. ELET. RETE NAZIONALE 04/24 TF 4,9% 28/10/2024		3 100 000,00	128,58%	134,8%	4 178 403,00	129,4%	4 012 645,52
TS ENERGY ITALY 4.2% 30/06/2032		13 778 850,00	100,00%	100,0%	13 778 850,00	100,0%	13 778 850,00
TYCO INT FINANCE 1.375% 02/25/25		500 000,00	95,16%	99,9%	499 356,96	96,3%	481 640,21
UBS AG TFTV 4.75%/12-02-2026		1 200 000,00	111,94%	106,4%	1 276 835,50	116,1%	1 393 654,00
UNIBAIL-RODAMCO 1% 03/14/25		1 000 000,00	101,30%	99,7%	997 463,38	102,1%	1 020 990,00
UNICREDIT 5.75% 10/28/25		2 200 000,00	111,06%	104,1%	2 289 456,28	112,1%	2 465 500,83
UNICREDIT SPA 6.95% 10/31/22		980 000,00	122,88%	110,9%	1 086 525,25	124,0%	1 215 626,36
UNICREDITO ITALIANO 04/20 TF 4,375% 29/01/2020		2 050 000,00	108,93%	109,4%	2 241 981,52	113,0%	2 315 524,15
UNIV POLITEC VALENCIA 6.6%/15-12-2022		498 840,00	119,98%	113,5%	566 366,27	120,3%	599 951,45
VATTENFALL 3% 03/19/77		2 000 000,00	101,50%	87,8%	1 755 009,39	103,9%	2 077 178,08
VEOLIA ENV. CALL 18 4,45% 16/04/2048		1 800 000,00	101,20%	103,8%	1 867 969,50	104,4%	1 878 510,09
VNESHECONOMBANK 4.032% 02/21/23		750 000,00	108,88%	98,0%	734 791,87	112,3%	842 554,34
VOESTALPINE AG 2.25% 10/21		220 000,00	104,96%	100,0%	219 934,64	105,4%	231 974,21
VOLKSWAGEN 5.125% 09/29/49		3 000 000,00	115,49%	105,4%	3 161 574,50	117,1%	3 514 495,48
VOLVO 4.85% 03/10/78		2 500 000,00	114,60%	103,2%	2 578 861,48	118,5%	2 963 228,76
WASHINGTON MUTUAL BANK 06/17 TF 4,5% 17/01/2017		5 000 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
WENDEL 2.75% 10/24		100 000,00	109,97%	99,6%	99 611,08	110,6%	110 648,08
WESFARMERS 1.25% 10/21		1 500 000,00	103,95%	100,3%	1 505 232,16	104,2%	1 563 646,44
WHIRLPOOL CORP 0.625% 03/12/20		380 000,00	101,14%	99,8%	379 198,31	101,6%	386 241,20
WP CAREY 2% 01/20/23		6 900 000,00	103,77%	102,4%	7 066 899,63	105,7%	7 290 706,35

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
VIENNA INSURANCE 13-09/10/2043 FRN		342 359,79	121,47%	118,7%	406 381,07	122,7%	420 129,16
VIENNA INSURANCE 15-02/03/2046 FRN		485 009,70	111,98%	109,0%	528 489,40	115,1%	558 257,26
LLOYDS BK GR PLC 4.25% 17-22/11/2027		269 917,82	99,91%	97,9%	264 243,36	100,4%	270 905,78
UBS GROUP FUNDIN 1.5% 16-30/11/2024		267 692,31	104,05%	99,8%	267 071,26	104,2%	278 877,55
CREDIT SUISSE 17-17/07/2025 FRN		133 846,15	101,09%	99,4%	132 984,18	101,7%	136 075,68
ZF NA CAPITAL 2.75% 15-27/04/2023		133 846,15	109,37%	108,5%	145 267,69	111,2%	148 891,79
LINDE AG 1.5% 13-18/04/2018		138 254,69	99,86%	102,2%	141 337,42	100,9%	139 512,15
ALLIANZ SE 17-06/07/2047		770 309,53	109,73%	107,2%	825 971,52	111,2%	856 901,32
MAPFRE 17-31/03/2047		342 359,79	113,90%	110,0%	376 595,77	117,2%	401 231,49
CNP ASSURANCES 14-05/06/2045 FRN		370 889,77	116,67%	111,5%	413 542,10	119,1%	441 743,85
SCOR SE 15-08/06/2046 FRN		656 189,60	110,06%	107,4%	704 790,42	111,8%	733 309,27
SCOR SE 16-27/05/2048		199 709,88	113,60%	112,0%	223 675,06	115,8%	231 188,28
AIR FRANCE-KLM 3.75% 16-12/10/2022		133 846,15	107,94%	106,0%	141 824,86	108,8%	145 568,29
GROUPAMA 6% 01/23/27		485 009,70	126,32%	121,2%	587 703,37	131,9%	639 952,93
LVMH MOET HENNES 0.75% 17-26/05/2024		252 076,92	101,25%	99,8%	251 683,68	101,7%	256 353,65
PLASTIC OMNIUM S 1.25% 17-26/06/2024		133 846,15	99,38%	100,4%	134 390,46	100,0%	133 883,82
MUTUELLE NAT HOSP 6.25% 30/06/2027		998 549,39	100,00%	100,0%	998 549,39	103,2%	1 030 010,53
ENGIE 2% 17-28/09/2037		89 230,77	103,65%	99,1%	88 417,88	104,2%	92 947,73
YUM BRANDS INC T/L 1L 23/05/2023		955 637,01	100,36%	100,4%	959 419,74	100,4%	959 419,74
MRH (GB) LIMITED T/LB1 06/12/2023		752 866,03	100,28%	100,3%	755 239,77	100,3%	755 239,77
AT&T INC 4.9% 17-14/08/2037		125 246,86	101,54%	102,7%	128 652,68	103,5%	129 618,45
AT&T INC 5.15% 17-14/02/2050		106 292,59	101,61%	102,7%	109 135,95	103,7%	110 182,30
AMAZON.COM INC 3.15% 17-22/08/2027		217 045,00	100,32%	102,3%	221 946,03	101,4%	220 179,93
AMERICAN EXPRESS 2.7% 17-03/03/2022		148 660,96	100,35%	112,7%	167 573,47	101,2%	150 491,02
AMGEN INC 4.563% 17-15/06/2048		334 487,16	111,94%	109,3%	365 631,81	112,1%	375 077,07
APPLE INC 3.35% 17-09/02/2027		172 818,37	102,53%	111,1%	191 978,47	103,8%	179 450,06
APPLE INC 3.2% 17-11/05/2027		63 180,91	101,36%	109,7%	69 291,21	101,8%	64 315,78
APPLE INC 2.75% 17-13/01/2025		226 707,97	99,20%	103,5%	234 555,93	99,6%	225 700,09
BRDCOM CRP / FIN 3.5% 17-15/01/2028		154 607,40	95,50%	101,5%	156 997,82	96,2%	148 751,44
CCO HOLDINGS LLC 5% 17-01/02/2028		133 423,21	97,72%	100,1%	133 513,89	99,7%	133 014,92
CF INDUSTRIES IN 4.5% 16-01/12/2026		137 511,39	104,40%	106,8%	146 866,66	104,8%	144 064,25
CELGENE CORP 3.875% 15-15/08/2025		297 321,92	103,64%	116,1%	345 305,23	105,1%	312 478,09
CHEVRON CORP 1.991% 17-03/03/2020		118 928,77	99,15%	113,0%	134 358,40	99,8%	118 688,19
CITIGROUP INC 4.125% 16-25/07/2028		185 826,20	103,26%	111,0%	206 200,25	105,0%	195 177,33
CITIGROUP INC 17-24/07/2028 FRN		182 109,68	101,55%	104,7%	190 580,93	103,1%	187 823,11
COMCAST CORP 3.15% 16-01/03/2026		371 652,40	100,82%	111,9%	415 757,79	101,9%	378 565,88
COX COMMUN INC 4.6% 17-15/08/2047		29 732,19	101,31%	102,5%	30 466,06	103,1%	30 663,35
CREDIT SUISSE 4.282% 17-09/01/2028		260 156,68	104,35%	111,3%	289 501,80	106,4%	276 756,56
DNB BANK ASA 2.375% 16-02/06/2021		260 156,68	99,39%	113,1%	294 268,30	99,6%	259 045,09
DANSKE BANK A/S 2.2% 17-02/03/2020		111 495,72	99,59%	113,2%	126 214,05	100,3%	111 842,81
JOHN DEERE CAP 2.65% 17-06/01/2022		185 826,20	100,61%	115,6%	214 767,39	101,9%	189 340,87
DOMINION RES 2.75% 17-15/01/2022		120 787,03	99,91%	113,6%	137 171,33	101,2%	122 199,23
E*TRADE FINL 3.8% 17-24/08/2027		34 563,67	99,85%	102,3%	35 355,12	101,2%	34 969,95
EXPRESS SCRIPTS 4.5% 16-25/02/2026		148 660,96	106,27%	113,7%	169 001,08	107,8%	160 300,31
EXPRESS SCRIPTS 3.4% 16-01/03/2027		111 495,72	98,29%	104,3%	116 287,88	99,4%	110 847,30
FORTIS INC 3.055% 17-04/10/2026		260 156,68	96,71%	106,3%	276 542,38	97,4%	253 496,95
GOODMAN US 3.7% 17-15/03/2028		188 056,12	99,41%	99,8%	187 762,60	100,4%	188 746,30
GUARDIAN LIFE IN 7.375% 09-30/09/2039		277 162,30	180,33%	178,9%	495 971,35	182,5%	505 927,75
HSBC HOLDINGS 17-13/03/2028		148 660,96	104,30%	113,3%	168 391,71	105,5%	156 845,04
JOHNSON&JOHNSON 3.625% 17-03/03/2037		96 629,63	105,83%	112,7%	108 888,91	107,0%	103 405,89
LLOYDS BK GR PLC 3% 17-11/01/2022		297 321,92	100,57%	114,2%	339 559,90	102,0%	303 188,25
MASS MUTUAL LIFE 8.875% 09-01/06/2039		77 407,47	199,24%	204,6%	158 380,54	200,1%	154 892,46
MORGAN STANLEY 17-22/07/2028 FRN		197 347,43	101,01%	104,2%	205 675,82	102,6%	202 417,77
NXP BV/NXP FUNDI 4.625% 15-15/06/2022		74 330,48	104,85%	110,0%	81 770,41	105,0%	78 075,22
NXP BV/NXP FUNDI 4.125% 16-01/06/2021		74 330,48	102,22%	106,2%	78 947,80	102,6%	76 228,32



(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
NXP BV/NXP FUNDI 3.875% 16-01/09/2022		74 330,48	101,35%	106,6%	79 205,65	102,6%	76 283,02
NATIONWIDE BLDG 17-18/10/2032 FRN		278 739,30	100,21%	101,3%	282 279,37	101,0%	281 611,11
NEW YORK LIFE 6.75% 09-15/11/2039		39 594,61	173,84%	174,8%	69 198,94	174,9%	69 233,99
NOVARTIS CAPITAL 3.1% 17-17/05/2027		249 007,11	102,05%	112,6%	280 442,70	102,4%	255 030,02
PHILLIPS 66 PTNR 3.75% 17-01/03/2028		29 732,19	100,23%	101,2%	30 090,70	101,0%	30 038,19
PROCTER & GAMBLE 2.45% 16-03/11/2026		371 652,40	96,52%	109,4%	406 426,54	96,9%	360 144,45
REPUBLIC SVCS 3.375% 17-15/11/2027		232 654,41	100,92%	102,7%	239 035,62	101,3%	235 765,69
ROCKWELL COLLINS 2.8% 17-15/03/2022		115 212,25	100,21%	110,4%	127 181,99	101,0%	116 394,04
ROYAL BK CANADA 2.75% 17-01/02/2022		260 156,68	101,28%	111,7%	290 668,28	102,4%	266 444,63
SANTANDER UK GRP 3.571% 17-10/01/2023		371 652,40	101,51%	115,6%	429 655,09	103,2%	383 518,45
SCENTRE MGMT/RE1 3.75% 17-23/03/2027		63 180,91	101,61%	111,1%	70 183,39	102,6%	64 837,80
SIEMENS FINAN 1.3% 16-13/09/2019		185 826,20	98,50%	111,3%	206 792,91	98,9%	183 763,31
SIEMENS FINAN 4.2% 17-16/03/2047		185 826,20	109,97%	113,1%	210 089,31	111,2%	206 605,19
TARGET CORP 2.5% 16-15/04/2026		260 156,68	96,23%	108,1%	281 149,92	96,7%	251 692,57
TEACHERS INS&ANN 4.27% 17-15/05/2047		551 355,00	127,24%	126,9%	699 803,54	127,9%	705 072,42
3M CO 2.875% 17-15/10/2027		293 605,40	99,56%	100,1%	293 812,06	100,3%	294 382,51
VERIZON COMM INC 4.15% 14-15/03/2024		297 321,92	105,29%	119,5%	355 299,55	106,5%	316 642,06
VMWARE INC 3.9% 17-21/08/2027		103 319,37	101,12%	102,2%	105 616,91	102,5%	105 916,78
WELLS FARGO CO 3% 16-23/10/2026		371 652,40	98,10%	107,5%	399 497,60	98,7%	366 668,14
WELLS FARGO CO 3.069% 17-24/01/2023		228 566,23	100,78%	112,3%	256 590,09	102,1%	233 386,19
PRUDENTIAL PLC 6.125% 01-19/12/2031		831 994,15	117,81%	115,0%	956 864,47	118,0%	981 668,73
NATIONAL GRID 4.375% 05-10/03/2020		178 461,54	109,62%	113,7%	202 855,45	113,2%	201 970,13
HSBC HLDGS PLC 6.75% 08-11/09/2028		301 426,45	134,27%	123,2%	371 362,87	136,3%	410 905,17
BRAMBLES FINANCE 4.625% 11-20/04/2018		223 076,92	101,44%	106,4%	237 443,08	104,7%	233 499,44
BG ENERGY CAP 3% 11-16/11/2018		223 076,92	102,86%	106,0%	236 453,08	103,2%	230 288,02
AKZO NOBEL NV 4% 11-17/12/2018		133 846,15	103,98%	108,4%	145 125,37	104,1%	139 382,74
SVENSKA HANDELSBANKEN 4% 12-18/01/2019		251 188,71	103,32%	111,3%	279 601,79	107,1%	269 086,44
COMPASS GROUP 3.125% 12-13/02/2019		89 230,77	103,60%	107,1%	95 530,46	106,3%	94 896,56
BAA FUNDING LTD 6% 12-20/03/2020		100 475,48	110,31%	118,8%	119 354,67	115,0%	115 560,07
MUNICH RE 6.25% 05/26/42		656 189,60	123,50%	124,7%	817 983,13	127,3%	835 016,55
GE CAP EUR FUND 2.875% 12-18/06/2019		223 076,92	104,45%	107,4%	239 667,15	106,0%	236 456,69
DELTA LLOYD LEVE 12-29/08/2042 FRN		171 179,89	136,09%	133,8%	228 987,35	139,2%	238 199,74
HANNOVER FINANCE 12-30/06/2043 FRN		656 189,60	120,72%	121,0%	793 789,70	123,2%	808 709,54
STANDARD LIFE ABERDEEN 12-04/12/2042 FRN		795 820,49	101,22%	99,8%	794 152,12	101,6%	808 401,17
AQUARIUS + INV 13-02/10/2043 FRN		370 889,77	116,78%	115,3%	427 635,91	117,8%	437 021,65
ACHMEA BV 13-04/04/2043 FRN		784 574,52	118,83%	115,5%	906 165,74	123,3%	967 225,78
AVIVA PLC 13-05/07/2043 FRN		285 299,82	124,51%	120,3%	343 073,04	127,5%	363 785,14
RL FINCE BNDS 13-30/11/2043 FRN		940 515,12	102,52%	100,2%	942 147,86	103,0%	968 572,84
FINMEC FINANCE 4.5% 01/21		44 615,38	111,98%	112,0%	49 969,23	116,2%	51 864,60
AXA SA 14-16/01/2054 FRN		253 215,61	108,69%	109,4%	276 903,23	113,5%	287 328,72
ING VERZEKERING 14-08/04/2044 FRN		627 659,61	116,14%	112,0%	702 824,71	119,5%	750 198,19
AEGON NV 14-25/04/2044 FRN		370 889,77	112,60%	105,5%	391 103,26	115,3%	427 773,98
COMPASS GROUP 1.875% 14-27/01/2023		178 461,54	107,33%	107,3%	191 574,89	109,1%	194 642,05
PENSION INSURNCE 6.5% 14-03/07/2024		940 515,12	101,60%	95,3%	896 738,97	104,5%	982 499,08
DANICA PENSION 15-29/09/2045 FRN		342 359,79	116,46%	114,4%	391 574,01	117,6%	402 522,88
UNIQA INSURANCE 15-27/07/2046 FRN		599 129,63	125,66%	120,5%	722 022,53	128,2%	768 338,50
GLAXOSMITHKLINE 0.625% 14-02/12/2021		133 846,15	101,38%	101,7%	136 156,34	101,4%	135 755,67
ESURE GROUP 6.75% 14-19/12/2024		813 907,32	105,07%	97,4%	792 726,11	105,3%	856 757,05
ASR NEDERLAND NV 15-29/09/2045 FRN		342 359,79	121,69%	113,8%	389 708,15	123,0%	421 078,82
LEGAL & GENL GRP 15-27/10/2045 FRN		325 562,93	101,60%	96,0%	312 387,31	102,5%	333 554,98
CYBG PLC 16-09/02/2026		100 475,48	106,70%	102,1%	102 565,34	108,7%	109 203,22
JAPAN TOBACCO 2% 16-13/04/2021		371 652,40	98,27%	108,4%	402 702,66	98,7%	366 807,26
JOHNSON&JOHNSON 1.15% 16-20/11/2028		267 692,31	101,41%	100,6%	269 352,00	101,5%	271 818,62
ZURICH INSURANCE 16-01/10/2046		142 649,91	112,77%	112,6%	160 659,46	113,6%	162 117,53
DEMETER INVEST 16-15/08/2052		118 783,84	130,78%	132,7%	157 675,24	133,3%	158 355,48



(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
HENKEL AG & CO 1.5% 16-13/09/2019		260 156,68	99,03%	101,8%	264 817,88	99,5%	258 780,61
BAT INTL FINANCE 1.625% 16-09/09/2019		148 660,96	98,54%	108,2%	160 804,86	99,0%	147 227,86
LANDSBANKINN HF 1.625% 16-15/03/2021		133 846,15	103,03%	100,6%	134 582,31	104,3%	139 638,70
N&W GLOBAL VENDI 7% 16-15/10/2023		411 863,16	106,81%	104,5%	430 397,00	108,3%	445 901,32
AMERICAN EXPRESS 0.625% 16-22/11/2021		133 846,15	101,43%	99,6%	133 289,35	101,5%	135 843,85
HEINEKEN NV 1.375% 16-29/01/2027		89 230,77	102,60%	99,7%	88 918,46	104,1%	92 889,03
ARION BANKI HF 1.625% 16-01/12/2021		178 461,54	103,66%	99,5%	177 629,91	103,8%	185 237,59
AMIGO LUXEMBOURG 7.625% 17-15/01/2024		688 119,55	104,57%	109,4%	752 745,43	108,1%	743 612,42
WPC EUROBOND 2.25% 17-19/07/2024		535 384,62	104,74%	99,9%	534 606,05	105,8%	566 190,27
NESTLE HOLDINGS 2.375% 17-18/01/2022		260 156,68	99,84%	113,4%	294 925,21	102,1%	265 611,48
BARCLAYS PLC 3.125% 17-17/01/2024		251 188,71	104,79%	101,7%	255 414,16	107,8%	270 717,98
SOCIETY LLOYDS 17-07/02/2047		904 341,46	100,59%	97,9%	885 416,17	104,5%	944 754,67
UNILEVER PLC 1.125% 17-03/02/2022		251 188,71	100,20%	103,0%	258 754,61	101,2%	254 262,72
BANK OF AMER CRP 17-07/02/2022		89 230,77	101,62%	100,0%	89 230,77	102,3%	91 267,30
SWEDBANK AB 0.3% 17-06/09/2022		178 461,54	99,81%	99,8%	178 111,75	99,9%	178 291,01
BALDER 1.875% 17-14/03/2025		133 846,15	101,99%	99,0%	132 551,86	103,5%	138 513,70
ASAHI GROUP 1.151% 17-19/09/2025		89 230,77	100,21%	100,0%	89 230,77	100,5%	89 707,24
ABN AMRO BANK NV 17-27/03/2028		148 660,96	103,06%	111,6%	165 930,15	104,2%	154 896,93
VOLKSWAGEN INTFN 1.875% 17-30/03/2027		133 846,15	103,40%	99,4%	133 041,29	104,8%	140 300,38
FOUR FINANCE SA 10.75% 17-01/05/2022		222 784,27	107,65%	109,7%	244 482,97	109,4%	243 759,00
NESTLE HOLDINGS 2.25% 17-10/05/2022		111 495,72	99,22%	109,9%	122 507,63	100,7%	112 226,57
GEN ELECTRIC CO 2.125% 17-17/05/2037		267 692,31	99,49%	99,4%	266 201,26	100,8%	269 885,50
AKELIUS RESIDENT 1.75% 17-07/02/2025		133 846,15	101,49%	99,5%	133 146,14	102,5%	137 213,69
SWITCH HOLDINGS 2.25% 17-31/05/2027		89 230,77	103,59%	99,6%	88 883,66	104,9%	93 614,78
LEONARDO SPA 1.5% 17-07/06/2024		66 923,08	100,28%	99,1%	66 352,22	101,1%	67 680,97
FIDELITY NATIONA 1.1% 17-15/07/2024		133 846,15	99,43%	99,8%	133 540,98	99,9%	133 778,78
DEUTSCHE BAHN FIN 1.375% 17-07/07/2025		173 320,21	99,41%	100,3%	173 871,13	100,1%	173 461,99
AA BOND CO LTD 2.75% 17-31/07/2023		100 475,48	99,35%	100,6%	101 072,66	100,6%	101 119,48
ANNINGTON FND PL 2.646% 17-12/07/2025		50 237,74	101,95%	101,3%	50 898,85	103,2%	51 845,16
ANNINGTON FND PL 3.685% 17-12/07/2034		100 475,48	105,65%	101,3%	101 797,70	107,4%	107 899,31
ABN AMRO BANK NV 1% 17-30/06/2020		150 713,22	100,00%	97,7%	147 297,56	100,0%	150 716,73
UNITED GROUP 17-01/07/2023 FRN		575 003,76	100,85%	100,0%	575 003,76	101,8%	585 208,61
ADO PROPERTIES 1.5% 17-26/07/2024		133 846,15	101,01%	99,7%	133 379,03	101,7%	136 056,77
UNILEVER NV 0.875% 17-31/07/2025		89 230,77	100,79%	99,6%	88 915,78	101,2%	90 263,66
GLAXOSMITHKLINE 1% 17-12/09/2026		223 076,92	100,43%	99,9%	222 867,23	100,7%	224 703,40
LANSFORSKR BANK 0.5% 17-19/09/2022		223 076,92	99,65%	99,9%	222 867,23	99,8%	222 604,47
NORTEGAS ENERGIA 0.918% 17-28/09/2022		89 230,77	100,67%	100,0%	89 230,77	100,9%	90 038,15
NORTEGAS ENERGIA 2.065% 17-28/09/2027		44 615,38	101,78%	100,0%	44 615,38	102,3%	45 646,54
CPI PROPERTY GRO 2.125% 17-04/10/2024		89 230,77	100,39%	99,0%	88 373,26	100,9%	90 032,27
RESIDOMO SRO 3.375% 17-15/10/2024		458 665,79	102,30%	100,0%	458 665,79	103,0%	472 516,92
AROUNDTOWN SA 3% 17-16/10/2029		75 356,61	100,83%	96,0%	72 315,23	101,5%	76 453,55
ABN AMRO BANK NV 1.375% 17-07/06/2022		150 713,22	100,51%	98,5%	148 492,54	100,6%	151 617,63
EUROPCAR DRIVE 4.125% 17-15/11/2024		225 321,24	100,50%	100,0%	225 321,24	101,2%	227 945,30
PICARD 5.5% 17-30/11/2024		135 059,02	101,82%	100,0%	135 059,02	102,1%	137 841,17
TLG IMMOBILEN 1.375% 17-27/11/2024		133 846,15	99,72%	99,7%	133 491,46	99,9%	133 647,64
IRON MOUNTAIN UK 3.875% 17-15/11/2025		340 295,44	98,17%	101,2%	344 498,47	98,7%	335 783,93
BORMIOLI PHARMA 17-15/11/2024 FRN		345 670,87	101,06%	100,0%	345 670,87	101,6%	351 057,57
PHILIP MORRIS IN 1.875% 17-06/11/2037		89 230,77	97,26%	98,9%	88 262,62	97,5%	87 029,65
AKELIUS RESIDENT 1.125% 17-14/03/2024		44 615,38	98,88%	99,7%	44 499,83	99,0%	44 181,83
BASF SE 0.875% 17-15/11/2027		66 923,08	98,79%	98,7%	66 036,35	98,9%	66 184,05
DIAGEO FIN PLC 0.5% 17-19/06/2024		133 846,15	98,72%	99,2%	132 795,46	98,8%	132 207,64
BRITISH TELECOMM 3.125% 17-21/11/2031		200 950,97	102,78%	98,7%	198 339,06	103,1%	207 228,42
VODAFONE GROUP 1.875% 17-20/11/2029		178 461,54	99,32%	98,8%	176 271,82	99,5%	177 632,68
VODAFONE GROUP 2.875% 17-20/11/2037		44 615,38	100,78%	98,2%	43 825,25	101,1%	45 105,58

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
ORSTED A/S 1.5% 17-26/11/2029		178 461,54	99,61%	98,8%	176 391,38	99,8%	178 044,31
SPAREBANKEN VEST 0.5% 17-29/11/2022		223 076,92	99,37%	99,7%	222 320,69	99,4%	221 780,26
LANDSBANKINN HF 1% 17-30/05/2023		89 230,77	99,71%	99,4%	88 711,45	99,8%	89 049,16
INMOBILIARIA COL 2.5% 17-28/11/2029		89 230,77	99,13%	100,1%	89 288,32	99,4%	88 652,31
CPI PROPERTY GRO 2.125% 17-04/10/2024		178 461,54	100,39%	100,5%	179 294,06	100,9%	180 064,53
TRITAX BIG BOX 2.625% 17-14/12/2026		100 475,48	101,87%	100,4%	100 897,58	102,0%	102 473,76
TRITAX BIG BOX 3.125% 17-14/12/2031		100 475,48	101,64%	99,4%	99 896,72	101,8%	102 267,17
EQUINIX INC 2.875% 17-01/02/2026		223 076,92	100,17%	100,0%	223 076,92	100,3%	223 782,40
VIENNA INSURANCE 13-09/10/2043 FRN		857 639,72	121,47%	118,7%	1 018 018,35	122,7%	1 052 458,45
VIENNA INSURANCE 15-02/03/2046 FRN		1 214 989,60	111,98%	109,0%	1 323 909,84	115,1%	1 398 480,83
LLOYDS BK GR PLC 4.25% 17-22/11/2027		335 070,40	99,91%	97,9%	328 026,25	100,4%	336 296,84
UBS GROUP FUNDIN 1.5% 16-30/11/2024		332 307,69	104,05%	99,8%	331 536,74	104,2%	346 192,83
CREDIT SUISSE 17-17/07/2025 FRN		166 153,85	101,09%	99,4%	165 083,82	101,7%	168 921,53
ZF NA CAPITAL 2.75% 15-27/04/2023		166 153,85	109,37%	108,5%	180 332,31	111,2%	184 831,18
LINDE AG 1.5% 13-18/04/2018		171 626,52	99,86%	102,2%	175 453,35	100,9%	173 187,50
ALLIANZ SE 17-06/07/2047		1 929 689,37	109,73%	107,2%	2 069 127,29	111,2%	2 146 608,99
MAPFRE 17-31/03/2047		857 639,72	113,90%	110,0%	943 403,69	117,2%	1 005 118,22
CNP ASSURANCES 14-05/06/2045 FRN		929 109,69	116,67%	111,5%	1 035 957,31	119,1%	1 106 605,06
SCOR SE 15-08/06/2046 FRN		1 643 809,46	110,06%	107,4%	1 765 558,56	111,8%	1 837 000,65
SCOR SE 16-27/05/2048		500 289,84	113,60%	112,0%	560 324,62	115,8%	579 145,86
AIR FRANCE-KLM 3.75% 16-12/10/2022		166 153,85	107,94%	106,0%	176 058,44	108,8%	180 705,47
GROUPAMA 6% 01/23/27		1 214 989,60	126,32%	121,2%	1 472 245,78	131,9%	1 603 135,25
LVMH MOET HENNES 0.75% 17-26/05/2024		312 923,08	101,25%	99,8%	312 434,92	101,7%	318 232,11
PLASTIC OMNIUM S 1.25% 17-26/06/2024		166 153,85	99,38%	100,4%	166 829,54	100,0%	166 200,60
MUTUELLE NAT HOSP 6.25% 30/06/2027		2 501 449,18	100,00%	100,0%	2 501 449,18	103,2%	2 580 261,96
ENGIE 2% 17-28/09/2037		110 769,23	103,65%	99,1%	109 760,12	104,2%	115 383,38
YUM BRANDS INC T/L 1L 23/05/2023		473 654,58	100,36%	100,4%	475 529,46	100,4%	475 529,46
MRH (GB) LIMITED TLB1 06/12/2023		373 152,60	100,28%	100,3%	374 329,13	100,3%	374 329,13
AT&T INC 4.9% 17-14/08/2037		155 478,86	101,54%	102,7%	159 706,77	103,5%	160 905,66
AT&T INC 5.15% 17-14/02/2050		131 949,42	101,61%	102,7%	135 479,12	103,7%	136 778,03
AMAZON.COM INC 3.15% 17-22/08/2027		269 435,18	100,32%	102,3%	275 519,21	101,4%	273 326,82
AMERICAN EXPRESS 2.7% 17-03/03/2022		184 544,64	100,35%	112,7%	208 022,24	101,2%	186 816,44
AMGEN INC 4.563% 17-15/06/2048		415 225,45	111,94%	109,3%	453 887,77	112,1%	465 612,91
APPLE INC 3.35% 17-09/02/2027		214 533,15	102,53%	111,1%	238 318,11	103,8%	222 765,59
APPLE INC 3.2% 17-11/05/2027		78 431,47	101,36%	109,7%	86 016,67	101,8%	79 840,27
APPLE INC 2.75% 17-13/01/2025		281 430,58	99,20%	103,5%	291 172,88	99,6%	280 179,43
BRDCOM CRP / FIN 3.5% 17-15/01/2028		191 926,43	95,50%	101,5%	194 893,85	96,2%	184 656,97
CCO HOLDINGS LLC 5% 17-01/02/2028		165 628,82	97,72%	100,1%	165 741,39	99,7%	165 121,97
CF INDUSTRIES IN 4.5% 16-01/12/2026		170 703,79	104,40%	106,8%	182 317,24	104,8%	178 838,39
CELGENE CORP 3.875% 15-15/08/2025		369 089,28	103,64%	116,1%	428 654,77	105,1%	387 903,83
CHEVRON CORP 1.991% 17-03/03/2020		147 635,71	99,15%	113,0%	166 789,73	99,8%	147 337,06
CITIGROUP INC 4.125% 16-25/07/2028		230 680,80	103,26%	111,0%	255 972,72	105,0%	242 289,11
CITIGROUP INC 17-24/07/2028 FRN		226 067,19	101,55%	104,7%	236 583,22	103,1%	233 159,72
COMCAST CORP 3.15% 16-01/03/2026		461 361,61	100,82%	111,9%	516 113,11	101,9%	469 943,86
COX COMMUN INC 4.6% 17-15/08/2047		36 908,93	101,31%	102,5%	37 819,94	103,1%	38 064,85
CREDIT SUISSE 4.282% 17-09/01/2028		322 953,12	104,35%	111,3%	359 381,55	106,4%	343 559,87
DNB BANK ASA 2.375% 16-02/06/2021		322 953,12	99,39%	113,1%	365 298,58	99,6%	321 573,21
DANSKE BANK A/S 2.2% 17-02/03/2020		138 408,48	99,59%	113,2%	156 679,51	100,3%	138 839,34
JOHN DEERE CAP 2.65% 17-06/01/2022		230 680,80	100,61%	115,6%	266 607,80	101,9%	235 043,84
DOMINION RES 2.75% 17-15/01/2022		149 942,52	99,91%	113,6%	170 281,66	101,2%	151 695,59
E*TRADE FINL 3.8% 17-24/08/2027		42 906,63	99,85%	102,3%	43 889,12	101,2%	43 410,97
EXPRESS SCRIPTS 4.5% 16-25/02/2026		184 544,64	106,27%	113,7%	209 794,45	107,8%	198 993,49
EXPRESS SCRIPTS 3.4% 16-01/03/2027		138 408,48	98,29%	104,3%	144 357,37	99,4%	137 603,54
FORTIS INC 3.055% 17-04/10/2026		322 953,12	96,71%	106,3%	343 293,99	97,4%	314 685,87
GOODMAN US 3.7% 17-15/03/2028		233 448,97	99,41%	99,8%	233 084,60	100,4%	234 305,75
GUARDIAN LIFE IN 7.375% 09-30/09/2039		694 314,58	180,33%	178,9%	1 242 449,43	182,5%	1 267 391,06

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
HSBC HOLDINGS 17-13/03/2028		184 544,64	104,30%	113,3%	209 037,99	105,5%	194 704,18
JOHNSON&JOHNSON 3.625% 17-03/03/2037		119 954,02	105,83%	112,7%	135 172,45	107,0%	128 365,94
LLOYDS BK GR PLC 3% 17-11/01/2022		369 089,28	100,57%	114,2%	421 522,63	102,0%	376 371,61
MASS MUTUAL LIFE 8.875% 09-01/06/2039		193 912,14	199,24%	204,6%	396 756,40	200,1%	388 018,48
MORGAN STANLEY 17-22/07/2028 FRN		244 983,01	101,01%	104,2%	255 321,71	102,6%	251 277,24
NXP BV/NXP FUNDI 4.625% 15-15/06/2022		92 272,32	104,85%	110,0%	101 508,10	105,0%	96 920,97
NXP BV/NXP FUNDI 4.125% 16-01/06/2021		92 272,32	102,22%	106,2%	98 004,16	102,6%	94 628,26
NXP BV/NXP FUNDI 3.875% 16-01/09/2022		92 272,32	101,35%	106,6%	98 324,26	102,6%	94 696,17
NATIONWIDE BLDG 17-18/10/2032 FRN		346 021,20	100,21%	101,3%	350 415,78	101,0%	349 586,21
NEW YORK LIFE 6.75% 09-15/11/2039		99 187,80	173,84%	174,8%	173 349,11	174,9%	173 436,89
NOVARTIS CAPITAL 3.1% 17-17/05/2027		309 112,28	102,05%	112,6%	348 135,77	102,4%	316 589,00
PHILLIPS 66 PTNR 3.75% 17-01/03/2028		36 908,93	100,23%	101,2%	37 353,97	101,0%	37 288,78
PROCTER & GAMBLE 2.45% 16-03/11/2026		461 361,61	96,52%	109,4%	504 529,49	96,9%	447 075,87
REPUBLIC SVCS 3.375% 17-15/11/2027		288 812,37	100,92%	102,7%	296 733,87	101,3%	292 674,65
ROCKWELL COLLINS 2.8% 17-15/03/2022		143 022,10	100,21%	110,4%	157 881,09	101,0%	144 489,16
ROYAL BK CANADA 2.75% 17-01/02/2022		322 953,12	101,28%	111,7%	360 829,58	102,4%	330 758,86
SANTANDER UK GRP 3.571% 17-10/01/2023		461 361,61	101,51%	115,6%	533 364,94	103,2%	476 091,86
SCENTRE MGMT/RE1 3.75% 17-23/03/2027		78 431,47	101,61%	111,1%	87 124,21	102,6%	80 488,30
SIEMENS FINAN 1.3% 16-13/09/2019		230 680,80	98,50%	111,3%	256 708,43	98,9%	228 119,97
SIEMENS FINAN 4.2% 17-16/03/2047		230 680,80	109,97%	113,1%	260 800,53	111,2%	256 475,40
TARGET CORP 2.5% 16-15/04/2026		322 953,12	96,23%	108,1%	349 013,70	96,7%	312 445,95
TEACHERS INS&ANN 4.27% 17-15/05/2047		1 381 190,08	127,24%	126,9%	1 753 066,02	127,9%	1 766 265,00
3M CO 2.875% 17-15/10/2027		364 475,67	99,56%	100,1%	364 732,21	100,3%	365 440,36
VERIZON COMM INC 4.15% 14-15/03/2024		369 089,28	105,29%	119,5%	441 061,51	106,5%	393 072,91
VMWARE INC 3.9% 17-21/08/2027		128 258,53	101,12%	102,2%	131 110,64	102,5%	131 482,90
WELLS FARGO CO 3% 16-23/10/2026		461 361,61	98,10%	107,5%	495 928,06	98,7%	455 174,24
WELLS FARGO CO 3.069% 17-24/01/2023		283 737,39	100,78%	112,3%	318 525,63	102,1%	289 720,79
PRUDENTIAL PLC 6.125% 01-19/12/2031		2 084 214,47	117,81%	115,0%	2 397 024,99	118,0%	2 459 161,73
NATIONAL GRID 4.375% 05-10/03/2020		221 538,46	109,62%	113,7%	251 820,55	113,2%	250 721,53
HSBC HLDGS PLC 6.75% 08-11/09/2028		374 184,56	134,27%	123,2%	461 002,18	136,3%	510 089,18
BRAMBLES FINANCE 4.625% 11-20/04/2018		276 923,08	101,44%	106,4%	294 756,92	104,7%	289 861,38
BG ENERGY CAP 3% 11-16/11/2018		276 923,08	102,86%	106,0%	293 527,97	103,2%	285 874,79
AKZO NOBEL NV 4% 11-17/12/2018		166 153,85	103,98%	108,4%	180 155,63	104,1%	173 026,86
SVENSKA HANDELSBANKEN 4% 12-18/01/2019		311 820,46	103,32%	111,3%	347 091,88	107,1%	334 038,33
COMPASS GROUP 3.125% 12-13/02/2019		110 769,23	103,60%	107,1%	118 589,54	106,3%	117 802,63
BAA FUNDING LTD 6% 12-20/03/2020		124 728,19	110,31%	118,8%	148 164,41	115,0%	143 453,89
MUNICH RE 6.25% 05/26/42		1 643 809,46	123,50%	124,7%	2 049 115,70	127,3%	2 091 785,84
GE CAP EUR FUND 2.875% 12-18/06/2019		276 923,08	104,45%	107,4%	297 517,85	106,0%	293 532,44
DELTA LLOYD LEVE 12-29/08/2042 FRN		428 819,86	136,09%	133,8%	573 632,33	139,2%	596 710,15
HANNOVER FINANCE 12-30/06/2043 FRN		1 643 809,46	120,72%	121,0%	1 988 509,16	123,2%	2 025 884,58
STANDARD LIFE ABERDEEN 12-04/12/2042 FRN		1 993 596,45	101,22%	99,8%	1 989 417,03	101,6%	2 025 112,09
AQUARIUS + INV 13-02/10/2043 FRN		929 109,69	116,78%	115,3%	1 071 263,48	117,8%	1 094 775,53
ACHMEA BV 13-04/04/2043 FRN		1 965 424,35	118,83%	115,5%	2 270 020,46	123,3%	2 422 980,93
AVIVA PLC 13-05/07/2043 FRN		714 699,77	124,51%	120,3%	859 426,47	127,5%	911 312,01
RL FINCE BNDS 13-30/11/2043 FRN		2 356 068,53	102,52%	100,2%	2 360 158,66	103,0%	2 426 355,44
FINMEC FINANCE 4.5% 01/21		55 384,62	111,98%	112,0%	62 030,77	116,2%	64 383,65
AXA SA 14-16/01/2054 FRN		634 326,14	108,69%	109,4%	693 665,59	113,5%	719 782,31
ING VERZEKERING 14-08/04/2044 FRN		1572 339,48	116,14%	112,0%	1 760 634,28	119,5%	1 879 308,80
AEGON NV 14-25/04/2044 FRN		929 109,69	112,60%	105,5%	979 746,17	115,3%	1 071 609,35
COMPASS GROUP 1.875% 14-27/01/2023		221 538,46	107,33%	107,3%	237 817,11	109,1%	241 624,62
PENSION INSURANCE 6.5% 14-03/07/2024		2 356 068,53	101,60%	95,3%	2 246 405,64	104,5%	2 461 241,83
DANICA PENSION 15-29/09/2045 FRN		857 639,72	116,46%	114,4%	980 925,43	117,6%	1 008 353,27
UNIQA INSURANCE 15-27/07/2046 FRN		1 500 869,51	125,66%	120,5%	1 808 726,43	128,2%	1 924 751,78
GLAXOSMITHKLINE 0.625% 14-02/12/2019		166 153,85	101,38%	101,7%	169 021,66	101,4%	168 524,27
ESURE GROUP 6.75% 14-19/12/2024		2 038 905,46	105,07%	97,4%	1 985 844,76	105,3%	2 146 247,59
ASR NEDERLAND NV 15-29/09/2045 FRN		857 639,72	121,69%	113,8%	976 251,29	123,0%	1 054 837,43

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
LEGAL & GENL GRP 15-27/10/2045 FRN		815 562,18	101,60%	96,0%	782 556,16	102,5%	835 582,93
CYBG PLC 16-09/02/2026		124 728,19	106,70%	102,1%	127 322,50	108,7%	135 562,62
JAPAN TOBACCO 2% 16-13/04/2021		461 361,61	98,27%	108,4%	499 906,74	98,7%	455 346,95
JOHNSON&JOHNSON 1.15% 16-20/11/2028		332 307,69	101,41%	100,6%	334 368,00	101,5%	337 430,01
ZURICH INSURANCE 16-01/10/2046		357 349,88	112,77%	112,6%	402 465,31	113,6%	406 117,89
DEMETER INVEST 16-15/08/2052		297 563,39	130,78%	132,7%	394 989,57	133,3%	396 693,63
HENKEL AG & CO 1.5% 16-13/09/2019		322 953,12	99,03%	101,8%	328 739,44	99,5%	321 244,90
BAT INTL FINANCE 1.625% 16-09/09/2019		184 544,64	98,54%	108,2%	199 619,82	99,0%	182 765,62
LANDSBANKINN HF 1.625% 16-15/03/2021		166 153,85	103,03%	100,6%	167 067,69	104,3%	173 344,59
N&W GLOBAL VENDI 7% 16-15/10/2023		204 137,00	106,81%	104,5%	213 323,16	108,3%	221 007,76
AMERICAN EXPRESS 0.625% 16-22/11/2021		166 153,85	101,43%	99,6%	165 462,65	101,5%	168 633,74
HEINEKEN NV 1.375% 16-29/01/2027		110 769,23	102,60%	99,7%	110 381,54	104,1%	115 310,53
ARION BANKI HF 1.625% 16-01/12/2021		221 538,46	103,66%	99,5%	220 506,09	103,8%	229 950,12
AMIGO LUXEMBOURG 7.625% 17-15/01/2024		341 061,48	104,57%	109,4%	373 092,83	108,1%	368 566,12
WPC EUROBOND 2.25% 17-19/07/2024		664 615,38	104,74%	99,9%	663 648,90	105,8%	702 856,88
NESTLE HOLDINGS 2.375% 17-18/01/2022		322 953,12	99,84%	113,4%	366 114,06	102,1%	329 724,59
BARCLAYS PLC 3.125% 17-17/01/2024		311 820,46	104,79%	101,7%	317 065,86	107,8%	336 063,70
SOCIETY LLOYDS 17-07/02/2047		2 265 450,51	100,59%	97,9%	2 218 041,06	104,5%	2 366 688,96
UNILEVER PLC 1.125% 17-03/02/2022		311 820,46	100,20%	103,0%	321 212,62	101,2%	315 636,49
BANK OF AMER CRP 17-07/02/2022		110 769,23	101,62%	100,0%	110 769,23	102,3%	113 297,33
SWEDBANK AB 0.3% 17-06/09/2022		221 538,46	99,81%	99,8%	221 104,25	99,9%	221 326,78
BALDER 1.875% 17-14/03/2025		166 153,85	101,99%	99,0%	164 547,14	103,5%	171 948,05
ASAHI GROUP 1.151% 17-19/09/2025		110 769,23	100,21%	100,0%	110 769,23	100,5%	111 360,71
ABN AMRO BANK NV 17-27/03/2028		184 544,64	103,06%	111,6%	205 982,25	104,2%	192 285,84
VOLKSWAGEN INTFN 1.875% 17-30/03/2027		166 153,85	103,40%	99,4%	165 154,71	104,8%	174 165,98
FOUR FINANCE SA 10.75% 17-01/05/2022		110 421,42	107,65%	109,7%	121 176,22	109,4%	120 817,39
NESTLE HOLDINGS 2.25% 17-10/05/2022		138 408,48	99,22%	109,9%	152 078,44	100,7%	139 315,74
GEN ELECTRIC CO 2.125% 17-17/05/2037		332 307,69	99,49%	99,4%	330 456,74	100,8%	335 030,28
AKELIUS RESIDENT 1.75% 17-07/02/2025		166 153,85	101,49%	99,5%	165 284,86	102,5%	170 334,23
SWITCH HOLDINGS 2.25% 17-31/05/2027		110 769,23	103,59%	99,6%	110 338,34	104,9%	116 211,44
LEONARDO SPA 1.5% 17-07/06/2024		83 076,92	100,28%	99,1%	82 368,28	101,1%	84 017,76
FIDELITY NATIONA 1.1% 17-15/07/2024		166 153,85	99,43%	99,8%	165 775,02	99,9%	166 070,20
DEUTSCHE BAHN FIN 1.375% 17-07/07/2025		215 156,12	99,41%	100,3%	215 840,03	100,1%	215 332,12
AA BOND CO LTD 2.75% 17-31/07/2023		124 728,19	99,35%	100,6%	125 469,50	100,6%	125 527,63
ANNINGTON FND PL 2.646% 17-12/07/2025		62 364,09	101,95%	101,3%	63 184,77	103,2%	64 359,52
ANNINGTON FND PL 3.685% 17-12/07/2034		124 728,19	105,65%	101,3%	126 369,55	107,4%	133 943,98
ABN AMRO BANK NV 1% 17-30/06/2020		187 092,28	100,00%	97,7%	182 852,15	100,0%	187 096,62
UNITED GROUP 17-01/07/2023 FRN		284 996,46	100,85%	100,0%	284 996,46	101,8%	290 054,42
ADO PROPERTIES 1.5% 17-26/07/2024		166 153,85	101,01%	99,7%	165 573,97	101,7%	168 898,05
UNILEVER NV 0.875% 17-31/07/2025		110 769,23	100,79%	99,6%	110 378,22	101,2%	112 051,43
GLAXOSMITHKLINE 1% 17-12/09/2026		276 923,08	100,43%	99,9%	276 662,77	100,7%	278 942,15
LANSFORSKR BANK 0.5% 17-19/09/2022		276 923,08	99,65%	99,9%	276 662,77	99,8%	276 336,59
NORTEGAS ENERGIA 0.918% 17-28/09/2022		110 769,23	100,67%	100,0%	110 769,23	100,9%	111 771,49
NORTEGAS ENERGIA 2.065% 17-28/09/2027		55 384,62	101,78%	100,0%	55 384,62	102,3%	56 664,67
CPI PROPERTY GRO 2.125% 17-04/10/2024		110 769,23	100,39%	99,0%	109 704,74	100,9%	111 764,19
RESIDOMO SRO 3.375% 17-15/10/2024		227 334,38	102,30%	100,0%	227 334,38	103,0%	234 199,60
AROUNDTOWN SA 3% 17-16/10/2029		93 546,14	100,83%	96,0%	89 770,63	101,5%	94 907,85
ABN AMRO BANK NV 1.375% 17-07/06/2022		187 092,28	100,51%	98,5%	184 335,57	100,6%	188 214,99
EUROPCAR DRIVE 4.125% 17-15/11/2024		111 678,84	100,50%	100,0%	111 678,84	101,2%	112 979,44
PICARD 5.5% 17-30/11/2024		66 941,03	101,82%	100,0%	66 941,03	102,1%	68 319,98
TLG IMMOBILEN 1.375% 17-27/11/2024		166 153,85	99,72%	99,7%	165 713,54	99,9%	165 907,41
IRON MOUNTAIN UK 3.875% 17-15/11/2025		168 664,98	98,17%	101,2%	170 748,17	98,7%	166 428,88
BORMIOLI PHARMA 17-15/11/2024 FRN		171 329,27	101,06%	100,0%	171 329,27	101,6%	173 999,15
PHILIP MORRIS IN 1.875% 17-06/11/2037		110 769,23	97,26%	98,9%	109 567,38	97,5%	108 036,81
AKELIUS RESIDENT 1.125% 17-14/03/2024		55 384,62	98,88%	99,7%	55 241,17	99,0%	54 846,41
BASF SE 0.875% 17-15/11/2027		83 076,92	98,79%	98,7%	81 976,15	98,9%	82 159,52

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
<b>Designação</b>							
DIAGEO FIN PLC 0.5% 17-19/06/2024		166 153,85	98,72%	99,2%	164 849,54	98,8%	164 119,82
BRITISH TELECOMM 3.125% 17-21/11/2031		249 456,37	102,78%	98,7%	246 214,00	103,1%	257 249,08
VODAFONE GROUP 1.875% 17-20/11/2029		221 538,46	99,32%	98,8%	218 820,18	99,5%	220 509,53
VODAFONE GROUP 2.875% 17-20/11/2037		55 384,62	100,78%	98,2%	54 403,75	101,1%	55 993,14
ORSTED A/S 1.5% 17-26/11/2029		221 538,46	99,61%	98,8%	218 968,62	99,8%	221 020,53
SPAREBANKEN VEST 0.5% 17-29/11/2022		276 923,08	99,37%	99,7%	275 984,31	99,4%	275 313,42
LANDSBANKINN HF 1% 17-30/05/2023		110 769,23	99,71%	99,4%	110 124,55	99,8%	110 543,78
IMOBILIARIA COL 2.5% 17-28/11/2029		110 769,23	99,13%	100,1%	110 840,68	99,4%	110 051,15
CPI PROPERTY GRO 2.125% 17-04/10/2024		221 538,46	100,39%	100,5%	222 571,94	100,9%	223 528,39
TRITAX BIG BOX 2.625% 17-14/12/2026		124 728,19	101,87%	100,4%	125 252,16	102,0%	127 208,80
TRITAX BIG BOX 3.125% 17-14/12/2031		124 728,19	101,64%	99,4%	124 009,73	101,8%	126 952,34
EQUINIX INC 2.875% 17-01/02/2026		276 923,08	100,17%	100,0%	276 923,08	100,3%	277 798,85
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>389 773 110,68</b>			<b>408 268 960,31</b>		<b>424 497 878,06</b>
2.2.2.4 - Corporate Loans							
ENV RESOUR MNG 1ST LIEN T/L 09/05/2021		187 050,14	99,97%	100,0%	186 997,19	100,0%	186 997,19
DOC GENERICI 5% 16-23/06/2023		955 637,01	100,36%	100,4%	959 101,19	100,4%	959 101,19
ASPECT SOFTWARE % 16-25/05/2020		218 429,29	98,72%	98,8%	215 857,48	98,8%	215 857,48
TMF GROUP HOLDING BV T/L 16/10/2023		334 304,51	100,18%	100,2%	335 060,41	100,2%	335 060,41
SLV HOLDING GMBH T/L B LN1 13/12/2023		688 932,66	95,57%	95,6%	658 637,15	95,6%	658 637,15
SEBIA SA % 16-31/12/2049		0,00	0,12%	0,1%	0,00	0,1%	0,00
ELSAN GROUPE SAS % 16-30/10/2022		668 609,03	100,73%	100,9%	674 789,80	100,9%	674 789,80
VERISURE HOLDING % 16-21/10/2022		668 609,03	99,59%	100,0%	668 771,60	100,0%	668 771,60
LSF10 XL BIDCO SCA TLB LIEN1 03/02/2024		685 070,67	100,42%	100,5%	688 343,15	100,5%	688 343,15
FEATHER BIDCO % 17-02/02/2024		752 866,03	100,64%	102,0%	767 856,98	102,0%	767 856,98
LGC LTD % 17-29/01/2023		668 609,03	100,52%	100,5%	672 129,20	100,5%	672 129,20
VGROU LTD % 17-27/01/2024		276 391,74	99,66%	99,7%	275 555,20	99,7%	275 555,20
EIRCOM IRELAND 3.25% 17-10/03/2024		421 742,43	100,09%	100,5%	423 700,61	100,5%	423 700,61
TACKLE SARL TL 17-23/06/2022		668 609,03	100,19%	100,2%	670 057,67	100,2%	670 057,67
PROSOL GROUP TLB 17-21/04/2024		701 153,00	100,82%	101,4%	710 960,67	101,4%	710 960,67
COMDATA 4.5% 17-21/04/2024		17 410,93	99,94%	100,0%	17 407,18	100,0%	17 407,18
GARDA WORLD SECU 5.1504% 17-05/04/2024		711 946,89	100,66%	101,1%	720 011,10	101,1%	720 011,10
LAUREATE EDUCATI 5.6554% 17-21/04/2024		876 047,94	100,99%	100,6%	881 037,09	100,6%	881 037,09
DHX MEDIA LTD 5.1809% 17-22/12/2023		277 087,94	100,35%	100,4%	278 171,06	100,4%	278 171,06
AI ROBIN FINCO L 4.5% 17-03/07/2024		678 790,89	100,22%	101,4%	688 293,74	101,4%	688 293,74
SECURUS TECH HLD 5.7018% 17-25/08/2024		278 480,34	101,22%	101,3%	282 024,97	101,3%	282 024,97
KIWI VFS SUB II 4.2926% 17-15/06/2024		376 433,01	100,84%	101,6%	382 337,35	101,6%	382 337,35
WESTERN DENTAL 6.4781% 17-23/06/2023		319 038,29	100,82%	100,9%	321 954,74	100,9%	321 954,74
CALDIC BV 3.25% 17-28/06/2024		334 304,51	100,23%	100,6%	336 339,40	100,6%	336 339,40
VERINT SYSTEMS 3.4864% 17-23/06/2024		23 818,48	100,45%	101,1%	24 072,18	101,1%	24 072,18
INVENTIV GRP 3.4309% 17-26/06/2024		269 776,09	100,25%	100,3%	270 523,14	100,3%	270 523,14
CLEAN HARBORS 3.2503% 17-28/06/2024		277 087,94	100,66%	100,7%	278 996,31	100,7%	278 996,31
WELLNESS MERGER 6.0174% 17-29/06/2024		304 129,95	100,93%	101,0%	307 265,06	101,0%	307 265,06
SK SPICE SARL 4% 17-11/07/2024		708 230,75	100,87%	101,9%	721 589,07	101,9%	721 589,07
ORBITER GRP SARL T/L B 07/07/2024		405 882,62	101,07%	101,1%	410 292,13	101,1%	410 292,13
BIO LAM LCD SELA 3.5% 17-14/06/2024		187 115,44	100,78%	100,9%	188 729,68	100,9%	188 729,68
PEAK 10 HOLDING 4.8035% 17-24/07/2024		277 784,14	100,08%	100,1%	278 129,76	100,1%	278 129,76
TRAVEL LEADERS 5.8139% 17-25/01/2024		343 365,12	101,53%	102,3%	351 235,64	102,3%	351 235,64
USS ULTIMATE SER 5.0628% 17-10/08/2024		381 450,74	100,76%	100,8%	384 609,32	100,8%	384 609,32
HOMEVI 3.25% 17-11/10/2024		668 716,28	100,49%	100,8%	674 354,05	100,8%	674 354,05
EUSKALTEL SA 2.75% 17-22/11/2024		334 304,51	100,07%	100,1%	334 543,54	100,1%	334 543,54
PACKERS HOLDINGS 4.6419% 17-17/11/2024		278 480,34	100,45%	100,7%	280 504,43	100,7%	280 504,43
WME IMG 19/03/2021		487 322,99	100,60%	101,4%	494 123,34	101,4%	494 123,34
BUSY BEESERIES LTD T/L B 12/05/2022		376 433,01	100,60%	100,7%	379 086,92	100,7%	379 086,92

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
ACTION HOLDING BV T/L 10/02/2022		1 064 096,85	100,59%	100,6%	1 070 636,65	100,6%	1 070 636,65
OPTIV SECURITY 1L T/L 13/01/2024		0,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
SOLERA LLC T/L 1L COV-LITE 03/03/2023		0,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
GLOBAL TEL LINK CO T/L 23/05/2020		277 679,91	100,47%	100,5%	278 990,68	100,5%	278 990,68
ENDO LUX FINANCE T/LB 1L CL 06/04/2024		849 515,22	100,75%	100,8%	856 327,57	100,8%	856 327,57
MAXLINEAR INC T/L 05/04/2024		697 838,99	100,60%	100,8%	703 311,89	100,8%	703 311,89
JADE GERMANY GMBH T/L 21/04/2023		883 407,13	101,09%	101,1%	893 318,92	101,1%	893 318,92
BIO LAM LCD SE T/L 26/05/2024		334 304,51	100,78%	101,0%	337 500,45	101,0%	337 500,45
LABEYRIE FINE FOODS SAS T/L 28/04/2023		334 304,51	101,04%	101,1%	337 904,70	101,1%	337 904,70
INTERNATIONAL PARKI HOLD T/L 30/06/2023		354 192,92	99,21%	99,4%	352 043,71	99,4%	352 043,71
KMG CHEMICALS INC T/L B 07/06/2024		0,00	146,40%	146,4%	0,01	146,4%	0,01
CD&R FIREFLY BIDCO LTD T/L B 13/08/2022		376 433,01	100,69%	100,8%	379 313,66	100,8%	379 313,66
DOC GENERICI SRL 1L T/L B 24/05/2023		70 732,18	100,36%	100,4%	71 012,15	100,4%	71 012,15
ESTERA TLB L+475 12/31/2022		572 643,54	99,55%	99,6%	570 308,06	99,6%	570 308,06
THOM EUROPE SAS T/L B 31/07/2024		222 557,35	100,23%	100,2%	223 079,24	100,2%	223 079,24
TERSERA TL 1L L+525 T/L 30/03/2023		657 201,00	98,97%	100,7%	661 658,41	100,7%	661 658,41
TRANSDIGM GROUP INCORP T/L 15/08/2024		277 087,94	100,56%	100,6%	278 753,57	100,6%	278 753,57
WATERMILL CT RC L 600 T/L 16/08/2023		803 721,04	100,05%	100,5%	807 589,42	100,5%	807 589,42
WATERMILL CT ACQ T/L L 600 16/08/2023		2 491 535,23	100,05%	100,7%	2 507 782,07	100,7%	2 507 782,07
4OVER INTERNATIONAL T/L L+600 07/06/2022		234 703,32	99,97%	100,1%	234 850,22	100,1%	234 850,22
PMG ACQUISITION T/L L+625 22/05/2022		976 700,52	99,97%	100,8%	984 652,63	100,8%	984 652,63
INNOVISTA SENSRS SR T/L E+575 31/07/2023		3 851 340,54	100,00%	100,1%	3 855 646,64	100,1%	3 855 646,64
POLYFRAME GBP L+700 T/L 15/02/2023		1 275 015,84	100,05%	100,1%	1 276 203,72	100,1%	1 276 203,72
EAGLE BIDCO LIMITED T/L 06/05/2022		376 433,01	100,60%	100,7%	378 972,04	100,7%	378 972,04
TRONOX LTD T/L B 13/09/2024		194 288,61	100,72%	100,8%	195 766,33	100,8%	195 766,33
MULTI COLOR CORPORATION T/L 20/09/2024		278 480,34	100,78%	100,8%	280 752,11	100,8%	280 752,11
TRONOX LTD T/L 13/09/2024		84 191,73	100,72%	100,8%	84 832,08	100,8%	84 832,08
TRAVERSE MIDSTREAM PARTN T/L 21/09/2024		278 480,34	101,43%	101,5%	282 608,83	101,5%	282 608,83
STONEMONT TRIPLE MEZZ T/L 15/08/2017		1 840 008,89	99,97%	100,2%	1 843 134,04	100,2%	1 843 134,04
SCANA UNSECURED CLAIMS T/L 01/09/2022		1 966 352,57	98,97%	99,0%	1 946 137,86	99,0%	1 946 137,86
TEKNI-PLEX INC. T/L 04/10/2024		278 480,34	100,66%	101,1%	281 471,86	101,1%	281 471,86
BEACON ROOFING SUPPLY INC T/L 11/10/2024		278 480,34	100,40%	100,4%	279 590,27	100,4%	279 590,27
VANTAGE SPECIAL CHEM INC T/L 20/10/2024		278 480,34	100,78%	101,7%	283 113,89	101,7%	283 113,89
NAVICURE INC T/L 23/10/2024		278 480,34	99,97%	100,4%	279 626,73	100,4%	279 626,73
DISCOVERY MIDSTEAM DD T/L 23/10/2022		1 731 284,57	99,97%	101,9%	1 764 850,38	101,9%	1 764 850,38
CYPRESS PERFORM T/L 1L 25/10/2024		278 480,34	100,53%	100,6%	280 080,69	100,6%	280 080,69
MTN INFRASTRUCT 4.6039% 17-30/10/2024		140 690,59	100,57%	100,6%	141 542,70	100,6%	141 542,70
MTN INFRASTRUCT 4.6039% 17-30/10/2024		137 789,75	100,14%	100,1%	137 980,09	100,1%	137 980,09
MICROSS T/L A L+550 07/08/2023		1 556 930,60	99,97%	100,4%	1 563 762,64	100,4%	1 563 762,64
WAVELENGTH USD SER B1L+700 T/L17/11/2023		566 156,58	99,97%	100,9%	571 238,74	100,9%	571 238,74
WAVELENGTH EUR SER B2E+700 T/L17/11/2023		1 876 322,13	100,00%	100,9%	1 893 594,61	100,9%	1 893 594,61
WAVELENGTH ACQ SER A L+700 T/L17/11/2022		235 898,58	99,97%	100,2%	236 452,85	100,2%	236 452,85
EVERGOOD 4 APS T/L 29/11/2024		986 787,09	98,54%	98,5%	972 373,82	98,5%	972 373,82
OPTIMAL PAYMENTS PLC T/L 01/12/2024		636 767,69	99,91%	99,9%	636 172,31	99,9%	636 172,31
HCO FRANCE SAS T/L 02/12/2024		334 304,51	100,37%	100,4%	335 528,07	100,4%	335 528,07
ARAMARK SERVICES INC T/L 06/03/2025		278 480,34	100,61%	100,6%	280 186,05	100,6%	280 186,05
DIPLOMAT PHARMACY INC T/L 13/12/2024		278 480,34	100,85%	100,8%	280 837,51	100,8%	280 837,51
CHARTER COMMUNICATION T/L 13/04/2025		352 544,42	100,15%	100,2%	353 073,71	100,2%	353 073,71
JACKPOTJOY T/L 27/11/2024		1 122 216,83	100,05%	100,3%	1 125 285,42	100,3%	1 125 285,42
MONARCH LANDSCAPE T/L 23/08/2023		2 358 985,76	99,97%	100,0%	2 358 262,41	100,0%	2 358 262,41
MAINSTREAM AE DD T/L 12% PIK 12/12/2022		2 831 345,76	98,47%	99,1%	2 805 208,73	99,1%	2 805 208,73
DISCOVERY MIDSTREAM T/L 23/10/2022		2 124 758,33	99,97%	100,0%	2 124 156,72	100,0%	2 124 156,72
AIR MEDICAL GRP 5.5672% 17-26/09/2024		278 480,34	100,37%	100,4%	279 503,96	100,4%	279 503,96
MISYS EUROPE SA 4.25% 17-16/06/2024		333 468,75	100,92%	101,3%	337 785,00	101,3%	337 785,00
AMERICAN AXLE 3.2801% 17-06/04/2024		548 606,28	100,49%	100,9%	553 291,56	100,9%	553 291,56
APTEAN INC 5.5174% 17-20/12/2022		398 246,66	100,93%	101,0%	402 147,42	101,0%	402 147,42

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
ASURION LLC 7.3041% 17-04/08/2025		393 148,52	102,94%	103,0%	404 952,43	103,0%	404 952,43
AVANTOR INC 4.25% 17-22/09/2024		571 758,23	100,79%	100,9%	577 014,72	100,9%	577 014,72
INTL CAR WASH GR 4.8103% 17-03/10/2024		278 480,34	100,47%	101,3%	282 022,19	101,3%	282 022,19
CT TECHNOLOGIES 5.3996% 15-01/12/2021		552 709,13	99,91%	100,0%	552 594,05	100,0%	552 594,05
CHANGE HEALTHCAR % 16-03/02/2024		760 711,33	100,27%	100,3%	763 005,51	100,3%	763 005,51
DOOSAN INFRACORE 3.9237% 17-11/05/2024		767 060,65	100,55%	101,6%	779 458,42	101,6%	779 458,42
EIG INVESTORS T/LIST LIEN 09/11/2019		624 573,57	100,75%	101,3%	632 579,61	101,3%	632 579,61
ELDORADO RESORTS 3.3982% 16-17/04/2024		367 498,03	100,17%	100,3%	368 691,79	100,3%	368 691,79
ELECTRO RENT COR % 17-23/01/2024		389 474,54	101,35%	101,4%	394 932,94	101,4%	394 932,94
EQUIAN LLC 4.9204% 17-19/05/2024		277 087,94	101,03%	101,3%	280 559,10	101,3%	280 559,10
EVERI PAYMENTS 5.6557% 17-01/05/2024		891 294,52	101,12%	101,6%	905 232,56	101,6%	905 232,56
GTT COMMUNICATIO % 16-09/01/2024		275 699,02	100,80%	100,8%	278 030,23	100,8%	278 030,23
INFOR US INC % 17-06/02/2022		650 206,78	100,45%	100,8%	655 654,54	100,8%	655 654,54
INFORMATION RESO % 16-18/01/2024		553 483,30	100,62%	101,7%	562 786,53	101,7%	562 786,53
PHARMACEUTICAL P % 15-18/08/2022		552 709,08	100,24%	100,3%	554 229,78	100,3%	554 229,78
LEVEL 3 FIN INC 3.2837% 17-17/02/2024		556 960,69	100,11%	100,5%	559 977,50	100,5%	559 977,50
MA FINANCECO LLC 2.671% 17-21/06/2024		334 304,51	100,63%	100,7%	336 477,50	100,7%	336 477,50
CSC HOLDINGS CABLEVISION T/L 14/07/2025		554 175,88	99,73%	99,9%	553 481,51	99,9%	553 481,51
PHARMERICA CORP 4.8103% 17-06/12/2024		278 480,34	100,62%	100,9%	280 893,63	100,9%	280 893,63
POST HOLDINGS IN 3.432% 17-24/05/2024		368 566,86	100,45%	100,5%	370 240,34	100,5%	370 240,34
ROBERTSHAW HOLD 5.8072% 17-10/08/2024		277 784,14	100,97%	101,0%	280 624,29	101,0%	280 624,29
TUPELO BUYER INC 5.5692% 17-09/10/2024		278 480,34	101,10%	101,5%	282 667,94	101,5%	282 667,94
AXALTA COATING S 3.1796% 17-01/06/2024		460 758,47	100,50%	100,5%	463 204,20	100,5%	463 204,20
UNIVAR USA INC 3.9129% 17-01/07/2024		277 784,14	100,44%	100,5%	279 088,21	100,5%	279 088,21
UNIVISION COMM 3.8982% 17-15/03/2024		0,01	120,05%	120,0%	0,01	120,0%	0,01
VANTIV LLC 3.3092% 17-07/08/2024		102 722,49	100,58%	100,6%	103 314,19	100,6%	103 314,19
VANTIV LLC 3.3092% 17-07/08/2024		366 020,08	100,63%	100,8%	368 932,78	100,8%	368 932,78
ENV RESOUR MNG 1ST LIEN T/L 09/05/2021		92 710,05	99,97%	100,0%	92 683,80	100,0%	92 683,80
DOC GENERICI 5% 16-23/06/2023		473 654,58	100,36%	100,4%	475 371,57	100,4%	475 371,57
ASPECT SOFTWARE % 16-25/05/2020		108 262,90	98,72%	98,8%	106 988,20	98,8%	106 988,20
TMF GROUP HOLDING BV T/L 16/10/2023		165 695,62	100,18%	100,2%	166 070,27	100,2%	166 070,27
SLV HOLDING GMBH T/L B LN1 13/12/2023		341 464,49	95,57%	95,6%	326 448,74	95,6%	326 448,74
SEBIA SA % 16-31/12/2049		0,00	0,12%	0,1%	0,00	0,1%	0,00
ELSAN GROUPE SAS % 16-30/10/2022		331 391,23	100,73%	100,9%	334 454,69	100,9%	334 454,69
VERISURE HOLDING % 16-21/10/2022		331 391,23	99,59%	100,0%	331 471,81	100,0%	331 471,81
LSF10 XL BIDCO SCA TLB LIEN1 03/02/2024		339 550,33	100,42%	100,5%	341 172,31	100,5%	341 172,31
FEATHER BIDCO % 17-02/02/2024		373 152,60	100,64%	102,0%	380 582,76	102,0%	380 582,76
LGC LTD % 17-29/01/2023		331 391,23	100,52%	100,5%	333 135,98	100,5%	333 135,98
VGROUP LTD % 17-27/01/2024		136 991,57	99,66%	99,7%	136 576,95	99,7%	136 576,95
EIRCOM IRELAND 3.25% 17-10/03/2024		209 033,59	100,09%	100,5%	210 004,14	100,5%	210 004,14
TACKLE SARL TL 17-23/06/2022		331 391,23	100,19%	100,2%	332 109,24	100,2%	332 109,24
PROSOL GROUP TLB 17-21/04/2024		347 521,42	100,82%	101,4%	352 382,52	101,4%	352 382,52
COMDATA 4.5% 17-21/04/2024		8 629,60	99,94%	100,0%	8 627,74	100,0%	8 627,74
GARDA WORLD SECU 5.1504% 17-05/04/2024		352 871,33	100,66%	101,1%	356 868,30	101,1%	356 868,30
LAUREATE EDUCATI 5.6554% 17-21/04/2024		434 206,83	100,99%	100,6%	436 679,66	100,6%	436 679,66
DHX MEDIA LTD 5.1809% 17-22/12/2023		137 336,64	100,35%	100,4%	137 873,48	100,4%	137 873,48
AI ROBIN FINCO L 4.5% 17-03/07/2024		336 437,80	100,22%	101,4%	341 147,82	101,4%	341 147,82
SECURUS TECH HLD 5.7018% 17-25/08/2024		138 026,77	101,22%	101,3%	139 783,64	101,3%	139 783,64
KIWI VFS SUB II 4.2926% 17-15/06/2024		186 576,30	100,84%	101,6%	189 502,74	101,6%	189 502,74
WESTERN DENTAL 6.4781% 17-23/06/2023		158 129,02	100,82%	100,9%	159 574,54	100,9%	159 574,54
CALDIC BV 3.25% 17-28/06/2024		165 695,62	100,23%	100,6%	166 704,19	100,6%	166 704,19
VERINT SYSTEMS 3.4864% 17-23/06/2024		11 805,46	100,45%	101,1%	11 931,20	101,1%	11 931,20
INVENTIV GRP 3.4309% 17-26/06/2024		133 712,57	100,25%	100,3%	134 082,84	100,3%	134 082,84
CLEAN HARBORS 3.2503% 17-28/06/2024		137 336,64	100,66%	100,7%	138 282,50	100,7%	138 282,50
WELLNESS MERGER 6.0174% 17-29/06/2024		150 739,81	100,93%	101,0%	152 293,70	101,0%	152 293,70
SK SPICE SARL 4% 17-11/07/2024		351 029,45	100,87%	101,9%	357 650,41	101,9%	357 650,41



(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
ORBITER GRP SARL T/L B 07/07/2024		201 172,79	101,07%	101,1%	203 358,33	101,1%	203 358,33
BIO LAM LCD SELA 3.5% 17-14/06/2024		92 742,41	100,78%	100,9%	93 542,50	100,9%	93 542,50
PEAK 10 HOLDING 4.8035% 17-24/07/2024		137 681,70	100,08%	100,1%	137 853,01	100,1%	137 853,01
TRAVEL LEADERS 5.8139% 17-25/01/2024		170 186,44	101,53%	102,3%	174 087,40	102,3%	174 087,40
USS ULTIMATE SER 5.0628% 17-10/08/2024		189 063,30	100,76%	100,8%	190 628,83	100,8%	190 628,83
HOMEVI 3.25% 17-11/10/2024		331 444,39	100,49%	100,8%	334 238,71	100,8%	334 238,71
EUSKALTEL SA 2.75% 17-22/11/2024		165 695,62	100,07%	100,1%	165 814,09	100,1%	165 814,09
PACKERS HOLDINGS 4.6419% 17-17/11/2024		138 026,77	100,45%	100,7%	139 029,99	100,7%	139 029,99
WME IMG 19/03/2021		241 538,12	100,60%	101,4%	244 908,66	101,4%	244 908,66
BUSY BEESERIES LTD T/L B 12/05/2022		186 576,30	100,60%	100,7%	187 891,69	100,7%	187 891,69
ACTION HOLDING BV T/L 10/02/2022		527 411,91	100,59%	100,6%	530 653,31	100,6%	530 653,31
OPTIV SECURITY 1L T/L 13/01/2024		0,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
SOLERA LLC T/L 1L COV-LITE 03/03/2023		0,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
GLOBAL TEL LINK CO T/L 23/05/2020		137 630,04	100,47%	100,5%	138 279,71	100,5%	138 279,71
ENDO LUX FINANCE T/ LB 1L CL 06/04/2024		421 056,08	100,75%	100,8%	424 432,57	100,8%	424 432,57
MAXLINEAR INC T/L 05/04/2024		345 878,85	100,60%	100,8%	348 591,45	100,8%	348 591,45
JADE GERMANY GMBH T/L 21/04/2023		437 854,36	101,09%	101,1%	442 767,06	101,1%	442 767,06
BIO LAM LCD SE T/L 26/05/2024		165 695,62	100,78%	101,0%	167 279,66	101,0%	167 279,66
LABEYRIE FINE FOODS SAS T/L 28/04/2023		165 695,62	101,04%	101,1%	167 480,02	101,1%	167 480,02
INTERNATIONAL PARKI HOLD T/L 30/06/2023		175 553,16	99,21%	99,4%	174 487,92	99,4%	174 487,92
KMG CHEMICALS INC T/L B 07/06/2024		0,00	146,40%	146,4%	0,00	146,4%	0,00
CD&R FIREFLY BIDCO LTD T/L B 13/08/2022		186 576,30	100,69%	100,8%	188 004,07	100,8%	188 004,07
DOC GENERICI SRL 1L T/L B 24/05/2023		35 057,89	100,36%	100,4%	35 196,66	100,4%	35 196,66
ESTERA TLB L+475 12/31/2022		283 826,63	99,55%	99,6%	282 669,07	99,6%	282 669,07
THOM EUROPE SAS T/L B 31/07/2024		110 308,94	100,23%	100,2%	110 567,61	100,2%	110 567,61
TERSERA TL 1L L+525 T/L 30/03/2023		503 165,75	98,97%	100,7%	506 578,43	100,7%	506 578,43
TRANSDIGM GROUP INCORP T/L 15/08/2024		137 336,64	100,56%	100,6%	138 162,19	100,6%	138 162,19
WATERMILL CT RC L 600 T/L 16/08/2023		322 297,35	100,05%	100,5%	323 848,60	100,5%	323 848,60
WATERMILL CT ACQ T/L L 600 16/08/2023		999 121,80	100,05%	100,7%	1 005 636,89	100,7%	1 005 636,89
PMG ACQUISITION T/L L+625 22/05/2022		747 780,74	99,97%	100,8%	753 869,04	100,8%	753 869,04
INNOVISTA SENSRS SR T/L E+575 31/07/2023		2 948 660,55	100,00%	100,1%	2 951 957,38	100,1%	2 951 957,38
POLYFRAME GBP L+700 T/L 15/02/2023		976 176,70	100,05%	100,1%	977 086,16	100,1%	977 086,16
EAGLE BIDCO LIMITED T/L 06/05/2022		186 576,30	100,60%	100,7%	187 834,75	100,7%	187 834,75
TRONOX LTD T/L B 13/09/2024		96 297,75	100,72%	100,8%	97 030,16	100,8%	97 030,16
MULTI COLOR CORPORATION T/L 20/09/2024		138 026,77	100,78%	100,8%	139 152,75	100,8%	139 152,75
TRONOX LTD T/L 13/09/2024		41 729,02	100,72%	100,8%	42 046,41	100,8%	42 046,41
TRAVERSE MIDSTREAM PARTN T/L 21/09/2024		138 026,77	101,43%	101,5%	140 073,02	101,5%	140 073,02
STONEMONT TRIPLE MEZZ T/L 15/08/2017		1 408 746,27	99,97%	100,2%	1 411 138,94	100,2%	1 411 138,94
SCANA UNSECURED CLAIMS T/L 01/09/2022		1 505 477,43	98,97%	99,0%	1 490 000,65	99,0%	1 490 000,65
TEKNI-PLEX INC. T/L 04/10/2024		138 026,77	100,66%	101,1%	139 509,49	101,1%	139 509,49
BEACON ROOFING SUPPLY INC T/L 11/10/2024		138 026,77	100,40%	100,4%	138 576,90	100,4%	138 576,90
VANTAGE SPECIAL CHEM INC T/L 20/10/2024		138 026,77	100,78%	101,7%	140 323,35	101,7%	140 323,35
NAVICURE INC T/L 23/10/2024		138 026,77	99,97%	100,4%	138 594,97	100,4%	138 594,97
DISCOVERY MIDSTEAM DD T/L 23/10/2022		694 256,35	99,97%	101,9%	707 716,46	101,9%	707 716,46
CYPRESS PERFORM T/L 1L 25/10/2024		138 026,77	100,53%	100,6%	138 819,97	100,6%	138 819,97
MTN INFRASTRUCT 4.6039% 17-30/10/2024		69 732,27	100,57%	100,6%	70 154,61	100,6%	70 154,61
TEKNI-PLEX INC. T/L 04/10/2024		138 026,77	100,66%	101,1%	139 509,49	101,1%	139 509,49
BEACON ROOFING SUPPLY INC T/L 11/10/2024		138 026,77	100,40%	100,4%	138 576,90	100,4%	138 576,90
VANTAGE SPECIAL CHEM INC T/L 20/10/2024		138 026,77	100,78%	101,7%	140 323,35	101,7%	140 323,35
NAVICURE INC T/L 23/10/2024		138 026,77	99,97%	100,4%	138 594,97	100,4%	138 594,97
DISCOVERY MIDSTEAM DD T/L 23/10/2022		694 256,35	99,97%	101,9%	707 716,46	101,9%	707 716,46
CYPRESS PERFORM T/L 1L 25/10/2024		138 026,77	100,53%	100,6%	138 819,97	100,6%	138 819,97
MTN INFRASTRUCT 4.6039% 17-30/10/2024		69 732,27	100,57%	100,6%	70 154,61	100,6%	70 154,61
MONARCH LANDSCAPE T/L 23/08/2023		1 806 084,97	99,97%	100,0%	1 805 531,15	100,0%	1 805 531,15
MAINSTREAM AE DD T/L 12% PIK 12/12/2022		1 135 388,03	98,47%	99,1%	1 124 906,91	99,1%	1 124 906,91













(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
<b>Designação</b>							
EURO-BUND FUTURE 08/03/2018							-88 178
US 10YR NOTE FUT (CBT) 20/03/2018							41 689
EURO-BOBL FUTURE 08/03/2018							964
US 5YR NOTE FUTURE (CBT) 29/03/2018							4 511
LONG GILT FUTURE (LIFFE) 27/03/2018							-3 528
LONG GILT FUTURE (LIFFE) 27/03/2018							-1 131
INTEREST RATE SWAP IRS 1 1,000,000.00 GBP 23/10/2017 23/10/2027							4 998
EURO-BUND FUTURE 08/03/2018							-109 462
US 10YR NOTE FUT (CBT) 20/03/2018							51 752
EURO-BOBL FUTURE 08/03/2018							1 196
US 5YR NOTE FUTURE (CBT) 29/03/2018							5 600
LONG GILT FUTURE (LIFFE) 27/03/2018							-4 380
LONG GILT FUTURE (LIFFE) 27/03/2018							-1 404
INTEREST RATE SWAP IRS 1 1,000,000.00 GBP 23/10/2017 23/10/2027							6 205
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>			<b>0,00</b>		<b>3 203 535,25</b>
<b>2.5 - Depósitos a prazo</b>							
Dep Prazo EUR BES (Imoprime)					7 000 000,00		7 000 077,78
Dep Prazo EUR BES (CORPUS CHRISTI)					0,00		0,00
Dep Prazo Angola					24 419 443,82		24 893 126,89
Dep Prazo MOÇAMBIQUE					2 224 109,71		2 230 203,96
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>			<b>33 643 553,53</b>		<b>34 123 408,63</b>
<b>Total</b>	<b>7 161 529 705</b>	<b>1 164 478 399,28</b>			<b>1 496 071 908,03</b>		<b>1 518 997 950,08</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>7 162 984 707</b>	<b>1 164 478 399,28</b>			<b>1 504 052 378,03</b>		<b>1 544 417 089,93</b>



08

DIVULGAÇÃO  
DAS POLÍTICAS  
DE REMUNERAÇÃO

# DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

A presente divulgação engloba os seguintes 3 componentes:

- Política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização e da Mesa da Assembleia Geral, incluindo quadro com remunerações pagas durante o ano de 2017;
- Política de remuneração dos “Colaboradores com funções-chave”;
- Declaração de cumprimento, nos termos previstos no Artigo 4º da Norma 5/2010.R, de 1 de abril, da ASF.

## POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DE FISCALIZAÇÃO E DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

### 1. Introdução | Objeto

- 1.1 A presente política de remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização e da Mesa da Assembleia Geral da Seguradoras Unidas S.A. (de ora em diante também designada por “Companhia” ou “SU”), tem por objeto dar cumprimento ao regime previsto na Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, que prevê que as entidades de interesse público, como é o caso das empresas de seguros e de resseguros, devem, anualmente, submeter à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.
- 1.2 No que diz respeito à atividade seguradora, esta matéria é ainda regulada pelo Regulamento Delegado (UE) 2015/35 da Comissão de 10 de outubro, bem como pelas disposições constantes da Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e da Circular n.º 6/2010 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), ambas de 1 de abril.
- 1.3 É com base no mencionado enquadramento legal e regulamentar que se procede à elaboração e divulgação da presente Política de Remunerações dos Membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização e da Mesa da Assembleia Geral da Seguradoras Unidas, S.A. para o ano de 2018 (a “Política de Remuneração”), que se submete à aprovação da Assembleia Geral.

### 2. Princípios aplicáveis à Política de Remuneração

A presente Política de Remuneração obedece aos princípios constantes da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, nomeadamente os seguintes:

- A Política de Remuneração e as suas respetivas práticas são estabelecidas, implementadas e mantidas em conformidade com a atividade da Companhia, (i) sendo consistente com uma estratégia de gestão e controlo de riscos eficaz, (ii) evitando uma excessiva exposição ao risco, (iii) evitando potenciais conflitos de interesses e (iv) sendo coerente com os objetivos, valores e interesses da Companhia a longo prazo;
- A Política de Remuneração obedece ao princípio da proporcionalidade, sendo desenhada por forma a ter em conta a organização interna da Companhia, bem como a dimensão, natureza e complexidade dos riscos inerentes à sua atividade;
- A Política de Remuneração obedece aos limites previstos nos Estatutos da Companhia.

### 3. Aprovação, Divulgação e Revisão da Política de Remuneração

#### 3.1 Aprovação

A Política de Remuneração dos órgãos sociais da Companhia é, nos termos previstos no artigo 13.º dos Estatutos da Companhia, aprovada em sede de Assembleia Geral, sob proposta do Comissão de Remuneração.

##### 3.1.1 Comissão de remuneração

#### a) Composição

A Comissão de Remuneração é composta por dois administradores não executivos, eleitos em Assembleia Geral para o período de 2016 a 2018.

#### b) Atribuições

A Comissão de Remuneração realiza as atribuições previstas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, entre as quais, a revisão, com uma periodicidade mínima anual, da Política de Remuneração da Companhia, bem como da implementação da mesma.



### 3.1.2 Consultores Externos

Na definição da referida política de remuneração não são utilizados serviços de Consultores Externos.

### 3.2 Divulgação

A Política de Remuneração é transparente e será objeto de divulgação interna, nomeadamente através da sua publicação no Portal da Companhia. A Política de Remuneração deverá ainda constar nos documentos anuais de prestação de contas, disponíveis no sítio institucional da Companhia durante um período mínimo de 5 anos.

### 3.3 Revisão

A Política de Remuneração é revista com uma periodicidade mínima anual, nos termos previstos no n.º 5 artigo 64.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJAS).

A Política de Remuneração é submetida a uma avaliação interna independente executada pelo Departamento de Risco, com uma periodicidade mínima anual, com vista a apurar o seu eventual impacto ao nível da gestão de riscos, controlo interno e capital necessário, bem como pela Unidade de *Compliance*, a quem compete analisar a Política de Remunerações à luz das recomendações da ASF.

## 4. Membros do Conselho de Administração com Funções Executivas

### 4.1 Remuneração dos membros do Conselho de Administração com funções executivas

A remuneração dos membros do Conselho de Administração com funções executivas é fixada pela Comissão de Remuneração em conformidade com a presente Política de Remuneração, e integra uma componente fixa de remuneração e, eventualmente, uma componente variável.

#### 4.1.1 Componente fixa da remuneração

Os membros do Conselho de Administração com funções executivas auferem uma remuneração fixa mensal, paga 14 (catorze) vezes em cada ano civil completo, cuja definição terá por base o posicionamento competitivo face ao universo de empresas de referência nacional.

Sempre que a remuneração total anual dos membros do Conselho de Administração com funções executivas integre uma componente fixa e uma componente variável, a componente fixa da remuneração obedecerá aos limites que forem fixados anualmente em sede de Assembleia Geral, não devendo, em regra, ser inferior a 60% da mencionada remuneração total anual.

#### 4.1.2 Componente variável da remuneração

À componente fixa poderá acrescer uma remuneração variável, calculada com base em critérios de desempenho individual e/ou coletiva e sujeita a limites, nos termos que vierem a ser definidos em Assembleia Geral.

A remuneração variável anual, quando existente, não deverá, em regra, ser superior a 40% da remuneração total anual, oscilando contudo o seu valor exato, em cada ano, em função da avaliação do desempenho individual e global dos membros do Conselho de Administração com funções executivas, bem como do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais da Companhia, designadamente do Resultado Líquido do Exercício do ano anterior, da Rentabilidade dos Capitais Próprios e do Rácio Combinado, tendo sempre em consideração no processo de avaliação a adequabilidade, quer dos capitais

próprios da Companhia aos riscos assumidos, quer ainda da representação das provisões técnicas.

O pagamento da componente variável da remuneração, quando atribuída, tem lugar preferencialmente após o apuramento das contas de cada exercício económico, sendo que a remuneração variável anual da totalidade dos membros do Conselho de Administração com funções executivas não poderá exceder 5% dos lucros do exercício, quando existentes, conforme determinado no artigo 13.º dos Estatutos da Companhia.

#### 4.1.2.1 Elegibilidade à componente variável | Critérios de desempenho | Atribuição

(a) A elegibilidade para atribuição de remuneração variável assenta num processo de avaliação de desempenho individual e/ou coletivo, definido pela Companhia com base em critérios mensuráveis e pré-determinados, incluindo critérios não financeiros, tendo em conta nomeadamente os seguintes indicadores:

- (i) Remuneração líquida referente ao período da avaliação;
- (ii) ROE;
- (iii) Rácio combinado; e
- (iv) Adequação do capital ao nível de risco e às provisões técnicas realizadas.

(b) A avaliação do desempenho dos membros do Conselho de Administração com funções executivas é realizada pela Acionista única da Companhia, em Assembleia Geral, conforme modelo definido internamente na Companhia, nomeadamente em obediência aos princípios enunciados na presente Política de Remuneração.

(c) Na eventualidade de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da Companhia no último exercício apurado, ou quando esta seja expectável no exercício em curso, poderão ser introduzidas limitações necessárias e adequadas, incluindo o eventual não pagamento de qualquer componente variável, com a vista a preservar o seu equilíbrio financeiro e o cumprimento dos demais rácios de solvabilidade impostos legalmente.

#### 4.1.2.2 (Não) Diferimento da componente variável

Considerando a atual estrutura de remuneração, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário, até à data, proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração.

#### 4.1.2.3 Natureza da componente variável | Instrumentos financeiros

A remuneração variável pode ser atribuída sob a forma de bónus de performance, prémio de desempenho e/ou distribuição de lucros, conforme o que vier a ser expressamente determinado em Assembleia Geral.

Sem prejuízo do acima disposto, o acionista poderá, em sede de Assembleia Geral, definir que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da Companhia ou de qualquer outra empresa do Grupo.

#### 4.1.2.4 Celebração de contratos

É proibida a celebração de contratos pelos membros do órgão de administração, quer com a Companhia, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Companhia.

#### 4.2 Fundo de pensões e outros benefícios

Os membros do Conselho de Administração com funções executivas poderão ainda beneficiar de uma contribuição para um Fundo de Pensões nos termos e condições constantes na Deliberação de Acionista Única, datada de 10 de julho de 2016, da qual se lavrou a Ata número 53 do Livro de Atas da Assembleia Geral.

Para além do referido na presente Política de Remuneração não são consideradas outras formas de remuneração dos membros do Conselho de Administração com funções executivas, não sendo igualmente atribuídos aos mesmos quaisquer benefícios pecuniários ou não pecuniários de relevo.

### 5. Membros do Conselho de Administração sem Funções Executivas

Os membros do Conselho de Administração sem funções executivas poderão auferir uma remuneração fixa anual nos termos que vierem a ser definidos pela Comissão de Remuneração que, em qualquer caso e a verificar-se, não dependerá de qualquer elemento de desempenho, não havendo lugar ao pagamento de qualquer remuneração variável.

### 6. Limites à Indemnização a Pagar por Destituição sem Justa Causa do Órgão de Administração

A eventual indemnização por destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração, não deve ser paga se a mesma resultar de um inadequado desempenho do membro cessante.

### 7. Órgãos de Fiscalização

#### 7.1 Conselho fiscal

7.1.1 O Conselho fiscal é, nos termos previstos no artigo 25.º dos Estatutos da Companhia, constituído por três membros, dos quais um desempenha as funções de Presidente.

7.1.2 Os respetivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo mensal, pago 12 vezes em cada ano civil completo, nos termos definidos em Assembleia Geral.

### 8. Revisor oficial de contas

O Revisor Oficial de Contas será remunerado de acordo com as condições definidas na legislação aplicável. Os respetivos honorários deverão ser propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, após parecer do Conselho Fiscal.

### 9. Membros da mesa da Assembleia Geral

9.1 A Mesa da Assembleia Geral é, nos termos previstos no Artigo 15.º dos Estatutos da Companhia, constituída por um Presidente e um Secretário.

9.2 Os membros da Mesa da Assembleia Geral poderão ser remunerados através de um valor fixo por Assembleia Geral, na data da sua realização, sendo o mesmo definido pela Comissão de Remuneração, caso haja lugar ao seu pagamento.

### Quadro de remunerações pagas durante o ano de 2017 aos membros dos Órgãos Sociais da Seguradoras Unidas, S.A.

(milhares de euros)

	Remuneração		Total
	Fixa	Variável	
<b>Conselho de Administração</b>			<b>2 326</b>
Gustavo Alexandre P. T. Mesquita Guimarães (Presidente)	150,0	-	150,0
Alexandre Wallace Humphreys (Vogal)	-	-	-
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso (Vogal) <sup>(1)</sup>	225,6	180,0	405,6
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr (Vogal)	-	-	-
Jan Adriaan de Pooter (Vogal)	400,0	341,0	741,0
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente (Vogal) <sup>(1)</sup>	275,0	150,0	425,0
Pedro Luís Francisco Carvalho (Vogal)	275,0	238,0	513,0
Gonçalo Fernando S. Marques Oliveira	91,4	-	91,4
<b>Conselho Fiscal</b>			<b>110,0</b>
Luís Maria Viana Palha da Silva (Presidente)	50,0	-	50,0
Manuel Maria de Paula Reis Boto (Vogal Efetivo)	30,0	-	30,0
Pedro Manuel Aleixo Dias (Vogal Efetivo)	30,0	-	30,0
Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério (Vogal Suplente)	-	-	-
<b>Total Remunerações</b>	<b>1 527,0</b>	<b>909,0</b>	<b>2 436,0</b>

<sup>(1)</sup> Os membros dos órgãos sociais acima indicados deixaram entretanto de exercer os respetivos cargos.

## POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS “COLABORADORES COM FUNÇÕES-CHAVE”

### 1. Âmbito de aplicação

Nos termos previstos no Regulamento Delegado (UE) 2015/235 da Comissão de 10 de outubro, bem como na Norma n.º 5/2010, de 1 de abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante também abreviadamente designada por “ASF”), a presente Política de Remunerações aplica-se:

- Aos Colaboradores que desempenham a sua atividade profissional no âmbito de funções-chave, entendendo-se como tal todos aqueles que exercem uma atividade no âmbito dos sistemas de gestão de riscos, controlo interno, *compliance* e atuarial;
- A todos os Colaboradores com cargos de chefia de 1º nível (Diretores de Topo) e Assessores do Órgão de Administração, independentemente da área em que exerçam atividade, na medida em que tenham acesso regular a informação privilegiada e participem nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial da Empresa.

Para efeitos da presente política de remuneração, o conjunto dos colaboradores acima considerados será no presente documento designado genericamente por “Colaboradores com Funções-Chave”.

### 2. Aprovação, Divulgação e Revisão da Política de Remuneração

- Aprovação  
A política de remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” é avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração, mediante proposta apresentada pelo Administrador responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos.

Na elaboração da proposta de política de remuneração participam diversos quadros dos principais Departamentos da Companhia, em particular do Departamento de Recursos Humanos.

#### b) Consultores externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos “Colaboradores com Funções-Chave” da Companhia não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

#### c) Divulgação

A Política de Remuneração é transparente e será objeto de divulgação interna, nomeadamente, através da sua publicação no Portal da Companhia.

A Política de Remuneração deverá ainda constar nos documentos anuais de prestação de contas, disponíveis no sítio institucional da Companhia durante um período mínimo de 5 anos.

#### d) Revisão

A Política de Remuneração é revista com uma periodicidade mínima anual, nos termos previstos no n.º 5 artigo 64.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJAS).

A Política de Remuneração é submetida a uma avaliação interna independente executada pelo Departamento de Risco, com uma periodicidade mínima anual, com vista a apurar o seu eventual impacto ao nível da gestão de riscos, controlo interno e capital necessário, bem como pela Unidade de Compliance, a quem compete analisar a Política de Remunerações à luz das recomendações da ASF.

### 3. Remuneração dos Colaboradores com Funções-Chave

#### a) Composição da remuneração

A remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” integra uma parte fixa e, eventualmente, uma parte variável. Na determinação destas duas componentes, são considerados pelo Conselho de Administração diversos fatores, dos quais se salientam:

- A situação económica e os resultados obtidos pela Companhia;
- Os interesses da Companhia numa perspetiva de médio e longo prazo;
- As especificidades da função desempenhada;
- As práticas salariais em vigor no setor segurador;
- A avaliação de desempenho, tanto a nível corporativo, como também a nível departamental e individual

#### b) Mandato do Conselho de Administração

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a fixação da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” da Companhia incumbe ao Conselho de Administração, no âmbito da gestão da sua política de Recursos Humanos, tendo em vista a prossecução dos objetivos estratégicos da Companhia.

#### c) Componente fixa

A parte fixa é definida dentro dos limites fixados pelo Conselho de Administração, sendo composta pelo vencimento base e por outras

prestações regulares e periódicas, atribuíveis a todos os colaboradores da Companhia, representando em média na Companhia aproximadamente, entre 80% e 85% da Remuneração Total Anual.

#### d) Componente variável

Caso haja lugar à atribuição de uma componente variável, a mesma poderá ser composta por prémios de desempenho ou de performance, de acordo com os fatores acima identificados ou outros que venham a ser especificamente previstos pelo Conselho de Administração, ou mesmo a distribuição de gratificações por conta de lucros conforme proposta a ser formulada pelo Conselho de Administração e objeto de deliberação em Assembleia Geral da Companhia.

A parte variável não deverá exceder, em média, 20% da remuneração total anual para a totalidade dos Colaboradores da Companhia, sendo que o valor máximo individual por regra não deverá exceder os 40% do valor total da remuneração anual.

Tal situação adequa-se às recomendações constantes da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, que favorecem uma percentagem elevada da componente remuneratória fixa em relação à componente variável da remuneração.

#### e) Critérios de definição da componente variável e momento do seu pagamento

Em caso de atribuição, o montante da Remuneração Variável Anual (RVA) situar-se-á dentro dos limites definidos pelo Conselho de Administração. A RVA é referente ao desempenho de Curto Prazo, sendo o seu valor exato, em cada ano, definido em função dos critérios previstos na alínea a), ficando em qualquer caso sempre consignado para todos os efeitos que a RVA não constitui um direito dos Colaboradores, podendo os critérios de atribuição da mesma ser alterados e/ou revogados a qualquer momento pelo Conselho de Administração, estando sujeita a aprovação anual pelo Conselho de Administração em função da performance e avaliação anual dos Colaboradores.

No que a avaliação dos Colaboradores abrangidos pela presente Política de Remuneração diz respeito, a mesma tem por base o modelo de Avaliação de Desempenho em vigor na Companhia nas suas diversas vertentes, nomeadamente:

- Avaliação de Competências;
- Avaliação de Objetivos Corporativos;
- Avaliação de Objetivos Departamentais;
- Avaliação de Objetivos Individuais.

#### f) (Não) Diferimento da componente variável

Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário, até à data, proceder ao diferimento de uma parte da RVA.

#### g) Natureza da componente variável | Instrumentos financeiros

Caso haja lugar ao pagamento de uma remuneração variável, o seu pagamento será, em regra, feito de uma só vez, em numerário, salvo decisão em contrário do Conselho de Administração.

Sem prejuízo do acima disposto, o Conselho de Administração, em linha com as orientações estipuladas pelo acionista nesta matéria, poderá definir que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da Companhia ou de qualquer outra empresa do Grupo, nos moldes que o mesmo definir.

h) Outros benefícios

Para além da remuneração fixa e variável descrita na presente política de remuneração, os “Colaboradores com Funções-Chave” poderão auferir, se aplicável, ainda os seguintes benefícios, conforme definido no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) aplicável ao sector segurador ou em normativo próprio da Companhia para a generalidade dos Colaboradores:

- Seguro de Saúde;
- Seguro de Vida;
- Planos individuais de Reforma, em caso de reforma por velhice ou invalidez.

**4. Ampliação do Âmbito de Aplicação da Presente Política de Remuneração.**

Salvo mediante decisão contrária aprovada em sede de Conselho de Administração, a presente Política de Remuneração será, em regra, igualmente aplicável em relação aos restantes Colaboradores da Companhia, não considerados nos critérios definidos no ponto 1 (Âmbito de aplicação da Política de Remuneração).

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO (N.º 1 DO ARTIGO 4.º DA NORMA 5/2010-R, DE 1 DE ABRIL, DA ASF)**

Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da ASF.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
<b>I. Princípios Gerais</b>		
I.1	Cumpre	
I.2	Cumpre	
I.3	Cumpre	
<b>II. Aprovação da Política de Remunerações (PR)</b>		
II.1	Cumpre	
II.2	Cumpre	
II.3	Cumpre	
II.4	Cumpre	
II.5	Cumpre	
<b>III. Comissão de Remuneração (CR)</b>		
III.1	Cumpre	
III.2	Cumpre Parcialmente	O CR é composto por dois membros do Conselho de Administração não executivos e não remunerados de forma a garantir a independência.
III.3	Não Aplicável	
III.4	Cumpre	
III.5	Cumpre	
<b>IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas</b>		
IV.1	Cumpre	Os critérios de avaliação assentam em indicadores de gestão, sendo também sempre tida em consideração a adequabilidade dos capitais próprios ao seu nível de risco e representação das provisões técnicas

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações	
<b>IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas (continuação)</b>			
IV.2	Adequação da componente fixa e variável, devendo a fixa representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumpre	
IV.3	Pagamento de uma parte substancial da parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo.	Não Cumpre	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2018.
IV.4	Diferimento de uma parte substancial da parte variável por um período mínimo de 3 anos e o seu pagamento dependente do bom desempenho da instituição.	Não Cumpre	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2018.
IV.5	A componente variável sujeita a deferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo à componente fixa.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.4.
IV.6	Inexistência de contratos celebrados por membros do Órgão de Administração que tenham por efeito mitigar a variabilidade da remuneração que lhe for fixada.	Cumpre	
IV.7	Manutenção, até ao termo do mandato, do valor das ações que lhe foram atribuídos no âmbito da componente variável, até ao limite de 2 vezes a remuneração total anual, salvo se necessário para pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3.
IV.8	Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a 3 anos.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3.
IV.9	Após o exercício referido no ponto anterior (IV.8), os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de ações até ao fim do seu mandato, devendo esse número ser fixado.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3.
<b>IV. Órgão de Administração – Membros Não Executivos</b>			
IV.10	A remuneração dos membros não executivos do Órgão de Administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	Cumpre	
<b>IV. Órgão de Administração – Indemnizações em Caso de Destituição</b>			
IV.11	Definição de instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do Órgão de Administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do referido membro.	Cumpre	Não existem compensações estabelecidas para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do Órgão de Administração.
<b>V. Remuneração dos Colaboradores – Relação entre a Remuneração Fixa e Variável</b>			
V.1	Se a remuneração dos colaboradores incluir uma componente variável, este deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa, atendendo designadamente, ao desempenho, responsabilidades e funções de cada colaborador. A remuneração fixa deve representar uma parte suficientemente importante da remuneração total; A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumpre	
V.2	Pagamento substancial de uma parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição, cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição, e sujeito a uma política de retenção alinhada com os interesses a longo prazo da instituição.	Não Cumpre	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2018.
<b>V. Remuneração dos Colaboradores – Critérios de Atribuição da Remuneração Variável</b>			
V.3	A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual, mas também coletivo da unidade da estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à atividade desenvolvida, designadamente regras de controlo interno e as relativas às relações com os Clientes.	Cumpre	
V.4	Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo.	Cumpre Parcialmente	Os critérios utilizados são predeterminados e mensuráveis. Não são relativos a um quadro plurianual por se entender que esta componente tem um baixo peso no valor global e diz respeito ao cumprimento ou não dos objetivos anuais.
V.5	A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	Cumpre	
<b>V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável</b>			
V.6	Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição.	Não Cumpre	Foi considerado até à data que o baixo peso desta componente na Remuneração Total Anual não justifica o seu diferimento. Esta medida será objeto de reavaliação em 2018.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
<b>V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável (continuação)</b>		
V.7 A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do Colaborador.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto anterior
<b>V. Remuneração dos Colaboradores – Colaboradores que Exerçam Funções-Chave</b>		
V.8 Os Colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.	Cumpre	
V.9 Em particular, a função atuarial e o atuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta.	Cumpre Parcialmente	Sendo a remuneração consentânea com a função, a mesma não é porém totalmente alheia ao desempenho da mesma
<b>VI. Avaliação da Política de Remuneração</b>		
VI.1 A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si.	Cumpre	
VI.2 A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumpre	
VI.3 As funções-chave devem apresentar ao Órgão de Administração e à AG ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	Cumpre	
<b>VII. Grupos Financeiros</b>		
VII.1 A empresa-mãe de um grupo segurador ou conglomerado financeiro sujeito à supervisão da ASF com base na sua situação em base consolidada deve assegurar que todas as suas filiais, incluindo as filiais no estrangeiro, implementem políticas de remuneração consistentes entre si, tendo por referência as presentes recomendações.	Cumpre	
VII.2 A adoção das presentes recomendações deve ser assegurada para o total das remunerações pagas a cada Colaborador pelo conjunto das instituições que integrem o mesmo grupo segurador ou conglomerado financeiro.	Cumpre	
VII.3 As funções-chave da empresa-mãe devem efetuar, em articulação entre si, com uma periodicidade mínima anual, uma avaliação das práticas remuneratórias das filiais no exterior à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Não Aplicável	
VII.4 As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração da empresa-mãe e à Assembleia Geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da avaliação a que se refere o número anterior, que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	Não Aplicável	

09

CERTIFICAÇÃO  
LEGAL  
DAS CONTAS





KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º  
1069-006 Lisboa - Portugal  
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Seguradoras Unidas, S.A.** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2017 que evidencia um total de 2.315.106 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas de 154.110 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo atribuível aos accionistas de 25.505 milhares de euros, a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração do rendimento integral consolidado, a demonstração das variações nos capitais próprios consolidados e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada da **Seguradoras Unidas, S.A.** em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

### Mensuração de instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)

Em 31 de Dezembro de 2017, as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda e activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados totalizam 1.114.768 milhares de euros e 366.902 milhares de euros, respectivamente, conforme nota 7 às demonstrações financeiras consolidadas, representando cerca de 48% e 16% do activo, respectivamente.

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A mensuração destes activos encontra-se ao justo valor de acordo com a respectiva política contabilística descrita na nota 3 – Activos financeiros anexa às demonstrações financeiras consolidadas. No que respeita aos activos disponíveis para venda, o Grupo determina que existe imparidade quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.</p> <p>O justo valor para a maioria dos activos acima referidos que compõem a respectiva carteira de activos é determinado directamente com referência a um mercado oficial activo ou através de <i>price providers</i>. Conforme referido na nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de metodologias de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.</p>	<p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Avaliação do desenho e implementação dos principais controlos efectuados pelo Grupo e entidades do Grupo ao nível da mensuração da sua carteira de activos;</li> <li>▪ Teste à valorização da carteira de activos, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pelo Grupo, tendo em consideração fontes de preços externos, análise dos principais pressupostos considerados na valorização de unidades de participação</li> <li>▪ Confirmação da titularidade dos activos financeiros disponíveis para venda; e,</li> <li>▪ Avaliação das divulgações efectuadas pelo Grupo, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.</li> </ul>



### Provisões matemáticas do ramo vida e passivos financeiros associados a contratos de investimento

Em 31 de Dezembro de 2017, as provisões matemáticas do ramo vida (incluindo a provisão para compromissos de taxa) e os passivos financeiros associados a contratos de investimento, ascendem a 591.765 milhares de euros e 142.913 milhares de euros, respectivamente, e representam, cerca de 28% e 7% respectivamente, do passivo.

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>O Grupo procede, em cada data de relato, a uma avaliação da adequação das suas responsabilidades associadas aos contratos de seguro e contratos de investimento, que estão reflectidas nas provisões matemáticas e nos passivos financeiros, tendo por base métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 5 relativas a contratos de seguro e de investimento.</p> <p>Esta é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração do Grupo sobre resultados futuros, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os segurados (o qual depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos, demográficos e de negócio usados como <i>inputs</i> para estimar esses passivos de longo prazo) e, (ii) o rendimento futuro esperado das carteiras de activos afectos à cobertura dessas responsabilidades, conforme mencionado na nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de provisões matemáticas e de responsabilidades associadas a contratos de investimento.</p>	<p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Análise do desenho e da implementação dos principais controlos-chave do Grupo ao nível da sua política de provisionamento técnico;</li> <li>▪ Avaliação da adequação dos pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades associadas aos contratos de seguro do ramo vida e aos contratos de investimento;</li> <li>▪ Avaliação da adequação das provisões matemáticas e responsabilidades associadas a contratos de investimento tendo em consideração o estabelecido nas condições contratuais de cada produto incluindo garantias; e,</li> <li>▪ Revisão das divulgações efectuadas pelo Grupo, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.</li> </ul>





### Provisões para sinistros

Em 31 de Dezembro de 2017, a provisão para sinistros, no valor de 994.864 milhares de euros, representa 46% do passivo à mesma data dos quais 417.604 milhares de euros são referentes às provisões matemáticas de acidentes de trabalho, conforme nota 5 anexa às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- (i) **Provisão para sinistros (excepto Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho - Pensões) no montante de 577.260 milhares de euros**

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros, excepto provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho não são descontadas, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 5 relativas a contratos de seguro e de investimento.</p> <p>As responsabilidades com sinistros são inerentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração do Grupo.</p> <p>Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, o Grupo calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.</p>	<p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave do Grupo ao nível da sua política de provisionamento para sinistros;</li> <li>▪ Testes, com vista a verificar a adequação da estimativa do valor da provisão para sinistros, os quais compreenderam, entre outros, a aplicação de técnicas actuariais reconhecidas (análises <i>run-off</i>);</li> <li>▪ Avaliação da metodologia e os pressupostos utilizados pelo Grupo na estimativa do valor da respectiva provisão para sinistros;</li> <li>▪ Avaliação do trabalho produzido e as conclusões obtidas pelos actuários responsáveis do Grupo; e,</li> <li>▪ Revisão das divulgações efectuadas pelo Grupo, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.</li> </ul>

dv



(ii) **Provisão para sinistros – Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho no montante de 417.604 milhares de euros**

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A estimativa das provisões matemáticas de acidentes de trabalho, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 5 relativas a contratos de seguro e de investimento, é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração do Grupo sobre resultados futuros incertos, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os sinistrados (o qual, para além dos requisitos legais e normativos que devem ser observados, depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos, demográficos e de negócio usados como <i>inputs</i> para estimar esses passivos de longo prazo) e, (ii) o rendimento futuro esperado da carteira de activos afectos à cobertura dessas responsabilidades.</p>	<p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave do Grupo ao nível da sua política de provisionamento para sinistros de Acidentes de Trabalho;</li> <li>▪ Avaliação da metodologia e os pressupostos utilizados pelo Grupo na estimativa do valor da respectiva provisão, em especial, os pressupostos económicos e não económicos e utilizados na projecção e desconto das suas responsabilidades decorrentes de acidentes de trabalho;</li> <li>▪ Avaliação do trabalho produzido e as conclusões obtidas pelos actuários responsáveis do Grupo; e,</li> <li>▪ Revisão das divulgações efectuadas pelo Grupo, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.</li> </ul>

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos pela ASF;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares, aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.



### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;





- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou actividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorrecções materiais.

### Sobre a informação não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.



### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores do Grupo pela primeira vez na assembleia geral de accionistas realizada em 9 de Dezembro de 2016, para o ano de 2016. Fomos eleitos na assembleia geral de accionistas realizada em 20 de Julho de 2017 para um segundo mandato para o ano de 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o cepticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 30 de Maio de 2018.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

30 de Maio de 2018

**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)



**10**

**RELATÓRIO E PARECER  
DO CONSELHO  
FISCAL**

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL  
(CONTAS CONSOLIDADAS 2017)

**Aos Acionistas da**  
**Seguradoras Unidas, SA**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da **Seguradoras Unidas, SA** (“**Seguradoras Unidas** ou **SUSA**”) e suas subsidiárias (“**Grupo Seguradoras Unidas**”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração do Grupo Unidas.

Durante o exercício de 2017, este Conselho Fiscal acompanhou a atividade do **Grupo Seguradoras Unidas**, com a periodicidade e a extensão considerada adequada, tendo tido durante o exercício 10 reuniões, conforme as atas exaradas ao livro respetivo, e analisou com regularidade os seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor.

Tendo presente as nossas obrigações legais e estatutárias, mantivemos durante o exercício contactos aprofundados, quer com o Conselho de Administração, quer com os diversos serviços, nomeadamente das áreas contabilística e financeira, Auditoria Interna, Gestão de Risco Global, *Compliance* e Controlo Interno, de quem obtivemos todas as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, verificámos o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017, a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração do rendimento integral consolidado, a demonstração das variações nos capitais próprios consolidados e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data e o respetivo anexo às demonstrações financeiras consolidadas, preparados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório Consolidado de Gestão preparado pelo Conselho de Administração.

No cumprimento do nº 1 do artº 452 do Código das Sociedades Comerciais, tivemos reuniões regulares com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas KPMG & Associados, SROC (“KPMG”) que, no exercício das suas funções, auditou as presentes demonstrações financeiras consolidadas de 2017, emitindo a correspondente Certificação Legal das Contas em 30 de maio de 2018, sem reservas nem ênfases, com a qual concordamos e que aqui se dá por integralmente reproduzida e que foram determinantes para a emissão deste Relatório e Parecer.

Pela sua relevância, refira-se que este Conselho Fiscal recebeu ainda da KPMG um documento designado Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização, que inclui de forma muito detalhada (i) a análise das áreas consideradas como de maior relevância para a auditoria do Consolidado, (ii) as deficiências de controlo interno que foram detetadas bem como (iii) as conclusões obtidas sobre a auditoria efetuada e (iv) a carta de independência.

Em complemento, julga este Conselho Fiscal ser importante assinalar que recebeu ainda da KPMG os seguintes três relatórios, todos datados de 23 de maio de 2018, com as respetivas conclusões, sobre as quais tomou boa nota: (i) sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do nº 1 do artº 3º da Norma Regulamentar nº 2/2017 de 24 de março da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, relativamente ao “Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação

Financeira” da Seguradoras Unidas; (ii) sobre os modelos quantitativos a que se refere a alínea b) do n.º 1 do art.º 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017 de 24 de março da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões; e (iii) sobre outros assuntos identificados no âmbito do trabalho efetuado nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 3.º e da alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017 de 24 de março da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões; neste relatório, o Conselho Fiscal levou em consideração dos temas identificados, em particular no sub-capítulo “Dificuldades encontradas pelo Revisor Oficial de Contas no âmbito dos trabalhos”.\

O Conselho Fiscal recebeu e analisou também o relatório emitido pela Towers Watson Espanha (“Willis Towers Watson”) de “Certificação atuarial do relatório sobre a solvência e a situação financeira e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão” relativo à Seguradoras Unidas, SA, na qualidade de Atuário Responsável, nos termos previstos na Norma Regulamentar 2/2017-R de 24 de março, referente a 31 de dezembro de 2017 e datado de 14 de maio de 2018, sobre as seguintes matérias avaliadas em coerência com as especificações regulamentares e técnicas do Solvência II : (i) provisões técnicas, (ii) montantes recuperáveis, (iii) fundos próprios disponíveis, (iv) fundos próprios elegíveis para a cobertura do SCR, (v) fundos próprios elegíveis para a cobertura do MCR, (vi) SCR e (vii) MCR, registando que, na opinião destes atuários responsáveis, “as questões encontradas não têm impacto material na informação sobre solvência analisada”. Conclui-se ainda que “de acordo com a análise de razoabilidade, os resultados dos cálculos não revelaram nenhuma questão que sugerisse uma distorção material referente às provisões técnicas, aos montantes recuperáveis de contratos de resseguro e aos modelos de risco específico de seguros não vida e de risco específico de seguros de acidentes e doença”.

Estes três relatórios da KPMG e o relatório da Towers Watson estão em Anexo ao referido “Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira” da Seguradoras Unidas.

Da análise efetuada às presentes demonstrações financeiras consolidadas do corrente exercício, que apresenta um resultado líquido negativo de 25.505 milhares de euros, merece particular relevância o seguinte:

- Operacionalmente, verificou-se um ano de forte crescimento anual do sector segurador, em que a quota do **Grupo Seguradoras Unidas** no mercado não-Vida se manteve acima de 15%; de referir ainda que se registou um reforço significativo da atividade do mercado não-Vida (com um aumento de 5,4%), nomeadamente nos ramos de Acidentes de Trabalho (crescimento de 10,5%, fundamentalmente resultante do *repricing*), Automóvel (crescimento de 8,2%, sustentado basicamente no número de viaturas seguras) e Saúde (crescimento de 6,2%) que foram os principais dinamizadores do crescimento do setor;
- Internamente, este foi um ano de consolidação da fusão efetuada em 30 de dezembro de 2016, pela integração em 2017 dos sistemas, das carteiras e processos das empresas objeto da fusão, em particular, Tranquilidade, T-Vida, Açoreana e Logo, incluindo o acesso a clientes e parceiros de novas plataformas;
- Pela relevância na atividade da Unidas, cremos ser importante referir o impacto significativo na rubrica de custos com sinistros dos incêndios que ocorreram no segundo semestre em Portugal, que ascendeu a cerca de 51,6 milhões de euros;
- Entre os custos operacionais, merecem destaque os custos de carácter não-recorrente com a reestruturação de pessoal (35,6 milhões de euros), com especial referência para a diminuição da rubrica de fornecimentos e serviços externos de cerca de 14,4% face ao exercício anterior;
- A atividade financeira consolidada registou uma rentabilidade média global de 2% (ou seja, de 33,2 milhões de euros), para a qual contribuiu a manutenção da estratégia adotada

em exercícios anteriores, de investimento em obrigações de taxa fixa privilegiando uma forte exposição aos países Euro Core e em fundos de investimento diversificados, com menos exposição ao setor imobiliário; esta política de prudência na gestão das taxas de juro foi estabelecida também em consideração com Solvência II;

- De sublinhar ainda que o investimento em ações e imóveis foi fortemente reduzido ao longo de 2017, sendo de notar a intenção de descontinuar completamente em 2018; assim, foi registada uma menos valia potencial com uma venda de imóveis, que se prevê vir a ocorrer em 2018;
- Pela sua relevância, nomeadamente na apresentação dos resultados negativos, merecem ser mencionados (i) os custos decorrentes do processo de reestruturação, que ascenderam a 35,6 milhões de euros; e (ii) o reconhecimento da menos-valia potencial a incorrer com a venda de um conjunto de imóveis em 2018, no montante de 18,8 milhões de euros.


Para além destes temas, o Conselho Fiscal deu particular atenção:

- À suficiência das provisões para sinistros dos ramos automóvel e acidentes de trabalho, bem como da provisão para despesas de regularização de sinistros;
- À análise e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade), das provisões matemáticas do ramo vida e passivos financeiros associados a contratos de investimento, às provisões para sinistros (IBNR e custos diretos e indiretos associados à sua regularização, bem como das provisões matemáticas de acidentes de trabalho pela responsabilidade de longo prazo envolvida para com os sinistrados), dos riscos de recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, do *goodwill*, dos investimentos (a justo valor por resultados e disponíveis para venda) e das contas a receber;
- Ao cumprimento do programa de *Compliance*, sustentado num Código de Conduta devidamente aprovado, contemplando, entre diversas outras atividades, o tema do combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e prevenção de práticas de suborno e corrupção; neste âmbito, foi desenvolvida uma Linha de Ética em conformidade com as melhores práticas internacionais; de salientar que nesta análise temos presente o relatório anual de 2017 das atividades de *Compliance*, datado de 23 de Fevereiro de 2018;
- Sempre que entendeu relevante, este Conselho Fiscal reuniu com o Departamento de Auditoria Interna, do qual recebeu um Relatório Anual da Atividade de 2017, datado de 5 de Fevereiro de 2018, com o detalhe da atividade anual e que inclui uma opinião sobre o controlo interno sem reservas;
- Igualmente, este Conselho Fiscal reuniu com regularidade com o Departamento de Risco e acompanhou as respetivas funções bem como com os responsáveis do Departamento Legal, seguindo com detalhe os processos relevantes em que o Grupo SUSA se encontra envolvido.
- O facto de o Grupo SUSA ir oportunamente preparar e publicar no seu sítio na “internet” e dentro dos prazos legais, um relatório separado que irá incluir a informação não financeira consolidada, em conformidade com o artº 508-G do Código das Sociedades Comerciais.

Face ao exposto, somos da opinião que, tendo em consideração o teor da Certificação Legal das Contas Consolidadas emitida pela KPMG e acima mencionada, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas na Assembleia Geral de Acionistas da **Seguradoras Unidas SA**.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços o nosso apreço pela colaboração prestada.

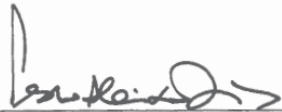
Lisboa, 30 de maio de 2018



Luis Palha da Silva



Manuel Maria Reis Boto



Pedro Aleixo Dias





**RELATÓRIO  
E CONTAS**  
CONTAS CONSOLIDADAS

**20  
17**

SEGURADORAS UNIDAS, S.A.